



Governo do Estado da Bahia
César Borges

Secretaria do Planejamento
Ciência e Tecnologia
Luiz Carreira

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Júnior



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Conselho Editorial

Cesar Vaz de Carvalho Júnior
Paulo Hermida Gonzalez
Edmundo Figueroa
Ângela Franco
Carlota Gottschall
Conceição Cunha
Renata Proserpio

Coordenação Editorial

Carlota Gottschall
José Sérgio Gabrielli de Azevêdo
Ubiratan Castro de Araújo

Normalização

Gerência de Documentação
e Biblioteca GEBI

Editoração

Designers Associados

Bahia Análise e Dados, v.1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

Trimestral
ISSN 0103 8117

CDD 338.91
CDU 338.984

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.750-300 Salvador - Bahia
Fone: (0** 71) 370-4823/370-4704
Fax: (0** 71) 371-1853

<http://www.sei.ba.gov.br>
e-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador, 1850 – 1868..... 12

Kátia M. de Queirós Mattoso

Resolve-me ou te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços do
Recôncavo baiano..... 21

Sílvio Humberto dos Passos Cunha

Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana
na segunda metade do século XX 35

Ana Lúcia B. de Carvalho / Mário André Soares de Freitas / Paulo Campanário

Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS:
uma abordagem de longo prazo..... 49

José Sérgio Gabrielli de Azevêdo

Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS..... 68

Paulo Henrique de Almeida

50 Anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica
exógena e espasmódica..... 87.

Francisco Teixeira / Oswaldo Guerra

Fotografias da Bahia.....100

A. é Forte
B. é Forte S. Maria
C. é Forte São
D. é Forte
E. é Forte
F. é Forte
G. é Forte S. João
H. é Forte
I. é Forte
K. é Forte S. Philippo
L. é Forte S. Bartolomeu
M. é Forte
N. é Forte
O. é Forte
P. é Forte S. Bento
Q. é Forte S. Gonçalo
R. é Forte S. Gonçalo
S. com Fortes

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, instituição vinculada à Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia da Bahia, apresenta, nas 39ª e 40ª edições da *Bahia Análise e Dados*, dois números especiais: **Leitura da Bahia I e II**. Atendendo ao seu compromisso social de produzir e divulgar informações sobre o Estado da Bahia, a SEI promove um debate diversificado sobre os principais elementos que hoje configuram a sociedade baiana e amplia aquele relativo a seu passado, com a inclusão de estudos de cunho histórico. Emerge destes textos um retrato polêmico da atualidade, com abordagens temáticas que abrangem desde o perfil histórico que contribuiu para dar forma ao mercado de trabalho na RMS, passando pela conformação de uma territorialidade espacial, cultural e demográfica, até o traçado dos caminhos que estabeleceram os marcos setoriais que balizam a economia estadual neste final de século.

Os artigos publicados nesta edição — **Leituras da Bahia I e II** — constituem-se, desse modo, não somente em instrumentos de consulta e referência mais imediata, de efetiva importância para o planejamento governamental, como também em fontes de reflexão, que, esperamos, possam nutrir novos estudos com vistas a responder sempre mais precisas e operantes às questões postas pela nossa realidade em face aos desafios da atualidade global, ágil, informatizada, perpassada por fluxos, imagens, mas ainda comportando instâncias que exigem soluções locais e cotidianas.

Para a realização destes números especiais foram convidados alguns dos principais pensadores da nossa sociedade. Cumpre-nos expressar-lhes aqui o nosso agradecimento, sobretudo à historiadora Kátia Mattoso, que nos autorizou a publicação do seu artigo 'Sociedade Escravista e Mercado de Trabalho: Salvador, 1850 – 1868'. Cabe-nos também agradecer as instituições que nos concederam direito de uso das fotos que ilustram as publicações.

INTRODUÇÃO

Pode parecer estranho, na metade do último ano do século XX, a investigação sobre o que acontecia na economia baiana no século XIX. Poderia ser mais interessante prospectar sobre o que será a economia da Bahia no próximo século XXI, a começar no ano seguinte a este 2000. Poderia parecer estranho, se fosse possível projetar o futuro da economia sem levar em conta o que já aconteceu no passado. Na Economia, como nas Ciências Sociais, os exercícios de futurologia devem incorporar quebras com padrões anteriores, mas não podem ser totalmente desvinculados do que ocorreu na formação do presente.

Por outro lado, fenômenos recorrentes e situações semelhantes iluminam as rotas do futuro, permitindo a antecipação de alguns resultados ou a problematização de certos caminhos. Nos últimos cem anos, alguns temas se renovam e outros permanecem na economia baiana. Seu crescimento relativamente ao brasileiro, sua enorme concentração de renda, suas fases de estagnação e as razões para seus “enigmas”. Nos últimos cem anos, as formas dessas questões se modificaram, mas muito da sua essência permanece. Blocos de investimento impactam concentradamente a economia, que reage localizadamente, sem espalhar os mecanismos de sua dinamização. O governo tem um papel fundamental nestes espasmos de crescimento, em associação com capitais exógenos. Fim dos incentivos, nova fase de estagnação se segue e novas buscas de apoio governamental são implementadas.

A relação Estado, crescimento econômico e setor privado, na Bahia, vem sendo problemática desde os tempos da primeira capitania, retomada pela

Coroa Portuguesa por incapacidade do donatário de tocar os negócios por aqui, onde deveria se instalar o primeiro Governo-Geral do novo país. Isso ocorreu lá pelo início dos anos 1500.

A História, no entanto, deve apenas iluminar o futuro, que é construído por decisões no presente. A repetição de resultados semelhantes em situações conjunturais distintas pode indicar alguma tendência estrutural de ajuste dessa economia particular, sugerindo alternativas de caminhos para as decisões tomadas.

Neste volume da *Bahia Análise e Dados* são apresentados vários artigos, com uma visão de longo prazo, que procuram lançar algumas luzes sobre as tendências mais permanentes dos agentes econômicos que se movem em conjunturas de curto prazo, dentro de estruturas constituídas no longo prazo e que impõem limites para os ciclos conjunturais. Mattoso, combinando os detalhes com a totalidade, como só os historiadores sabem fazer, descreve o que teria sido o funcionamento do mercado de trabalho em Salvador durante os últimos anos da escravidão, explicitando as diferenças entre os trabalhadores livres e escravos, mas que realizavam atividades semelhantes.

Passos Cunha segue avaliando as mudanças no mercado de trabalho na transição do trabalho escravo para o assalariado e identificando as percepções das causas da crise baiana. Teixeira e Guerra mostram os espasmos dos investimentos industriais nos últimos cinquenta anos, ao passo que Almeida busca enfatizar a importância da dinâmica do setor serviços como empregador e estruturador da nova economia da RMS, nos finais do século XX. Campanário, Carvalho e Freitas de-

monstram a reversão demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana nos anos 90, saindo-se de uma situação de altas taxas de crescimento populacional, tanto vegetativo como por migração, para uma outra, de envelhecimento crescente da população e de baixas taxas migratórias. Finalmente, Gabrielli de Azevedo busca identificar as diferenças dos movimentos dos principais indicadores do mercado de trabalho entre as principais regiões metropolitanas do País, constatando o pouco dinamismo da geração de postos de trabalho em Salvador, o que também reflete a enorme estabilidade da produção baiana em relação à brasileira. Apesar das políticas de incentivos, os momentos de crescimento são fugazes.

Mattoso destaca que, em meados do século passado, a economia de Salvador e do Recôncavo, fundamentalmente dependentes da lavoura açucareira, apresentava um mercado de trabalho em que competiam trabalhadores livres e escravos, em muitas ocupações. Intensiva em trabalho, a cultura da cana-de-açúcar sustentava-se no trabalho escravo, porém, nas etapas de comercialização e nas áreas urbanas que se constituíam, os trabalhadores livres concorriam com os escravos na prestação de serviços. Em Salvador os escravos correspondiam a cerca de 15% da população, de acordo com o Censo de 1782, chegando a 12% no Censo de 1872; dessa forma a população livre era majoritária e poderia constituir-se em mão-de-obra assalariada. Os serviços e a construção civil, pública e residencial, eram as principais fontes de postos de trabalho, ainda que, segundo Mattoso, não se conheçam adequadamente as relações entre patrões e empregados nestas atividades, organizadas em torno de mestres e aprendizes.

No interior e nas áreas de expansão do cacau e do fumo, a produção familiar predominava, eram comuns os processos de ocupação de terras devolutas e os sistemas de meação em áreas de concentração da propriedade. A figura dos “agregados rurais”, como famílias dependentes da ação dos

proprietários de terras, semelhantes aos agregados urbanos das famílias abastadas, aumenta sua presença, sendo a principal ocupação dos “pobres” da época — escravos libertos, imigrantes inadaptados e brancos sem propriedade.

Na cidade, o trabalho doméstico e os “ganhadores” — escravos e ex-escravos disponibilizados para serviços eventuais — criam um mercado de trabalho em que a presença dos escravos inibe a elevação dos rendimentos e desloca as relações de negociação entre os demandantes dos serviços e os ofertantes. Negociações entre pessoas livres e aquelas que envolvem o escravo ocorrem de maneira distinta, reservando para este as piores condições e os mais baixos rendimentos, além de proibir-lhe a entrada em certos segmentos ocupacionais. Daí resulta o aprofundamento das diferenciações econômicas entre brancos e negros, também com base em dimensões raciais.

Apesar disso, nas ocupações em que concorrem trabalhadores livres e escravos, como nas de pedreiros e carpinteiros, os salários não eram muito distintos. A diferença era que o trabalho do escravo era acertado pelo seu proprietário com o demandante do serviço. Porém a segregação que ocorre é principalmente ocupacional, uma vez que a concorrência é muito maior nos trabalhos desprezados pelos homens livres, deslocando-se assim a competição, que se intensifica entre os próprios escravos nessas ocupações.

No final do Império, a escravidão começava a ser desmontada. A elite cafeeira do Centro-Sul resolvia seus problemas de escassez de mão-de-obra com a imigração européia. A economia baiana estava também em crise. Mattoso enfatiza a indefinição das elites baianas em termos de estímulos à imigração européia ou de busca da mão-de-obra de origem chinesa, para suprir uma declarada escassez de trabalhadores. Alguns consideravam esta uma das principais causas da crise de estagnação que veio a ser conhecida como o “enigma baiano”.

O artigo de Passos Cunha chama a atenção para a interpretação que os dirigentes da Bahia deram às “causas da decadência” e para as formas de combatê-las. Foi formada uma Comissão Externa pelo Senado baiano, em 1891, que considerava que havia uma crise de escassez de oferta de trabalho na lavoura da cana, que se estruturava em torno do trabalho escravo. O fim da escravidão levava à falta de “braços” e o governo era identificado como o principal responsável pela crise, por não ter adotado mecanismos de compensação para as perdas dos senhores de escravos.

Passos Cunha demonstra que estes argumentos não eram inteiramente verdadeiros. Havia uma abundância de ex-escravos disponíveis só que eles resistiam às condições de trabalho dos tempos escravistas e não se adaptavam à lógica do “viver para trabalhar”, preferindo “trabalhar para viver”. Os ex-escravos desenvolveram muitas atividades de conta-própria e subsistência, por exemplo, no baixo sul da Bahia, e pressionavam para ocupar as terras devolutas da área do cacau. Para as elites baianas esta atitude era tomada como uma “preferência pelo ócio”, enquanto em relação aos europeus migrantes, que também não se adaptavam às condições de trabalho então vigentes, a resistência ao assalariamento e a preferência pelas atividades de conta-própria eram vistos como “desejo de alcançar fortuna”. Mattoso cita o caso de um rico senhor de engenho do Recôncavo, que trouxe imigrantes portugueses por sua conta e custo. Estes, aqui chegando deixaram a fazenda para tornarem-se pequenos comerciantes e artesãos, da mesma forma que outros ex-escravos. Passos Cunha identifica claramente as raízes racistas desta diferenciação de tratamento.

Ele chama a atenção para o deslocamento temático da questão para a subjetividade do trabalhador. A causa da resistência ao trabalho, à época, poderia ser uma oposição ao tipo de propriedade preservado — a grande propriedade ex-escravista — quando, após o fim da escravidão, a economia baia-

na poderia ter caminhado para um outro sistema com base em menores propriedades e com maior diversificação produtiva. A manutenção da grande propriedade, com as condições de trabalho extremamente precárias, servia para garantir o excedente concentrado nas mãos dos proprietários, mas não incorporava nem os recém-libertos, nem os imigrantes e a maioria dos trabalhadores livres.

A Comissão de Notáveis do Senado baiano de 1891 explicava o “enigma” da inibição do crescimento da Bahia referindo a “falta de braços”, a inadequação tecnológica dos produtores locais e a falta de ação do governo. Como frente à esfinge, a comissão concluía seu relatório sobre o “enigma baiano” com a frase: “decifra-me ou devoro-te”.

Passos Cunha problematiza a opção pelo “devoro-te”. A alternativa pela grande propriedade ex-escravista e fundada em trabalho assalariado/parceirista em condições quase-escravas implicava claramente a exclusão da maioria da população negra, assim como dificultava a absorção dos migrantes europeus que aqui chegavam e se constituíam como “pobres” urbanos.

Apesar dos enormes incentivos como isenção de impostos, financiamento de engenhos e usinas, construção de estradas de ferro e outras formas de intervenção direta do governo, durante toda a Primeira República, em apoio à produção de cana-de-açúcar, a economia do Recôncavo não se dinamiza.

Os primeiros cinquenta anos do século XX são assim de estagnação do crescimento regional, com a consolidação do cultivo do cacau como principal produto de exportação e organizador das atividades econômicas locais. Esta situação só vai modificar-se na década de 50.

Teixeira e Guerra, analisando a produção industrial na segunda metade do século XX, destacam o caráter espasmódico dos investimentos, neste setor, em blocos concentrados no tempo, espacial e setorialmente. Chamam a atenção para a origem exógena destes movimentos e seu pequeno efeito-

para-traz na economia, não criando uma dinâmica endógena de encadeamentos intersetoriais que fosse capaz de alimentar situações de sustentabilidade interna para o crescimento.

Nos anos 50 e 60 os investimentos da Petrobras e os incentivos para o Centro Industrial de Aratu trouxeram ondas de otimismo, em uma economia ainda fortemente dependente do comércio externo, especialmente das exportações de cacau. O comércio interno tinha seu desenvolvimento limitado pela alta concentração de renda. A onda de otimismo materializou-se em um conjunto de investimentos em projetos fundamentalmente voltados para a produção de bens intermediários, em uma série de estabelecimentos industriais com altas taxas de *turnover*, refletindo o caráter rentista de muitos destes investimentos, que se aproveitaram do sistema de incentivos governamentais e das obras de infraestrutura e que, depois, com a redução dos incentivos, desativaram os seus negócios.

Os anos 70 e 80 testemunharam a consolidação do Pólo Petroquímico de Camaçari, também fortemente dependente de incentivos e infra-estrutura pública. As tentativas de expansão da metalurgia do cobre e do setor de papel e celulose, da mesma forma, não criaram encadeamentos intersetoriais capazes de densificar a matriz industrial do Estado, apesar de terem impactos sobre o volume do PIB baiano.

Teixeira e Guerra mostram que, ao longo de mais de 40 anos de política de incentivos, a indústria na Bahia continua flutuando com os ciclos nacionais na sua produção, que é destinada ao consumo intermediário, e que seus investimentos continuam sendo espasmódicos, baseados em poucos e grandes projetos, fortemente influenciados por políticas de incentivos.

Esses autores, apesar de otimistas em relação à possível alteração deste quadro, com mais um grande projeto — a Ford — no final do século XX, destacam o fato de que os principais efeitos do penúltimo espasmo investidor — o Pólo Petroquímico — sobre

a economia local ocorreram através da modernização do comércio, dos serviços e da construção residencial.

São os serviços o foco da análise do artigo de Almeida, que os enquadra em uma perspectiva de futuro. Ele desconstrói a imagem da indústria como setor empregador, destacando as especificidades do setor de serviços e sua importância na geração de emprego. Abandona a idéia de que a ocupação no setor serviços seria uma espécie de “colchão amortecedor” para os ciclos e enfatiza o caráter estrutural de sua expansão e seu papel estratégico na absorção de trabalhadores, tanto em países mais capitalizados, como em sociedades menos desenvolvidas.

Almeida analisa os dados da década de 90 para a RMS, revelando particularidades do crescimento da ocupação neste setor, que absorve mais de três quartos dos ocupados. Ele chama a atenção para a necessidade de políticas econômicas que procurem ter uma visão menos passiva do setor de serviços e busquem estimulá-lo, tanto em seu potencial empregador como no seu papel estruturante em uma economia moderna, atraente para novos investimentos.

Serviços sociais — saúde e educação — e serviços de consumo intermediário já apresentam extraordinário dinamismo nos anos 90 e deverão constituir-se em setores-chave em qualquer política que tenha a redução do desemprego como objetivo.

Campanário, Carvalho e Freitas fazem um exercício de simulação com dados demográficos ajustados por coortes geracionais para demonstrar as mudanças da dinâmica populacional da RMS nos últimos cinquenta anos. Constatam a explosão demográfica dos anos 1960 e 1970, com seus desdobramentos nos 1980, através do aumento da taxa de fecundidade, da pequena queda da taxa de mortalidade e dos saldos migratórios líquidos positivos significativos.

Os autores destacam a completa reversão dessas tendências, nos anos 90, com uma enorme re-

dução das taxas de fecundidade e mortalidade, fenômenos irreversíveis no curto e médio prazo, que levam a um envelhecimento rápido da população e têm grandes implicações para as políticas públicas além de exercerem pressão sobre o mercado de trabalho.

Campanário, Carvalho e Freitas também identificam o grande arrefecimento dos movimentos migratórios em direção à RMS e até o fenômeno do transbordamento populacional de Salvador para os municípios da periferia da RMS. Esta redução da migração, que era predominantemente constituída de jovens, está diretamente relacionada com as altas taxas de desemprego nesta faixa etária da população, que inibe os elementos atrativos da metropolização, levando as populações a se deslocarem para outros destinos, em centros urbanos intermediários no Estado e fora dele.

Gabrielli de Azevedo comprova a perda de importância da pressão da oferta de trabalho na explicação das altas taxas de desemprego da RMS. Com a reversão da explosão demográfica dos 1960-1980, os anos 1990 assistem a um aumento da inatividade, do desemprego, e ao pouco dinamismo na geração de postos de trabalho. Os ciclos do mercado de trabalho refletem inflexões da política macroeconômica, porém os movimentos relati-

vos da RMS são distintos em relação aos de outras regiões metropolitanas brasileiras. As diferenças podem ser encontradas nos elementos estruturais que condicionam a atividade econômica com alta concentração de renda e pouca geração de crescimento endógeno.

O autor começa constatando que, de 1939 a 1999, a participação relativa da Bahia na produção nacional se manteve praticamente estável, apesar das distintas políticas de incentivos adotadas. Constata também que a melhor posição relativa do Estado ocorreu em momentos de crise brasileira, associadas à maturação de um ciclo prévio de investimentos. A ação do governo tem sido o fator determinante da dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, porém a estrutura da ocupação persiste fortemente dependente do setor de serviços e dos setores mais tradicionais da indústria, além do emprego na administração pública. Aliás como, *mutatis mutandis*, ocorria em meados do século passado.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

*Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas
Universidade Federal da Bahia
E-mail: gabrielli@ufba.br*

Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador - Bahia, 1850 - 1868⁽¹⁾

*Katia M. de Queirós Mattoso**

Só recentemente as relações de trabalho dos séculos passados começaram a despertar o interesse dos historiadores brasileiros; quando eles falam de mão-de-obra, trata-se do seu potencial na oferta interna relativamente às unidades produtivas do mercado de exportação.¹ Sabemos que os produtores de açúcar queixavam-se amargamente da falta de mão-de-obra no período subsequente ao fim do tráfico. Mas o governo provincial, tal como os produtores de açúcar, não foi capaz de tomar decisões a respeito dos diferentes projetos que ora sugerem a introdução, na Bahia, de uma mão-de-obra chinesa, ora a de imigrantes europeus. As poucas experiências com estes últimos revelaram-se verdadeiros fiascos.² Complexo, o problema da mão-de-obra é, além de tudo, cheio de ambigüidades.

Mas quando se fala, aqui, de lavoura, trata-se sempre da cultura açucareira, as outras lavouras não existiam. Certamente essa preocupação é justificada: a cana de açúcar, por sua natureza e dimensões, exige um contingente de mão-de-obra de fato maior que as outras culturas, como o tabaco o café e o cacau. Mas se o tabaco e o cacau são, à época, normalmente produzidos em escala familiar,³ a produção de café também poderia ter sido feita em áreas de dimensões comparáveis às do centro do Brasil.

Tabaco, café e cacau são assim produzidos em explorações do tipo familiar, a rigor exigindo uma mão-de-obra suplementar, mas que se mantém sazonal. Essa é recrutada no próprio local, pois exis-

te, nas regiões distanciadas do Recôncavo, uma população flutuante, livre, não-proprietária de terras, que forma essa vasta categoria de “agregados rurais”;⁴ são famílias inteiras que passam de um proprietário a outro, oferecendo seus serviços por um tempo geralmente indeterminado, em troca da garantia de um pedaço de terra e alojamento. Esses trabalhadores agrícolas podem, em condições ótimas, produzir um certo excedente e vendê-lo nas feiras locais. Por vezes, se a sorte lhes sorri, podem, depois de alguns anos de ocupação, tornar-se verdadeiros proprietários de terra inculta – terras devolutas – em regiões nas quais os títulos de propriedade não existem.⁵ Além disso, a fragilidade da rede urbana, a escassez de oportunidades nos povoados dispersos em um vasto território, a falta de transportes, fixam essa população. Somente as grandes catástrofes devidas a uma seca prolongada ou a chuvas diluvianas podem fazer essa população mover-se na direção do litoral. Mas esses deslocamentos são raros no século XIX. Quando acontecem, são de curta duração; os flagelados voltam sempre para casa uma vez terminada a crise.

As atividades agrícolas dispõem assim de uma mão-de-obra abundante, porquanto os poderes públicos consideram que, deslocada para o litoral, ela poderá servir à produção açucareira.

No Recôncavo, ou seja, no interior mais próximo da Cidade do Salvador, seria muito diferente a situação? Tentemos, com dados quantificáveis, apresentar o problema. Em 1782, o conjunto da popula-

ção é de 385. 599 pessoas: 14,8 % da população masculina e 13,5% da feminina são escravos.⁶ A população livre é majoritária, logo, suscetível de fornecer mão-de-obra. Essa afirmação é inteiramente teórica. É certo que não se conta com dados relativos ao contingente populacional dessa região produtora de açúcar, segundo a cor e a idade. Entretanto, tais indicadores encontram-se disponíveis no caso do conjunto da população da província. Se aceitamos a hipótese, bem plausível, de que os dados concernentes ao conjunto da população são válidos também para o Recôncavo, a população ativa da província representa (11 a 60 anos), em média, 65% da população masculina livre e 69% da população escrava. No caso das mulheres, 64,5% são livres e 70%, escravas. Por outro lado, na população livre masculina e feminina, os negros e os mulatos – que se supõe pertencerem às camadas menos favorecidas dessa região – representam 71,2% da população masculina e 73,7% da feminina. Além disso, só os homens e mulheres negros já compreendiam, separadamente, o mesmo percentual de 23,6% da população livre do Recôncavo. Assim, haveria aí uma reserva de mão-de-obra que não era utilizada nas atividades açucareiras.

Essa análise é largamente corroborada pela documentação qualitativa da época. Em 1857, o presidente da província, João Vieira Lins Cansanção de Sinimbu, declarava à Assembléia Provincial: “Ninguém ignora que, nas plantações de açúcar ou nas suas proximidades, existem indivíduos ou famílias pobres que, não possuindo terras, aí moram de graça ou pagam um aluguel insignificante, segundo a boa vontade do proprietário”. E dizia que essas famílias pobres, mesmo quando, casualmente, eram proprietárias de um pedaço de terra, viam-se muitas vezes obrigadas a vendê-las a senhores de engenho mais poderosos e a ir embora em seguida.⁷ Desse modo, existe uma mão-de-obra potencial, mas, para os senhores de engenho, empregá-la significava pagar salários. Na prática da época, um salário era constituído por uma soma em di-

neiro, mas supunha também alimentar o trabalhador, o que aumentava consideravelmente as despesas, sobretudo em um período de insegurança na comercialização do produto. A solução foi recorrer à meação das terras cultiváveis, sabendo-se que as plantações ocupavam menos de 10% das terras, entretanto, constituíam-se em reservas, pois, logo que a produtividade da área cultivada diminuía, deslocavam-se as culturas. Por outro lado, a idéia de ver a plantação rodeada por um maior ou menor número de pequenos agricultores, não agradava muito aos senhores de engenho, que tinham medo da concorrência. Medo tornado patente, quando se discutia a eventual introdução de imigrantes europeus.

A produção só era vista no quadro de uma relação de trabalho escravista. A aversão do baiano pelo trabalho agrícola e sobretudo pelo da cana de açúcar, deve-se muito a esse tipo de relação. Assalariado ou meeiro, o agricultor, mesmo se apenas longinquamente descendente de escravos, à força de estar lado a lado com estes ao cumprir sua tarefa diária, sentia-se escravizado uma segunda vez. Assim, as pessoas preferiam a miséria a submeter-se a um patrão de mentalidade escravista.

Ignoramos o montante dos salários dos trabalhadores agrícolas, mas, antes da abolição, nenhum senhor de engenho parece ter recorrido à mão-de-obra assalariada. No conjunto da Província, na zona rural, o trabalho livre coexiste com o trabalho escravo, mas essa coexistência não é sempre simultânea: no Recôncavo predomina o escravismo, enquanto nas terras do sertão baiano as relações estabelecem-se diversamente, mesmo em se tratando de economias pouco monetarizadas e em que as relações de trabalho sofrem grandes pressões por parte dos pequenos chefes locais.

Na cidade, em Salvador, trata-se de um mercado não-produtivo no sentido de que só a economia agrícola domina a região e de que a indústria ainda encontra-se em estado nascente. Entretanto, mesmo se o setor secundário é, de fato, pouco desen-

A produção só era vista no quadro de uma relação de trabalho escravista. Assalariado ou meeiro, o agricultor, mesmo se apenas longinquamente descendente de escravos, à força de estar lado a lado com estes ao cumprir sua tarefa diária, sentia-se escravizado uma segunda vez. Assim, as pessoas preferiam a miséria a submeter-se a um patrão de mentalidade escravista.

volvido do ponto de vista industrial, ele o é bastante em uma área por demais esquecida, a da construção – pública ou privada – que conheceu, na Salvador do século XIX, um impulso não-negligenciável. Além disso, Salvador é uma cidade essencialmente comercial, especializada no comércio de exportação e importação e na redistribuição regional das mercadorias. Aí oferecem-se todos os serviços que se pode encontrar em uma capital administrativa – esse mercado de trabalho tem sua estrutura e seus mecanismos.

Como no campo, mas de uma maneira muito mais acentuada, existe na cidade um mercado de trabalho para os livres brancos, mulatos, negros e alforriados, e um outro, reservado unicamente aos escravos.

Inicialmente, imaginamos que o mercado de oferta de mão-de-obra escrava em Salvador funcionaria do mesmo modo que um outro no qual não haveria o trabalho servil. De fato, aparentemente, livres e escravos oferecem igualmente sua força de trabalho, seja individual, seja coletivamente. Eles negociam contratos e são remunerados da mesma forma. Quase sempre trata-se, evidentemente, de contratos não-escritos, pois é somente no caso de trabalhos de importância ou de longas contratações de serviços que se podem encontrar atos devidamente registrados nos cartórios ou em outras instâncias com essa atribuição. A diferença fundamental entre o trabalho livre e o trabalho escravo reside no fato de que os escravos são obrigados a entregar a seus proprietários uma parte substancial dos seus ganhos.

Na realidade, as coisas não são tão simples. Se a concorrência dá-se entre um grupo de cavalheiros livres e um dono de escravos que os aluga, este último pode facilmente entender-se diretamente com o empregador (convento, hospital, administração ou mesmo simples particular) em detrimento de trabalhadores livres isolados ou dos escravos recentemente libertados. Ainda mais que, desde que se trate de trabalhos de uma certa envergadura, o proprietário de escravos pode ser, ao mesmo tempo, um mestre-de-obras, mestre-marceneiro, mestre-tanoeiro, etc. Por outro lado, al-

guns ofícios são proibidos aos escravos e, por extensão, aos alforriados. São eles:

- Todas as funções administrativas ou públicas, mesmo as mais humildes, como as de policial ou soldado, embora tenha havido transgressões a esse princípio quando das guerras do Paraguai e da Independência da Bahia. Nesse caso, o serviço no Exército conduzia diretamente à alforria.

Em algumas épocas, e segundo a conjuntura, alguns ofícios também vão ser proibidos à mão-de-obra escrava: em 1850, por exemplo, é proibido a todos os brasileiros não-livres e a todos os estrangeiros possuir um saveiro, embarcação utilizada para a cabotagem, em que navegavam tanto marinheiros livres como escravos. Para tornar esse ofício realmente oneroso aos que contratassem mão-de-obra escrava, as autoridades provinciais impõem uma taxa de 100.000

reis anuais por escravo embarcado, o que representa, na melhor das hipóteses, 10% do valor de um escravo, cujo aluguel renderia a seu dono cerca de 360.000 reis por ano.

- Dessa forma, em 1861 os estivadores do porto de Salvador levam ao presidente da Província seu protesto contra o número crescente de escravos que entram na profissão. Esse setor vai, daí em diante, ser inteiramente reservado aos trabalhadores livres.⁸

Com efeito, ao longo do século as mudanças dão-se em um ritmo bastante lento.

O parco desenvolvimento do setor secundário industrial impede o mercado de absorver numerosos assalariados, livres ou escravos, sobretudo considerando que as atividades industriais se reduzem a algumas manufaturas têxteis e a umas poucas fábricas.

Nas manufaturas têxteis, o número de trabalhadores é reduzido: emprega 478 pessoas entre 1875-1876. Salvador possui manufaturas de tabaco nas quais se preparam rapé, cigarros e charutos; fábricas de calçados, de biscoitos, de espelhos, de móveis. Conta também com pequenas fundições de ferro e bronze, destilarias de álcool e prensas de óleo. Também fabricam-se pregos, anzóis, velas, açúcar, sabões, chocolate, cerveja e

A diferença fundamental entre o trabalho livre e o trabalho escravo reside no fato de que os escravos são obrigados a entregar a seus proprietários uma parte substancial dos seus ganhos.

roupas, e fazem-se mesmo luvas, fósforos, massas alimentares; serra-se a madeira, esmalta-se, etc.⁹ Mas nós não temos nenhuma informação sobre o número de trabalhadores ocupados em todas essas atividades. Além disso, é provável que esse gênero de indústria de transformação se tenha desenvolvido e multiplicado com o aumento da população da cidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. O *Almanaque* de 1860 fornece a lista de 98 estabelecimentos. Admitindo-se a hipótese de que cada um desses empregava, em média, 20 trabalhadores, chega-se ao contingente de 1.920 pessoas nessas atividades, número ao qual é preciso somar umas mil pessoas trabalhando nos trapiches do tabaco. Desconhece-se a quantidade desse tipo de empreendimento e de trabalhadores empregados. Esses números, apresentados como hipótese, perfazem um total de 3.500 pessoas. Finalmente, é bem claro que o número restrito de atividades de tipo industrial oferece poucas possibilidades de emprego.

A construção, tanto no setor público como no privado, oferece não poucos empregos aos habitantes de Salvador. É sobretudo na segunda metade do século XIX que os poderes públicos empreendem uma grande quantidade de trabalhos de recuperação.¹⁰ Mas a julgar pelas constantes reclamações da população, parece que as ofertas de emprego na construção civil nunca satisfazem a demanda, principalmente a da população livre de Salvador, que enfrenta, nesse setor, a concorrência da mão-de-obra escrava. Esta é respaldada pelos donos de escravos, que lhes facilitam o acesso ao mercado de trabalho, uma vez que, freqüentemente, exploram pequenas empresas ligadas à construção. No *Almanaque* de 1860 figuram 47 mestres-artesãos. Trata-se, sem dúvida, dos mais importantes. Segundo os inventários, cada artesão possuiria entre cinco e dez escravos. Assim, para o conjunto dos ofícios relativos à construção, os mestres-artesãos citados no *Almanaque* teriam contado com uma mão-de-obra cativa de 235 a 470 escravos artesãos. Número, em verdade, modesto, mas suficiente para influenciar a demanda de emprego nes-

A mão-de-obra livre compõe-se de brancos, mulatos e negros. A menos que estejam numa completa miséria moral e espiritual, geralmente os brancos têm a possibilidade de aproveitar as melhores colocações.

sas áreas. O arsenal da Marinha, que emprega, até os anos 1830, uma numerosa mão-de-obra de artesãos livres – cerca de 300 pessoas – perde muita da sua importância em 1860, empregando apenas 11 oficiais-artesãos nos postos de chefia; entretanto, ignoramos o número de simples artesãos de que ainda dispunha.¹¹ A decadência dessa construção naval, antes tão importante, secou uma boa fonte de empregos, sobretudo considerando-se que eram sempre artesãos livres os que trabalhavam nesses serviços.

Dois quintos dos artesãos da cidade exerciam atividades ligadas à construção civil ou naval e viviam dispersos em todas as suas paróquias. Sabemos, além disso, que a aprendizagem de todos esses ofícios não era regulamentada, realizando-se, na prática, ao trabalhar o aprendiz com um mestre. Na verdade, o que distingue o mestre do trabalhador são os anos de experi-

ência, o dinheiro que ele pôde reservar para instalar-se e, sobretudo, o consenso popular, que não hesita em chamar de “mestre” ao artesão de fato experiente, mesmo se ele ainda é escravo.¹²

Qual seria o número de artesãos em Salvador em meados do século XIX? Nas listas eleitorais, encontram-se 2.597 artesãos entre as 6.929 pessoas recenseadas, o que representa 37,4% do conjunto de votantes de nove das dez paróquias da cidade. Os ofícios em que se nota o maior número de artesãos são os de alfaiate, carpinteiro, sapateiro, pedreiro e marceneiro. Entretanto, não temos o número de escravos artesãos.

Resta o setor terciário. Em uma cidade da importância administrativa de Salvador, os empregos ligados à função pública e os postos nas administrações privadas, já numerosos no início do século, vão se multiplicar.¹³ Mas para entrar nessas administrações é preciso um mínimo de instrução. E mais, é preciso ser livre.

A mão-de-obra livre compõe-se de brancos, mulatos e negros. A menos que estejam numa completa miséria moral e espiritual, geralmente os brancos têm a possibilidade de aproveitar as melhores colocações. Por outro lado, são mais instruídos e entram mais facilmente na função pública,

desde que, evidentemente, sejam brasileiros. Eles não encontram problemas para estabelecer-se nos negócios, bancos, comércio, nas companhias, nas instituições de caridade. Entretanto, são também numerosos os brancos que exercem um ofício de artesão – pedreiros, pintores, talhadores, tapeceiros, latoeiros, seleiros, etc. É entre estes que se recrutam os contra-mestres e feitores. São também os brancos que, em geral, exercem certos ofícios tidos como “nobres”, como relojoeiro e ourives. E é sobretudo entre os proprietários (termo também usado no caso dos grandes proprietários de imóveis, muitas vezes antigos comerciantes afastados dos negócios e senhores de engenho), entre os grandes negociantes, os profissionais liberais, os altos funcionários e os militares de alta patente que se encontra a maior parte dos brancos.

Quanto às mulheres, geralmente as que pertencem à burguesia não trabalham. Assim, as que se encontram no setor comercial ou na direção de uma exploração agrícola são uma minoria. É especialmente a viuvez e a falta de descendência masculina ou a existência desta, mas de menoridade, que leva as mulheres a dirigir um negócio ou uma fazenda. Essas mulheres administram sozinhas os seus negócios? É possível encontrar todos os tipos de arranjo, do gerenciamento pela própria mulher à delegação do encargo, passando, evidentemente, por estruturas em que a mulher procura orientação em um parente ou um padrinho que é, também, tutor dos filhos menores, caso existam. A imagem de uma mulher reclusa, unicamente ocupada com as tarefas domésticas, deve ser nuançada, mesmo se ela é a mais freqüente. Antes do fim do século XIX já há mulheres diplomadas em medicina. Se a maior parte continua no lar, outras já podem ser professoras, desde 1830, diretoras de casas de Recolhimento, enfermeiras de instituições hospitalares ou de caridade. Seu número é reduzido, mas esses ofícios levam as mulheres brancas a sair da intimidade exclusivamente familiar.

As mulheres que ficam em casa são mais numerosas. Quando pertencem às classes médias,

ajudam, em caso de necessidade, a equilibrar o orçamento doméstico, fazendo bordados e costuras ou preparando alimentos, geralmente doces, que são vendidos nas ruas por escravas “ganhadeiras”. Evidentemente, mulheres negras e mulatas também realizam esses trabalhos artesanais, mas podem ainda ser lavadeiras, engomadeiras e passadeiras. À exceção das professoras, diretoras e subdiretoras de casas de repouso e de Recolhimento, enfermeiras de instituições hospitalares ou de caridade, que recebem um salário mensal, todas as outras mulheres que trabalham são remuneradas por tarefa. Dessa forma, é difícil falar de um verdadeiro trabalho assalariado no caso das mulheres livres.

Sabemos pouco sobre as relações entre assalariados e patrões, salvo no caso dos empregados do comércio; estes gozam de uma situação economicamente desejável, uma vez que, além do seu salário, têm moradia e alimentação proporcionada pelo empregador. Mas essa prática, que localizamos sobretudo nas relações entre comerci-

antes portugueses e seus empregados, também portugueses, era generalizada entre os empregados do comércio? É provável que esse tipo de relação só existisse no caso de o empregado ser estrangeiro e, ainda, que cessasse na medida em que este empregado constituísse família. Vivendo sob a vigilância contínua do empregador, o empregado podia sentir-se escravo do seu patrão. É o que acontece, por exemplo, com o pobre Bartolomeu Podesta, chapeleiro italiano, que se vê obrigado a oferecer seus bons e primorosos serviços a seu compatriota, Ângelo Poggio, por um período de cinco anos, recebendo 400.000 réis por ano, a fim de pagar os 2.000 réis que este último lhe havia emprestado na Europa, para socorrê-lo e ajudá-lo a alimentar sua família, que ainda se encontrava na Itália.¹⁴

Entre os trabalhadores livres encontram-se também negros e mulatos nascidos livres ou alforriados. Os livres de cor gozavam dos mesmos direitos que os livres brancos, enquanto os alforriados não eram considerados totalmente cidadãos: não podiam participar, por exemplo, da vida pública e não

Entre os trabalhadores livres encontram-se também negros e mulatos nascidos livres ou alforriados. Os livres de cor gozavam dos mesmos direitos que os livres brancos, enquanto os alforriados não eram considerados totalmente cidadãos: não podiam participar, por exemplo, da vida pública e não tinham direito de votar.

tinham direito de votar. Mas livres ou alforriados, geralmente são eles que exercem os ofícios mais humildes. Ainda assim, alguns dentre eles, mais numerosos do que se pode pensar, são barbeiros, alfaiates, compositores, professores de música, de línguas estrangeiras (particularmente do francês) e de primeiras letras, ou podem empregar-se em postos subalternos na administração, se nasceram livres. É entre eles que se recrutam os estivadores, os marinheiros, os pescadores e os trabalhadores rurais e das obras públicas, pois o governo os prefere aos escravos.¹⁵ Mas esses trabalhadores livres não gostavam de exercer ofícios que os alinhavam com os escravos, como pode testemunhá-lo o relatório a seguir, datado de 1849, escrito por um dos membros da direção das Obras Públicas do governo provincial: “A Bahia, que possui uma numerosa população, contudo há dificuldade de conseguir-se todos os obreiros livres, geralmente há queixa nisto. Existem, Exmo. Sr., em meo poder mais de 60 pedidos para lugares de feitores, apontadores, mas ninguém para trabalhar, há repugnância pelo trabalho”.¹⁶

É evidente que essa população livre prefere, se não consegue obter uma sinecura ou uma boa remuneração com a atividade que exerce, consagrar-se aos pequenos serviços do comércio ambulante, para não sofrer as duras imposições de horário e de trabalho dos ofícios oferecidos na construção.

Mas é justamente em todas essas atividades ligadas ao pequeno comércio que os trabalhadores encontram a concorrência ativa dos escravos. Estes, pouco a pouco vêm-se proibidos de exercer algumas tarefas e são obrigados a procurar os serviços de rua. Eles são, além de disso, movidos por uma tal vontade de adquirir sua liberdade, que nenhum trabalho os desencoraja. Nem por isso é menos verdadeiro que os homens e mulheres livres têm mais possibilidades de empregos lucrativos e seguros que a população escrava.

Por volta de 1870, o número de trabalhadores escravos, homens e mulheres, é ainda significativo. O recenseamento de 1872 mostra, efetivamente, que 11,6% da população da cidade é constituída por escravos, o número de escravos do sexo feminino praticamente igualando o número de escravos homens. Dessa massa, provavelmente dois terços são homens e mulheres em idade de trabalhar para seus donos, seja como escravos domésticos, seja

no mercado de trabalho.¹⁷ Essa categoria é formada de negros africanos, negros nascidos no Brasil e mulatos. Ao que parece, um grande número empregava-se para os serviços domésticos, uma vez que a consideração social fundava-se sobre a quantidade de escravos que se possuía – o fato é que mesmo homens ou mulheres considerados pobres pela Assembléia Provincial possuíam alguns. Numerosos são os que trabalham no mercado de Salvador, nos serviços mais vis e mais exaustivos fisicamente, como carregadores ou simples serventes, por exemplo. Entretanto, entre os trabalhadores há numerosos artesãos.¹⁸ É verdade que, à época, as qualificações profissionais não têm nenhum rigor: não poucos são os escravos com múltiplas qualificações; o barbeiro é flautista, o sapateiro é também alfaiate, o pedreiro é pintor, etc. A qualificação é, finalmente, função do mercado. O que importa é a rentabilidade do escravo para seu proprietário.

Por outro lado, é difícil distinguir entre escravos de ganho, os que vão para as ruas mercar, e escravos domésticos, pois seus proprietários utilizam seus serviços ou os alugam de acordo com suas necessidades do momento: um mesmo escravo pode, muito bem, ser ganhador e doméstico ao mesmo tempo.¹⁹

É essa a razão porque os trabalhadores cativos de Salvador dividem-se em dois tipos de mercado. Há o mercado de escravos freqüentado por todos aqueles que precisam da mão-de-obra servil por um longo período²⁰ e, um outro, de locação de serviços de curta duração. Esses contratos de serviço são geralmente orais, porém, quando de mais de um ano, é feito um contrato em que são registrados preço, período do aluguel, qualidade dos serviços previstos e obrigações das duas partes. Quase sempre aquele que aluga se compromete a fornecer casa, alimentação, roupas e remédios ao escravo. Por sua vez, o escravo deve trabalhar um determinado número de dias, obrigando-se a cobrir aqueles em que se encontra doente. Os contratos de aluguel chegam mesmo a prever compensações pecuniárias precisas, para os casos em que o escravo venha a fugir, ser preso ou morrer.²¹

Assim, os contratos são realizados entre o dono do escravo e aquele que tem necessidade dos serviços dessa mão-de-obra. Mas em alguns casos é o próprio trabalhador alugado que assina o contrato com seu empregador. Trata-se de escravos que acabam de se tornar livres, tendo sua alforria sido

paga pelo novo patrão. O dinheiro assim adiantado cria para o alforriado uma obrigação que, na realidade, o transforma em um trabalhador de um tipo muito particular, sendo, ao mesmo tempo, um assalariado – o pagamento da sua dívida é, muitas vezes, baseado em um salário mensal, teórico, de 12 a 20 mil réis, entre 1850-1859, e de 20 a 30 mil réis entre 1860-1870 – e um não-assalariado, porquanto não dispõe pessoalmente desse salário.

O salário de um pedreiro ou de um carpinteiro, entre 1850 e 1859, é, em média, de 1.200 réis para o primeiro e 1.400 para o segundo. Esses salários são os mesmos, trate-se de livres ou escravos. Para seis dias de trabalho por semana, pagam-se, mensalmente, 28.000 réis no caso do pedreiro e 33.600 no do carpinteiro, salários bem superiores aos 12 e 20 mil réis de salário mensal que “ganharia” o escravo alugando seus serviços. O locador encarrega-se do sustento do escravo. Entre 1850-1859, essa despesa não pode, em nenhum caso, ultrapassar 250 réis por dia. Desse modo, o locatário ganha em todos os aspectos, pois, além de tudo, não desembolsa uma alta quantia para comprar o escravo. Por outro lado, essa fórmula é também vantajosa para o escravo, que tem não somente assegurado o seu sustento, mas pode ainda, ao abrigo de maiores preocupações – como as que o exporiam à concorrência de outros escravos, de alforriados ou de homens livres – chegar a obter sua liberdade, mesmo se pagando-a bem caro.

O fato é que todas as outras categorias, seja o escravo simples ganhador ou alugado, competem com a mão-de-obra livre. Competição amortecida entretanto, uma vez que, freqüentemente, só é mais intensa nas atividades desprezadas pelos homens livres. Esse mercado mantém, apesar de tudo, um caráter fortemente competitivo: o jogo da concorrência estabelece-se então entre os próprios escravos. Isso se verifica sobretudo no caso dos escravos de ganho, que trabalham longe da casa dos seus donos e são obrigados a lhes trazer, cotidiana, semanal ou mensalmente, uma certa porcentagem do que recebem.

Vejamos um exemplo: em 1857, o africano César, ganhador – “porque não tem outro ofício” – aluga seus serviços a José Maria de Souza Castro por 4.000 réis por semana, até que sua dívida, de 450.000 réis, seja saldada. Está também registrado no contrato que César pode pagar uma soma superior aos 4.000 estipulados, o que permite supor que um ganhador era capaz de ganhar mais que isso. Por outro lado, César, que não recebe nenhuma vantagem material de seu credor, é obrigado a pagar aos cofres do Estado 5.000 réis por mês para poder trabalhar no mercado de Salvador. Assim, a rapidez com que ele quitará sua dívida vai depender unicamente de sua capacidade de trabalho. Na pior das hipóteses, pode ser necessário um pouco mais de dois anos. Mas quanto tempo é preciso que ele trabalhe para, ao mesmo tempo, viver e pagar o que deve? Seguramente, um pouco mais do dobro.²²

É preciso não esquecer que, muitas vezes, a mão-de-obra servil concorre vitoriosamente com a livre, na medida em que é sempre mais fácil para os proprietários, desde que assim o queiram, colocar, proteger, impor sua mão-de-obra.

Entretanto, o alforriado não esquece nunca o escravo que até bem pouco foi e, se tem condições para isso, ajuda aos que continuam escravos, seja empregando-os, seja liberando os que ele possui, seja lhes emprestando o dinheiro necessário para a compra de uma carta de alforria. Existia certamente uma “consciência do pobre”, mas seria absurdo falar de uma consciência de classe no seio dessas populações divididas por suas origens étnicas e culturais e ainda próximas da servilidade.

As relações entre os proprietários e os escravos que trabalhavam fora da casa dos seus senhores podiam tomar duas formas diferentes. Ou o escravo trabalhava por uma remuneração fixa ou recebia por tarefa. No primeiro caso estavam, geralmente, os artesãos de todas as especialidades, mas sobretudo os que trabalhavam na construção. Se o escravo não era alugado, o seu dono podia, por exemplo, lhe fornecer o teto e cuidados médicos,

Todas as outras categorias, seja o escravo simples ganhador ou alugado, competem com a mão-de-obra livre. Competição amortecida entretanto, uma vez que, freqüentemente, só é mais intensa nas atividades desprezadas pelos homens livres. Esse mercado mantém, apesar de tudo, um caráter fortemente competitivo: o jogo da concorrência estabelece-se então entre os próprios escravos.

mas não a alimentação; ou pode permitir que este viva em plena independência, limitando-se a conseguir-lhe um emprego, fórmula que parece ter sido bastante atraente para as duas partes. Evidentemente, o escravo conserva, nesse caso, uma pequena parte do seu salário para o próprio sustento. Oscilava essa parte segundo o nível dos salários, o preço do aluguel, das roupas, dos alimentos básicos? Nós não o sabemos, como, aliás, ignoramos como se fixava essa soma quando se tratava de escravos pagos por tarefa (carregadores de mercadorias, por exemplo, ou de cadeiras) ou, ainda, de escravos que participavam do pequeno comércio ambulante. O escravo podia ser parcial ou totalmente mantido pelo seu senhor.

É nessa categoria de trabalhadores cativos que vamos encontrar o maior número de alforrias e de pequenas fortunas, o que mostra ser o escravo ganhador aquele que, apesar das incertezas do mercado, tem mais oportunidades de constituir um pecúlio para resgatar sua liberdade. Mas é preciso acrescentar que a alforria de um escravo sem qualificação custa menos e que os proprietários, diante da perspectiva de uma rentabilidade aleatória, tenderiam a libertá-los mais facilmente que aos qualificados.

Quanto aos escravos domésticos, na medida em que pouco se distinguem dos que trabalham fora, são encontrados tanto em casa de ricos quanto na de pobres, sua presença é generalizada. Em Salvador, é degradante fazer certos trabalhos considerados penosos, como, por exemplo, carregar o lixo ou fazer a faxina pesada. Nas famílias ricas, uma grande quantidade de serviçais é distribuída segundo tarefas bem precisas: cozinheiros e cozinheiras, criados, criadas de quarto, babás e amas de leite, cocheiros, menino de recados, bordadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras. As famílias de poucas posses possuem dois ou três escravos, em geral, do sexo feminino, e as que vivem no limite da pobreza, também têm uma escrava. Ao que parece esses escravos não recebem nenhuma remuneração. Se seus donos se lhes afeiçoam, podem receber legados ou ser liberados quando da morte dos senhores. Em muitos casos, têm permissão para ocupar-se de pequenos negócios durante as horas de liberdade.

Mas dizer que os escravos domésticos são privilegiados relativamente aos outros, é esquecer todas as dificuldades, todos os constrangimentos de-

vidos à intimidade contínua com os donos. Talvez eles sejam mais protegidos materialmente, mas lhes falta qualquer liberdade de movimento, tanto que é entre os escravos domésticos que nascem e se desenvolvem resistências e ódios explosivos.²³

Considerar que os trabalhadores escravos eram mais protegidos que os livres é, assim, cometer um duplo erro. Mesmo se seus donos responsabilizam-se por eles diante da sociedade, não se pode, mais uma vez, esquecer o doce sabor da liberdade sem barreiras legais, sonho de todo cativo. Se os gestos de solidariedade entre os escravos são numerosos, não chegam jamais a igualar aqueles estabelecidos entre os livres e os alforriados, protegidos por suas famílias, favorecidos pelo seu estatuto de homens livres, rodeados de mil cumplicidades cujos liames são tecidos pelo sentimento de pertencer à mesma paróquia, ao mesmo batalhão da Guarda Nacional, ao mesmo grupo de eleitores. Na realidade, livre ou servil o trabalho em Salvador desenvolvia-se em um sistema ainda escravista, sem mercado real de salários, uma vez que os setores secundários e terciários eram insignificantes para absorver uma massa importante de trabalhadores. Nessas condições, o salário, quando existe, perde seu caráter de dado econômico e social fundamental.

Notas

- 1 FURTADO, C. *Formation économique du Brésil*. Paris: Mouton, 1972, p.101-106.
- 2 O caso mais típico é o de Tomás Pedreira Geremoabo, rico senhor de engenho do Recôncavo, que, em 1858-1859, com o sistema de meia, trouxe 105 colonos de Portugal. Ele os instala numa das suas fazendas, a Engenho Novo. Entretanto, um ano depois, tendo arcado com as próprias despesas de viagem, os colonos deixaram a fazenda e se refugiaram nos povoados do Recôncavo e em Salvador. Segundo a queixa apresentada por Geremoabo ao governador, a maior parte desses colonos era constituída por antigos comerciantes ou artesãos, que preferiam retomar seus ofícios de origem. LYRA, H.G.B. *Colonos e colônias. Uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador: UFBA (Dissertação de mestrado em História), 1982, p. 143-151.
- 3 Como no caso do tabaco, as primeiras plantações de cacau foram introduzidas por unidades familiares que, geralmente, se instalavam em terras sem proprietário, roçando-as e semeando-as. Uma vez plantada, a terra adquire valor e seus primeiros exploradores, se são fortes o bastante, conservam-na; se fracos, vêem-se obrigados a cedê-la aos mais poderosos, seja mediante a venda, seja por pura e simples destituição — os

- novos proprietários têm, então, o cuidado de registrar essas propriedades, como se elas lhes pertencessem. MATTOSO, K. M. De Queirós, GARCEZ, A. N. R. Introdução aos mecanismos de formação da propriedade no eixo Ilhéus - Itabuna (1890-1930). In *Anais do XII Simpósio dos professores universitários de História – Aracaju*, 1975. São Paulo, 1976.
- 4 Os agregados rurais são o equivalente dos agregados encontrados nas famílias baianas: negros, brancos ou mestiços livres ou alforriados, que vivem em estreita dependência de família que os protege.
 - 5 A figura do posseiro é tão antiga quanta a do morador e a do agregado rural. Apesar da Lei de 1850, que não reconhecia a propriedade no caso da aquisição de terras abandonadas nas novas regiões de exploração agrícola, pelo simples fato de que se tomasse posse e roçasse um terreno, assim se constituiu a maior parte das propriedades, e não mediante a compra, como a lei o exigia. Lei n. 601 de 1850, artigo 2.
 - 6 E. S. Pang. *O Engenho Central de Bom Jardim na economia baiana. Alguns aspectos de sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.52.
 - 7 Fala do Presidente da Província (João Luis Cansanção de Sinimbu), 1857, p. 88.
 - 8 A. E. B. : série *Presidência da Província: Viação e Obras Públicas*, 1847-1849.
 - 9 F. M. de Goes Calmon. *Vida econômica – financeira da Bahia (elementos para a história) de 1808 a 1889*. Salvador, CPE, 1978, p. 115-116.
 - 10 K. M. de Queirós Mattoso. *Bahia: a Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.276-282.
 - 11 Almanach, 1860, p. 346-347.
 - 12 M. H. Flexor. *Oficiais mecânicos da Cidade do Salvador*. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.
 - 13 Segundo os dados fornecidos por Vilhena, a burocracia do governo da capitania, em 1800, compreende um pouco menos de 500 pessoas, que se dividem em militares (oficiais, 165), corpo jurídico (81), funcionários nas diferentes repartições (123) e religiosos (66). L. Dos S. Vilhena. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 3v. 1963, v. 1, p. 249-251, v. 2, p. 334-343 e p. 461-464.
 - 14 A. M. S. : Série: *Escritura de escravos*, Livro 66.18 (1870), p. 204. É curioso que esse contrato tenha sido registrado em uma série relativa aos escravos.
 - 15 A. E. B.: *Presidência da Província: Viação e Obras Públicas*, 1847-1849. Um documento dirigido aos mestres-de-obras das obras públicas recomendava-lhes que sempre dispensassem um cativo se um trabalhador livre se apresentasse para tomar seu lugar.
 - 16 A. E. B.: *Presidência da Província: Viação e Obras Públicas*, 1847-1849: Relatório da Junta Administrativa de Obras Públicas (1849). N.T. A citação concernente a essa nota não foi traduzida, mas literalmente transcrita do documento referido.
 - 17 Na falta de dados precisos sobre a idade da população escrava, tomamos como base os dados do recenseamento de 1872 quanto à classificação por idade, sexo e cor de toda a população da província, formulando a hipótese de que a população escrava da Cidade do Salvador apresenta as mesmas características que aquela da totalidade da província. Foram considerados como aptos para o trabalho os indivíduos entre 16 e 60 anos. Os escravos de 60 a 70 anos – idade em que ainda se pode trabalhar como ganhador – representam 6,6% dos homens e 6% das mulheres, cujas idades estão entre 15 e 70 anos.
 - 18 Até 1850, mulheres escravas eram empregadas como *serventes* nos canteiros de construções públicas ou privadas.
 - 19 Nos livros que compõem a série *Escritura de escravos*, dos Arquivos Municipais de Salvador, encontram-se numerosos registros intitulados “atos de locação de serviços”.
 - 20 Para uma análise mais apurada, é preciso considerar que existe um mercado de compra de escravos de caráter puramente especulativo: compram-se escravos para revendê-los nas plantações de café do centro do Brasil. Para frear essa prática, mas também para impedir a venda dessa mão-de-obra indispensável aos trabalhos agrícolas, as autoridades baianas taxam as vendas de escravos fora da Província.
 - 21 Para o período de 1865-1874 foram encontrados 22 contratos: AMS: *Escritura de escravos*. Livros n. 66.15, 66.16, 66.21, 74.4, 82.15, 82.17 e 82.18.
 - 22 AMS: *Escritura de escravos*. Livro 75.9 (1857), p. 9. A única despesa de que ficamos sabendo são os 60 mil réis que César deve pagar como taxa ao Estado, as demais (aluguel, alimentação, roupas) permanecendo desconhecidas. Se lhe atribuíssemos uma despesa de 500 réis por dia, teria que gastar 180 mil réis por ano. Para mudar de condição César deveria, assim, ganhar um mínimo de 460 mil réis por ano.
 - 23 Para o conjunto das relações entre homens livre e escravos, ver nosso trabalho: *Être esclave au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1994, 2^o éd., p. 165-195 e 229-274.
- (I) O presente artigo foi traduzido do *Société esclavagiste et marché du travail: Salvador de Bahia (Brésil), 1850-1868*, publicado em *Les Entreprises et Leurs Réseaux: hommes, capitaux, techniques et pouvoir, XIX^e - XX^e Siècles*. Org. Michèle Merger e Dominique Barjot. Sua reprodução foi concedida pela autora.

* Kátia M. de Queirós Mattoso é Professora da Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV)

Tradução: Regina da Matta

Resolve-me ou eu te devoro!⁽¹⁾

Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo Baiano.

*Sílvio Humberto dos Passos Cunha **

O ano é 1891, marco de novos elementos no cenário de crise generalizada no Estado da Bahia. Entra em cena a primeira Constituição da República, instituindo uma nova organização do Estado, uma nova ordem tributária, a autonomia federativa (gravando ainda mais a situação de desprestígio da Bahia no quadro nacional), consagrando o princípio liberal nas relações trabalhistas. Esse é o ano de maior número de greves no período de 1890 a 1917: foram registradas nove ocorrências, sendo oito por motivo de salário e uma por suspensão de multas.¹ A seca continuava a assolos os campos, arrasando plantações, provocando escassez de alimentos, flagelados, alta dos preços dos gêneros alimentícios; persistem os déficits orçamentários, a dívida externa e a tendência à queda das exportações. É importante ressaltar que a situação econômico-financeira atravessada pela Bahia não pode ser dissociada da crise estrutural que atingiu as economias centrais a partir dos anos 70 do século XIX.

O ano de 1891 também marca exatos 20 anos da promulgação da Lei do Ventre Livre que, para alguns estudiosos,² acelera a formação do mercado de trabalho livre no Brasil, em face das inovações por ela trazida, entre as quais cite-se: o reconhecimento legal da possibilidade da formação de pecúlio pelos escravos para compra da liberdade, a permissão para que se celebrassem contratos de prestação de serviços e a indenização dos senhores pelo governo imperial. Na verdade, essa lei regulamentou uma situação surgida das negociações

e conflitos entre os sujeitos da escravidão (escravos, senhores, livres e libertos) sob a mediação do Estado Imperial.

Os debates ocorridos à época demonstravam claramente maior preocupação com o destino da agricultura que com o destino dos ingênuos (filhos livres de mulher escrava). O principal tema nesses debates era a falta de braços que a Lei provocaria e, reservadamente, o abalo que poderia ser causado nas finanças do Império se os senhores resolvessem optar pela indenização, como facultava a Lei, ao invés de pelos serviços prestados pelos ingênuos mantidos sob a sua guarda. Veja-se o que diz José Vieira Cansanção de Sinimbu, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em documento reservado de 30.11.1878, sobre a opção entre os serviços dos ingênuos e a indenização garantida por lei aos senhores de escravos:

A carencia de braços de que padece a lavoura mais se agravará si, a troco daquela tardia indennização houver o maior numero de senhores a entregar ao Estado os ingenuos quando forem chegando a idade legal... Por outro lado é muito para atender como grave é o compromisso quando vai pezar sobre o Estado, quer para indenizar os senhores, quer para receber e educar os ingenuos quando hajam de ser-lhe entregues.³

As previsões acerca do esvaziamento do mercado de trabalho se configuraram? Os braços sumiram ou foi apenas retórica das elites para “justifi-

car” a vinda dos imigrantes europeus? Essa foi uma realidade de norte a sul do país ou de certas regiões do Sul e do Norte, entre elas o nosso Recôncavo? Quais foram as soluções propostas?

O objetivo deste artigo é pensar essas questões e seus desdobramentos, através da análise dos pareceres dos membros da comissão externa nomeada pelo Senado da Bahia, em 1891, para avaliar a situação da lavoura, e do relatório do núcleo colonial Gougogy, comarca do Rio de Contas, que se constituiu em um contraponto às soluções propostas pela comissão para soerguer a agricultura baiana.⁴

A Discussão

A situação econômica na Bahia era de crise em 1891 e, no Recôncavo, centro da produção açucareira do Estado, tornara-se mais acentuada. Com efeito, o estado de crise estava diretamente relacionado à letargia em que se encontrava mergulhado o Recôncavo. A dependência crônica da economia baiana ao desempenho do setor externo é um dos importantes elementos deflagradores da crise, mas a Bahia não estava sozinha. Os descabamentos experimentados pela economia brasileira durante a República Velha, graças aos (des)sabores do café, tipificam amplamente essa situação.

A partir da segunda metade do século XIX, o Recôncavo apresentou sinais de declínio na produção de açúcar. A Bahia, outrora responsável por cerca de 40% da produção nacional do açúcar exportável, vê esse percentual cair em 1889 para 3% da média exportada na primeira metade da década de 1850.⁵ As razões para a decadência podem ser encontradas no fim do tráfico de escravos, no tráfico interprovincial, nas secas (1857-61;1888-91), na concorrência internacional, na existência de outras alternativas econômicas na região (café, fumo, gêneros alimentícios) e na falta de poder de reversão dos senhores de engenho,⁶ em que pese todo um jogo de poder ainda bastante favorável, como veremos a seguir.

Esta situação de penúria da agricultura baiana, de falta de perspectivas, leva, em 1891, o Senado do Estado da Bahia, tendo à frente o ilustrado Dr. Manuel Victorino Pereira, a promover uma detida investigação acerca das causas da decadência das atividades econômicas na Bahia, especialmente as

agrícolas. Em 23 de julho de 1891, o secretário, Barão de Geremoabo, encaminhou os ofícios para a nomeação de uma comissão externa com a incumbência de apresentar um diagnóstico sobre a lavoura, viação, comércio e indústria, e apontar possíveis soluções. Foram convocados o desembargador Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt, o engenheiro civil Affonso Glycerio da Cunha Maciel, Jacome Martins Baggi, Dionizio Gonçalves Martins, Affonso Augusto Teixeira de Freitas, Antonio Joaquim Gomes, Gustavo d’Utra e Manuel Gomes Costa.

Os membros da comissão foram instados a responder a duas questões fundamentais:

1º - Quaes as causas de decadencia ou de moroso desenvolvimento dos diversos ramos da produção agricola e pastoril?

2º - Quaes os meios de corrigi-los?.

Deter-me-ei, na presente análise, sobretudo nos pareceres do Des. Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt (apresentado em 2 de setembro de 1891) e de Gustavo d’Utra (apresentado em 6 de setembro de 1891) por trazerem elementos essenciais à discussão aqui proposta. A esse tempo vivia-se um momento de vicissitudes devidas a uma transição inacabada, do ponto vista político – a República ainda não se consolidara, a organização do Estado estava em curso – estando ainda em construção as normas com as quais o Estado se relacionaria com a sociedade: no ano de 1891 promulgava-se a nova Constituição. Não obstante, a formalização inacabada dessas relações – o tempo não pára – o mundo do trabalho segue seu curso.

Segundo o Des. Bittencourt, cultivavam-se neste Estado as principais culturas exportáveis do Brasil: algodão, açúcar, café, cacau, tabaco. Além disso, contava-se com uma pequena agricultura de subsistência, basicamente milho, feijão, arroz e mandioca, que nunca foram exportáveis nem supriam o consumo interno, obrigando a Bahia a importar de outros estados e do estrangeiro. Essa deficiência crônica, que vinha do período colonial, permanecerá ao longo de toda a República Velha (1889-1930), ligando-se seja a fatores exógenos (a Primeira Guerra Mundial) seja à não-superação de problemas estruturais, e provocando a elevação do custo de vida e tensões sociais, principalmente em Salvador, ao longo da Primeira República.⁸

Para o Des. Bittencourt a decadência era um fato insofismável:

E' um facto que nos salta aos olhos. O senado d'este estado tanto a reconheceu, que impellido pela consciencia de dever, deu-se pressa em estudar, e fazer estudar por uma comissão externa e especial, as causas do seu declinio, afim de que possa providenciar em ordem a levantar-a do abatimento em que jaz, e fazel-a tomar a verdadeira via de salvação.⁹

Discordando daqueles que consideravam a rotina como a causa principal da morosidade agrícola baiana, acreditava que as verdadeiras causas deviam ser buscadas no processo que se iniciou com a Lei do Ventre Livre:

Os graves sofrimentos da lavoura, com especialidade a da canna de assucar, datão da lei de 28 de setembro de 1871, porque foi esta lei, que podia ter produsido execelentes fructos, mal comprehendida e pessimamente executada.¹⁰

Qual era o real significado das expressões **mal compreendida** e **pessimamente executada**? Qual o significado do processo de transição para o nosso parecerista? Por que a lei não cumpriu seu papel, e quais teriam sido seus resultados?

Se fosse lealmente executada como bem disse um distinto agricultor do Rio de Janeiro, e seguida de medidas complementares, poderia graças a aquiescencia com que foi recebida e a cooperação dos mais interessados na permanencia do elemento servil, **realisar em 30 anos** a suppressao de uma instituição tres vezes secular, e fazer **pacificamente a melindrosa transição do trabalho escravo para o trabalho livre**.¹¹

A “contragosto” das expectativas, a transição não se deu pacificamente e nem tão lentamente. Em grande medida tais fatos podem ser explicados pela ação/interação/reação entre os sujeitos da escravidão, que produziram sobre a estratégia da abolição progressiva uma catálise: através da intensificação das negociações e dos conflitos entre escravos e senhores, da ação dos libertos, da pressão dos abolicionistas, da paulatina desaplicação escravista do Estado Imperial¹² e da dinâmica contraditória da economia cafeeira.¹³

Havia uma tomada de consciência quanto ao término da escravidão, principalmente com o fim do tráfico. A questão era o “quando” fazê-lo. Uma das proposições era retardá-la o máximo possível, visão compartilhada pelos senhores de escravos ligados à grande lavoura de exportação, inclusive pelos senhores da Zona da Mata nordestina, que não só resistiram até o último momento como engrossaram as fileiras dos que atribuíam a ruína das suas economias à extinção do elemento servil. Contrariando o argumento dos estudos clássicos, que consideram a transição para o trabalho livre no nordeste como **fácil**, devido sobretudo à estagnação da região, os estudos realizados por Passos Subrinho sobre a desagregação do escravismo em Sergipe apresentam elementos importantes de crítica às teses generalizantes. Afirma esse autor que, mesmo dentro do Nordeste, é complexo se falar em um processo único: por exemplo, a Zona do Agreste no sertão se diferencia da Zona da Mata; considerem-se ainda os esforços da elite escravista sergipana para preservar seus interesses durante a escravidão e no pós-abolição, e os projetos enviados à Câmara para impedir que o ex-escravo, agora trabalhador nacional, possa viver sobre si.

(...) havia a hipótese de uma importante drenagem de escravos dos engenhos para a economia cafeeira e de uma fácil substituição, semelhante ao fenômeno hidráulico dos vasos comunicantes, desses escravos que saíam, morriam ou eram alforriados por trabalhadores livres. (...) Sergipe, os senhores de engenho, nos principais centros produtores, não só não venderam seus escravos para proprietários de outras regiões, como compraram escravos em outras regiões da província e do país.¹⁴

Da mesma forma, Barickman, ao estudar o declínio da escravidão no Recôncavo no período (1850-1888), contrapõe-se às teses da transição fácil. O seu estudo é baseado numa amostra de 64 do total de 635 engenhos localizados no Recôncavo (Censo de 1872), nos inventários *pos-mortem* e nas matrículas de escravos, que evidenciam a persistência do trabalho escravo entre os anos de 1850 e 1888. Para esse autor, o processo de abolição na Bahia não pode ser visto nem como gradual e fácil, nem como tendo causado um mínimo de inconveniência aos senhores de engenho. No Recôncavo,

a transição deve ser vista muito mais pela forma brusca que marca a extinção do elemento servil e pelos anos posteriores à abolição que pelo aspecto de continuidade apontado pelos estudos clássicos sobre o tema no Brasil.¹⁵

Retomando a discussão da **precipitação**, identificada pelo parecerista Bittencourt como uma das causas para as dificuldades enfrentadas pela lavoura baiana, sou levado a crer que esta “precipitação” tenha resultado fundamentalmente dos embates entre os sujeitos da escravidão. Uma vez definida a estratégia da abolição gradual, entendida como também resultante desses embates, cabia definir o seu ritmo. A “precipitação” vem do crescimento da pressão das classes subalternas, e da quebra da unidade da escravidão entre as elites agro-exportadoras. Essa quebra de unidade advém em grande medida da dinâmica contraditória da economia cafeeira, que encontra na imigração européia a solução para o seu problema da mão-de-obra. Nesse sentido, a Lei do Sexagenário é uma marco na conversão dos fazendeiros do oeste paulista à solução imigracionista.¹⁶

Segundo o Des. Bittencourt, nenhuma providência foi tomada para cobrir “os claros do exército negro de trabalhadores do campo”,¹⁷ deixados pela Lei do Ventre Livre. Seguiu-se a esta a Lei do Sexagenário, que marcou data e hora para extinguir a escravidão.

A propósito do **13 de maio de 1888**, diz d’Utra:

(...) foi para a lavoura uma verdadeira catastrophe, porque privando-a de uma propriedade legal sem prévia ou posterior indenização de todo a depauperou!... De todas as culturas nenhuma há soffrido tanto quanto a da canna de assucar, depois da abolição do elemento servil (...) como se o exercito de um novo Atila os tivesse atravessado.¹⁸

Segundo a descrição acima, após a Abolição o estado do Recôncavo baiano era de terra arrasada. Para o parecerista, a culpa era do legislador brasileiro e da falta de atenção dada à agricultura, pois, sob o argumento de escassez de recursos, não lhe proporcionara os capitais necessários ao seu soerguimento. Apontar a rotina do agricultor como a

responsável pelo estado de inanição da agricultura não expunha o verdadeiro responsável: “(...) o nosso **paternal governo**”.

O que se observa ao longo da Primeira República é a destinação de inúmeros recursos para a lavoura da cana, sob a forma de isenção de impostos, de financiamentos de engenhos centrais, usinas, estrada de ferro (como a Santo Amaro), rubricas no orçamento para imigração e, mesmo assim, não se verificando o retorno à pujança econômica de outra, observando-se apenas breves períodos de recuperação. Vale salientar que a perda da hegemonia econômica não se traduz, na Bahia, em perda de hegemonia política da aristocracia canavieira nos governos que se sucedem ao longo de toda a Primeira República.

O que propõe o Des. Bittencourt para alavancar a agricultura baiana? **Braços**, estações agrônomicas e Banco Agrícola. Recorrendo a um provérbio camponês para exaltar a importância dos braços para a lavoura, pergunta o Des. Bittencourt: “Mas se não houver quem cultive, que valor pode ter a terra? É o que infelizmente se dá entre nós. (...) salvar a industria assucareira e reanimar as outras culturas, de onde nos virão os braços? **That is the question...**”¹⁹

Essa foi uma questão que preocupou as elites nacionais, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, e que persistiu durante toda a Primeira República. Entretanto, a questão da mão-de-obra não se restringe tão-somente ao aspecto quantitativo, envolve também seu aspecto qualitativo, o perfil do trabalhador desejado (branco-europeu). Aqui vale registrar dois marcos importantes na organização do trabalho: um no início do século XIX, que foi a influência da revolução do Haiti, que figurará como um “fantasma perigoso”, em termos demográficos, no imaginário das elites no Brasil; e o outro, a proclamação da primeira Constituição Republicana, na qual se instituiu o federalismo, cabendo doravante, a cada unidade da Federação, a organização do trabalho. O problema da mão-de-obra não é mais uma questão nacional, cada Estado tem autonomia para criar a sua estratégia, isto é, cada unidade federada “resolva o seu Haiti”.

**A perda da
hegemonia econômica
não se traduz,
na Bahia, em perda
de hegemonia política
da aristocracia canavieira
nos governos
que se sucedem
ao longo de toda
a Primeira República.**

A falta de braços era realmente a questão? Estava de fato vazio o mercado de trabalho? Qual era o projeto presente no imaginário das elites baianas? Quais as alternativas para resolver o problema da mão-de-obra? Por que a mão-de-obra se constituía num problema, era ele de natureza quantitativa ou qualitativa?

Responde-nos o Des. Bittencourt:

Se o europeu recusa nos a prestação de seus serviços por lhe ser nocivo o clima do norte do Brazil; se o liberto não quer trabalhar, porque prefere fruir a liberdade – de nada fazer – so a vinda do chim, único trabalhador capaz de dar ao nosso sólo valor inestimavel, e transformar em esplendidos jardins nossas enfezadas plantações.²⁰

Podemos observar que tanto o aspecto qualitativo como quantitativo estão presentes na resposta. Como primeira solução apresenta-se o europeu – a farta documentação comprova os esforços envidados para atraí-lo. Na falta do europeu, busca-se o liberto, mas ele prefere o ócio. Aqui vemos que o problema de mão-de-obra não é quantitativo, isto é, o mercado de trabalho não está vazio. Cabe a afirmativa: há uma ordem preferencial, com o europeu ocupando o primeiro lugar. Cabe a pergunta: por que os ex-escravos e os já libertos não foram imediatamente incorporados aos campos do Recôncavo? Ou ainda, por que optaram preferencialmente por “fruir a liberdade” ?

O “fruir a liberdade” pode ser interpretado como a migração das condições adversas existentes no Recôncavo, e a fuga, ainda que instintiva, dos lugares em que se sofreram atrocidades, privações e infortúnios; é aproveitar a liberdade, exercitar a autonomia, ser e estar *flâneur*. Posso encontrar inúmeros motivos para os ex-escravos ali não permanecerem, ainda se restringirmos a análise apenas ao campo da subjetividade. Atravessando essa fronteira e entrando nas condições materiais de sobrevivência, o oferecido ao escravo para garantir a sua permanência – salários e parceria – era insufi-

ciente. É bem provável que muitos tenham saído do Recôncavo e vindo para a capital²¹ – em busca de novas oportunidades que garantissem a sua sobrevivência – ou emigrado para o sul do Estado, ocupando o que é hoje conhecido como a região do antigo Baixo Sul (Valença, Nilo Peçanha, Maraú, Cairu e outras localidades), aí plantando para a subsistência e vivendo da pesca ou aproveitando as oportunidades da lavoura cacauífera, e não somente como jornaleiros, mas como proprietários de terras.

Veja-se a respeito o relato do juiz comissário de Ilhéus, em correspondência dirigida ao Ministro da Agricultura, 11 dias após a Abolição:

Por que os ex-escravos e os já libertos não foram imediatamente incorporados aos campos do Recôncavo? O oferecido ao escravo para garantir a sua permanência – salários e parceria – era insuficiente. É bem provável que muitos tenham saído do Recôncavo e vindo para a capital ou emigrado para o sul do Estado, aproveitando as oportunidades da lavoura cacauífera, e não somente como jornaleiros, mas como proprietários de terras.

(...) grande numero de libertos aos quaes não convem trabalhar assalariados tem me requerido posses de terrenos devolutos, onde pretendem cultivar cacao lavoura única a que se dedica o povo desta rica e fertil comarca. Firmado no aviso de 24 de março de 1886, desse Ministério, tenho indeferido os seus requerimentos prometendo-lhes consultar por telegrama a v.Exa., visto a grande quantidade e impaciencia dos mesmos requerentes. **É manifesta a tendencia desses individuos pelo solo pela sua posse e grande repugnancia pelo trabalho assalariado.** Conta-me que alguns contrariados em suas pretenções começam a derrubar e queimar as mattas. Aguardo resposta de V.Exa. de quem espero ordens no

sentido de proporcionar, quanto antes, aos requerentes o trabalho honesto e evitar a pratica abusiva da invasão, derrubada e queima e posse illegal das terras devolutas que me compete zelar. ²²

O desejo de plantar cacau manifestado pelos libertos evidencia a sua visão econômica de mundo, traz mais uma vez o questionamento à tese de sua inadequação às relações de trabalho no pós-escravidão. É também revelador do preconceito racial que está na raiz da exclusão do liberto. O argumento do “fruir a liberdade de nada fazer”, sinônimo de autonomia, vai ser transformado paulatinamente pelas elites em uma pecha que sempre o acompanhará (sobretudo ao homem liberto, em maior escala que para a

mulher) e aos seus descendentes, na sua luta pela inserção no mercado de trabalho formal e na garantia das condições de sobrevivência (mercado informal).

Diante da incompatibilidade entre os desejos dos libertos – traduzidos na resistência às condições de sobrevivência existentes, especialmente ao regime de trabalho assalariado – e os dos proprietários ávidos pela manutenção do *status quo*, chega-se à idéia de que os negros são inadequados às novas exigências da lavoura. Não sendo possível atrair os imigrantes europeus, restaria como última opção a vinda dos asiáticos, defende o Des. Bittencourt.

A opção pela imigração dos chineses precisava vencer os preconceitos dos agricultores baianos e de outros setores da sociedade, que consideravam a entrada dos chineses uma escravidão disfarçada.²³ Argumentava o desembargador que já havia submetido à apreciação do governador uma representação, contendo mais de 40 assinaturas de agricultores das comarcas de Santo Amaro e São Francisco, favoráveis à importação do trabalhador chinês, considerado apto às mais adversas condições de trabalho. No entanto, isso não significava que ele não comungasse de tais preconceitos, não se considera um “chinophobos”, apresenta uma visão pragmática. Propôs que se tomasse o exemplo dos resultados obtidos na Califórnia com a construção de estradas de ferro e agricultura: “Em que pese, pois, aos chinophobos, voto pela aquisição de trabalhadores de raça amarela – como medida ao menos de transição”.²⁴

Salienta Bittencourt que se seus argumentos não fossem suficientes para convencer que o europeu e o negro não podiam servir à lavoura baiana, buscava no arrazoado do economista Jean Baptiste Say a sustentação para sua defesa da imigração chinesa. Ao analisar o caso das Antilhas, Say propôs que se libertassem gradualmente os escravos e se lhes dessem trabalho a dia ou por tarefa. Para o Des. Bittencourt, isso seria inviável, principalmente devido ao nosso clima. O europeu não resistiria e, o negro,

(...) não se prestará nunca voluntariamente a tal trabalho; este tem poucas necessidades, e sob a zona torrida, em que

a terra é tão fecunda, uma hora de trabalho por dia basta a um negro para satisfazer e nutrir sua família. Livre, trabalharia ao levantar do sol durante uma hora e duas, e nenhuma satisfação valeria para elle o encommodo que teria — trabalhando o resto do tempo. O plantador que quizesse occupal-o como trabalhador livre seria constringido a ver em repouso os seus capitaes durante os nove decimo do dia.²⁵

Reforçava, assim, a sua proposta de imigração asiática.

O liberto é excluído não só pela ação dos mecanismos produzidos pela ideologia racial brasileira, mas também pela concepção de trabalho/visão de mundo de que era portador.

Se retirarmos do nosso parecerista a carga do preconceito racial contra o negro, podemos perceber indícios do que seria a concepção afro-brasileira de trabalho, construída na experiência com a escravidão e em concepções africanas de trabalho. O tempo de trabalho africano/afro-brasileiro entrava em choque com tempo de trabalho objetivado pelo lucro, denotando compreensões diferentes de “tempo” e de visão econômica de mundo. É o choque entre o viver para trabalhar e o trabalhar para viver.²⁶ De onde, provavelmente, resulta o argumento da inadequação do ex-escravo às relações capitalistas (tanto à época quanto posteriormente), utilizado pelos defensores da imigração branca (europeus do norte, se possível), para justificar a sua exclusão. Ocultava-se, assim, a ideologia racial brasileira na base de sustentação dessa exclusão. O liberto é excluído não só pela ação dos mecanismos produzidos pela ideologia racial brasileira, mas também pela concepção de trabalho/visão de mundo de que era portador.

Dando seguimento à análise da situação da lavoura baiana, passemos agora ao parecer do Dr. Gustavo d’Utra. Argumentava este que, sem capitais, braços e vias de comunicação, e com a deficiência do ensino agrícola e do espírito de iniciativa não haveria saída (esperança) para a lavoura da Bahia. Para ele, a crise era uma realidade de consequências graves para o futuro do Estado.

Se, pela fraqueza dos poderes competentes e pela incuria da propria classe interessada, prolongar-se por mais algum tempo a temerosa crise economica que nos assoberba, bem pode succeder que sejamos fatalmente arrastados ao triste

espetaculo de uma liquidação que atinja todas as nossas fontes de renda, porque a actividade industrial tem seu ponto de partida no solo e a causa da lavoura aqui, como em toda parte, é a causa do estado.²⁷

O estado em que se encontra a agricultura é atribuído à rotina agrícola “entregue a si mesma, sem incentivos, sem orientação nem arte, considerada mesmo por muitos como um simples officio, tem caminhado as tontas, tendo por guia o acaso e por norma o empirismo”.²⁸ Analisando a indústria açucareira, Gustavo d’Utra sinaliza para a necessidade de promover-se a diversificação das exportações, a substituição das importações e, com isso, dinamizar a indústria local, assim reduzindo a dependência às flutuações externas.

(...) as consequencias malfazejas do exclusivismo cultural vão fazendo-nos comprehender já a necessidade de novas culturas, que nos poupem o capital que as importações de productos similares estrangeiros consomem em larga proporção e em desfavor das industrias timidas e fracas, que agora ensaião os primeiros passos; quando a organização do trabalho que está por fazer-se, e o supprimento dos braços que desaparecerão, com abolição do elemento servil ainda occupão a attenção dos nossos proprietarios, quando as terras pingues e ferazes de outr’ora já não dão avantajados lucros e o condemnado pousio se apresenta ainda aos nossos lavradores como uma necessidade do systema cultural adoptado: ²⁹

Sobre as deficiências do ensino agrícola:

A grande necessidade do estado e do paiz depois de sua nova Constituição é esta: crear eschololas de agricultura praticas por toda parte e fundar orphanatos em que a nova geração rural, os meninos pobres e desamparados, que se vão creando no entristecimento, que embota-lhe a intelligencia, e no vicio que os avilta, aprendão, ao menos, algumas noções de agricultura para mais tarde poderem agir em proveito proprio e da propriedade geral.³⁰

Ele via na melhoria do ensino agrícola um caminho para evitar a migração da população para as cidades.

Houve tempo em que, entre nós, se dizia que a ignorancia em que vivião atufadas as populações do centro era uma

especie de mal necessario, para fixal-as ao solo, evitando-se assim as migrações para as villas e cidades; hoje, porém, que a escravidão já desapareceu e a lavoura não pode mais arreceiar se de perder esses braços, que aliás já a abandonarão, seu maior interesse deva ser vel-os restituídos, fortes, activos e instruidos³¹

Gustavo d’Utra considerava que um dos problemas cruciais da lavoura baiana era a falta de braços:

(...) é hoje mais que nunca uma das grandes e indeclinaveis necessidades da nossa primeira industria; principalmente na Bahia, onde a grande cultura e designadamente a da canna de assucar, que é sem contestação a mais importante (...) reclama pessoal mais numeroso.³²

Ele testemunhou o êxodo dos canaviais na busca de melhores condições de trabalho, o que denota mais uma vez as condições adversas existentes no Recôncavo, que deviam estar na base da saída dos migrantes: não é de uma hora para outra que se muda a mentalidade dos senhores de engenhos, não só para a incorporação de novas técnicas agrícolas, como para as novas relações de trabalho: salário, disciplina, patrão-empregado:

(...) a medida que os operarios se transportão para as villas e cidades e até para a capital do estado, onde a vida lhes corre menos precaria e para onde os attrahem mil occupaões suas e momentaneas, que lhes garantem, não obstante, quase certo e elevado jornal.³³

De um lado, o trecho acima permite extrair mais alguns indícios (*ocupaões suaves e momentâneas*) para reforçar a construção dos nossos argumentos em termos de uma outra concepção de trabalho ou em termos de um possível tempo de trabalho afro-brasileiro, diferenciado do tempo de trabalho objetivado pelo lucro. Do outro lado, a situação de crise generalizada se contrapõe ao cenário de oportunidades e ocupaões descritas. A Cidade de Salvador não passou incólume, vivenciando ao longo da Primeira República crises de diversas ordens, financeira, habitacional, de abastecimento, epidemiológica, que importaram na deterioração dos meios de vida da população.³⁴ Deve-se, no entanto, ressaltar os efeitos do encilhamento sobre as atividades econômicas, impulsionando o surgimento de 123 fábricas

entre 1890/1891; entretanto isso não resultou na industrialização do Estado. Na verdade, a não-industrialização, anos mais tarde, se transformaria em um grande debate, o chamado “enigma baiano”: por que não se industrializou a Bahia?³⁵

A necessidade de organizar o trabalho era premente. Segundo o parecerista Gustavo d’Utra, não havia uma lei que obrigasse os ex-escravos a trabalhar.

Na ausencia de uma lei, talvez impossível no regimem em que vivemos, que coagisse a voltarem para o theatro de suas antigas occupaçoẽs os numerosos braços já affeitos ao trabalho, mas agora ociosos, sem occupaçoẽ sãria ou definida, torna-se necessario á lavoura lançar mão de outros recursos.³⁶

O “lançar mão de outros recursos” significava recorrer a uma solução que vinha se consolidando nos estados do sul: a imigração européia. No entanto, os esforços envidados não foram suficientes para atrair a corrente imigratória para o norte, “e que há custado ao erario publico Amazonas de dinheiro”, tendo sido desviada para os estados meridionais, onde as condições climáticas e de vias de comunicação e de transporte eram melhores. E mais, “(...) o trabalho está organizado e são mais faceis e perfeitos os meios de producção”. Para o norte, a imigração européia “é ainda uma vã esperança”. Os imigrantes que chegam não atendem às expectativas nem qualitativa nem quantitativamente. Para Gustavo d’Utra, o imigrante deve ser o agente impulsionador do desenvolvimento, deve introduzir novas técnicas de cultivo, fomentar o desenvolvimento de pequenas industrias e “proporcionar a producção geral com as crescentes necessidades do consumo e abrir aos nossos productos beneficiados largo caminho a concurrencia com os similares de diferentes procedencias.”³⁷

Nesse contexto, o imigrante que se desejava atrair deveria deter características específicas:

Seria muito para desejar, realmente, que para a Bahia se estabelecesse uma corrente voluntaria de immigrants eu-

ropeus, que demandando nossos fertes, mas incultos terrenos, viesse agricultural-os de um modo mais racional e economico do que fazem os nossos mestiços, trazendo-nos certo concurso de conhecimentos o solido cabedal de processos praticos que elles não possuem e com os quaes tanto teria a ganhar a nossa agricultura. Desgraçadamente, porém, assim não tem acontecido.³⁸

A Bahia não conseguiu atrair uma corrente imigratória significativa, porque os imigrantes que

aqui se aventuravam não buscavam a lavoura como primeira opção para se estabelecer, criando sérias dificuldades para se constituir na desejada mão-de-obra. Sem tradição na lavoura:

(...) muitos evitão o trabalho rural em que alguns se mostrão desageitados, outros e estes constituem a grande pluralidade, não se querem submeter ao regimen das nossas propriedades, porque se têm aspiraçoẽs de fazer fortuna pelo trabalho, não

querem trabalho senão por conta propria. (...) que o colono europeu evita a grande lavoura e fal-o provavelmente para fugir ao pequeno salario que os lavradores lhe podem abonar principalmente no serviço do engenhos de assucar(...) Elle sente por outro lado que, subordinando-se ao regimen do salario, fica em uma posição obnoscia quando suas vehementes aspiraçoẽs vão muito além do nosso systema de parceria...³⁹

Se comparadas as descrições das atitudes dos ex-escravos e dos imigrantes europeus frente ao trabalho, observa-se uma similitude: ambos rejeitam a subordinação ao regime de trabalho assalariado das grandes propriedades. Tal rejeição se deve, provavelmente, aos baixos salários e à natureza estafante do trabalho, sobretudo nos engenhos. Observa-se também uma dissimilitude: no tratamento dado pelo parecerista ao **exercício da autonomia** de ambos. A autonomia exercida pelo negro ex-escravo, aqui traduzida pela não-subordinação ao regime assalariado, é vista como a ociosidade pela ociosidade, isto é, sem aspirações reais, definidas e concretas – o **“fruir da liberdade do nada fazer”**. No entanto, para o branco imigrante europeu, a resistência ao assalariamento é interpretada

Se comparadas as descrições das atitudes dos ex-escravos e dos imigrantes europeus frente ao trabalho, observa-se uma similitude: ambos rejeitam a subordinação ao regime de trabalho assalariado das grandes propriedades.

como resultado do seu “**desejo de alcançar a fortuna**”, é portadora de um sentido de objetividade que ultrapassa a organização de trabalho ainda existente nos engenhos.

Diante da inabilidade e insuficiência dos trabalhadores nacionais e da inadaptabilidade do europeu às condições oferecidas pela lavoura canavieira, mais uma vez os imigrantes asiáticos seriam apontados como a solução: “os únicos que podem presentemente corresponder as necessidades da lavoura de canna”. A despeito dessa orientação, vigia uma visão pragmática e preconceituosa contra os asiáticos, inclusive com um dispositivo legal (Decreto-Lei n. 528 de 28/06/1890) que vedava a imigração de negros e asiáticos.

Estudando-se o elemento chinês sob ponto de vista filosofico, religioso e politico fica logo lavrada a sua condemnação, (...) ,entretanto a organização do estado não se pode fazer sem que novos e talvez extraordinários sacrificios nos sejam fatalmente impostos, (...) seria desacer-to não recorrer ella aos unicos trabalhadores que se pudes-se accomodar ás exigencias da industria assucareira⁴⁰

Conclui o parecerista Gustavo d’Utra :

De uma cousa, porém, estamos plenamente convencidos: o europeu nunca será jornaleiro nos nossos engenhos. (...) A questão dos braços entre nós é uma das que pedem solução mais prompta, e é preciso que se faça alguma cousa n’este sentido. O tempo urge; e agora mais que nunca, quando atravessamos uma crise sem precedentes nos annaes da agricultura bahiana e que se pôde dizer que a questão da lavoura se nos apresenta com toda a fatalidade do temível enigma: **resolve-me ou te devoro!**.⁴¹

No trecho acima é visível a gravidade da situação, e quanto era sensível a falta de braços para esse integrante da comissão externa. A reversão do quadro, na sua avaliação, passava por mudanças na rotina, incorporação de novas técnicas, mecanização agrícola para poupar braços, criação de instituições de crédito rural, melhorias nas vias de comunicação e de transporte e imigração chinesa. Não é demais afirmar que as medidas, mesmo aquelas implementadas (isenções de impostos, melhoria nos meios de transportes – ferrovias – implantação de usinas, crédito) pelos governadores

baianos ao longo da Primeira República, necessariamente não implicaram mudanças significativas na mentalidade das elites agrárias, em particular das elites do Recôncavo, nem alterações na estrutura social vigente.

Este não foi um fenômeno local. Ao analisar o processo de modernização nos engenhos de Pernambuco, Peter Eisenberg já havia assinalado a “modernização sem mudança”.⁴²

Há uma certa unidade nos pareceres apresentados pelos membros da comissão externa, nomeada pelo Senado do Estado da Bahia, quanto aos problemas da lavoura no Estado e às suas possíveis soluções. O problema da falta de braços, por exemplo, foi diagnosticado como resultado do ócio do ex-escravo e da inadaptabilidade do imigrante europeu. A solução asiática foi apresentada como a mais viável, apesar de todos os preconceitos contra o chinês.

A saída chinesa, como se verá, não era unânime. No entanto, a resistência/discordância não se fundamentava tão somente no preconceito contra o asiático, mas também numa compreensão diferenciada da realidade vivida pela lavoura da Bahia, em particular a falta de braços. Essa compreensão aponta para a construção de possíveis outras soluções/cenários que, talvez, se levadas a cabo, implicassem a modernização com mudança.

Uma Alternativa

Com base no exame do relatório elaborado pelo Inspetor Geral de Terras Públicas e Colonização, Virgílio David, e encaminhado ao Presidente da Província Luiz D’Almeida Couto, em 1892, verifica-se que uma alternativa foi construída e proposta.⁴³ Essa documentação revela elementos que nos possibilitam, ainda que preliminarmente, montar este quebra-cabeça que era a Bahia à época. Ela traz à tona outras vozes/visões, que permitem apreender o problema da falta de braços sob outro aspecto.

O inspetor Virgílio David apresenta, inicialmente, uma crítica contumaz ao sistema de recrutamento de imigrantes “estou mesmo convencido e certo que os únicos culpados são os nossos agentes no estrangeiro”.⁴⁴ Embora acreditasse que a colonização fosse o caminho para a salvação da lavoura, argumentava que não se devia confundir os

elementos atrativos que o Sul dispunha em relação ao Norte. A falta de um estudo mais aprofundado, que apontasse para essa diversidade de elementos, se traduzia, para o inspetor, no “entorpecimento da realidade (...) esta falta de atenção em questão desta natureza, a ideia diz que o colono que se estabelece no Sul pode residir no norte, provem de um defeito todo natural entre nós – a **imitação**”.⁴⁵

Além disso, o inspetor Virgílio David assinalou as diferenças de mentalidade que existiriam entre os lavradores do sul e os do norte: ambição versus indolência, atividade versus inércia. E indaga até que ponto a necessidade de imigração estrangeira para o Norte era conseqüência direta da extinção da escravidão. Para o inspetor, estabelecer essa relação era um erro:

(...) o certo que a agricultura ao qual faltaram-lhe os braços escravos, vinha a necessidade de substituí-los por outros, e a imitação os leva a procurar colono estrangeiro, porque elle não pensa que possa haver outros.⁴⁶

Qual é o significado do termo imitação? É fundamental ir além do simples ato de imitar, é necessário apreender o significado ideológico, isso é, identificar a ideologia que norteia essa ação. Assim como a escravidão era uma instituição no país, para muitos, responsável pela unidade nacional, a ideologia racial – parte da construção da identidade nacional – objetivava transformar o Brasil em um país de brancos, negando todo o seu passado escravista.⁴⁷ Nesse sentido, devem ser entendidas as manifestações/apelos/esforços pela vinda dos imigrantes europeus. A Bahia não era uma exceção, muito pelo contrário, aqui a situação é agravada, tal o tamanho do passado a ser apagado.

A imitação pode ser apreendida como uma tentativa de uniformização das atitudes no pós-abolição – a concepção do imigrante civilizador, agente catalisador do desenvolvimento e de melhoria da população, portador de novas técnicas, o vencedor da inércia. Muito embora a ideologia racial brasilei-

ra não utilize seus mecanismos de exclusão uniformemente no País, as expressões que ela assume vão depender do contingente populacional negro-mestiço e das suas reações. Para o inspetor Virgílio David, como doravante observaremos, a crítica dirigida à imitação é a defesa da sua proposta de uma solução doméstica para a questão dos braços, isto é, utilizar a própria população egressa da escravidão.

Afirmava o inspetor:

Muito embora a ideologia racial brasileira não utilize seus mecanismos de exclusão uniformemente no País, as expressões que ela assume vão depender do contingente populacional negro-mestiço e das suas reações.

Entretanto, se o lavrador fosse previdente e cuidadoso dos seus interesses, teria reflectido que desde o momento em que o filho da mulher escrava era um homem livre, (...) cumpria-lhe cuidar desde logo da organização de um novo pessoal agrícola habituado ao nosso clima, aos nossos campos e esse pessoal, elle o arregimentaria no proprio filho da mulher escrava, sua escrava nascidas nas suas fazendas, não conhecendo outros costumes além dos que presidiram ao seu nascimento.⁴⁸

Para ele, bastava seguir o espírito da lei, seguir o pensamento do legislador, mas isso não foi feito.⁴⁹ O problema, naquele momento, não era de legislação e sim de mentalidade, era o projeto de futuro das oligarquias baianas, um projeto de futuro sem o negro.

O inspetor Virgílio David salientava ainda os esforços dos governos para estabelecer a corrente imigratória através de leis, regulamentos, tudo para salvar a lavoura do Estado. A corrente migratória se estabeleceu. Questionava o inspetor se os imigrantes que para cá vieram foram os mais adequados e se a qualidade de vida oferecida foi a mais salubre. Por certo que não. Segundo ele, os imigrantes foram lançados num cenário de privações, tornando-se homens inúteis ao País, e isso se deveu, primeiramente, à ação dos agentes recrutadores, para quem era simplesmente um negócio; em segundo lugar, à falta de entendimento do sentimento do imigrante – “aposta em nossas terras no intuito de melhorar de sorte e de chegar a fazer uma pequena fortuna”.⁵⁰

Outra questão posta por Virgílio David refere-se à escolha do imigrante (se o imigrante devia ser

alemão ou chinês). O inspetor mostrou-se contrário à imigração chinesa, reconheceu seu espírito trabalhador, mas, também, que se tratava de um elemento semeador de discórdia, e cita as experiências dos chineses em outras colônias, fora do Brasil, onde ele esteve: “foi necessária e urgente a repatriação desse elemento de discordia”.⁵¹ E questionava: “E é esse povo que prefere-se para elemento de melhoramento dos nossos campos e outro industrias?”.⁵²

Quanto aos europeus e à sua inadaptabilidade, afirmava que as turmas de colonos andavam pelas ruas vagando e esmolando a caridade pública. Considera que “não são elles os culpados por terem encontrado na Bahia a miseria e a fome. Somente foram mal escolhidos, não convem ao nosso clima, não se habilitarão jamais aos nossos costumes”.⁵³ Seguem os argumentos do inspetor Virgílio David: “(...)o allemão e o austríaco do norte, embora pobres, mesmo miseraveis, tem um conforto relativo, não podem resistir ao clima do centro agricola da Bahia, nem habituar-se aos seus custumes, se não depois de um longo tempo (...)”.⁵⁴

Conhecedor dos costumes e da índole da população da Bahia, era como se auto-intitulava o nosso inspetor David. Para ele, o desenvolvimento rural e material do Estado não passavam somente pela questão da qualidade do imigrante, mas fundamentalmente pelo regime da propriedade, precisamente pelo regime da grande agricultura – segundo ele incompatível com essa índole. Então, qual era a alternativa?

(...) A pequena agricultura, isto é, a subdivisão do solo, tornado propriedade de muitos lavradores e explorado systematicamente, com recursos limitados, mas na mesma relação productiva, pode ser e é o único meio de levantar a lavoura da Bahia.⁵⁵

O interessante é que essa alternativa podia ser considerada bastante avançada para a época, aproximando-se, quiçá, de uma proposta de reforma agrária. Vale ressaltar que ela parte de alguém que conhece os problemas da agricultura, pois é um inspetor de terras e os vivenciava cotidianamente. Na documentação não foi possível encontrar elementos para investigar a que classe social pertencia o inspetor. A sua proposta da pequena proprie-

dade vem reforçar a tese de que era possível uma solução doméstica para a falta de braços, dando por certo que os campos não estavam desertos.

Afirmava, categoricamente, o inspetor, que os braços para o soerguimento da lavoura, com base na pequena propriedade, se encontravam entre a população que habitava os campos, adaptados ao clima, aos costumes; aqui, um contraponto importante às afirmações dos pareceristas Bittencourt e Gustavo d’Utra, que tratavam os trabalhadores dos campos da Bahia como ociosos e sem iniciativa :

(...) o homem dos campos da Bahia sente as mesmas necessidades que o europeu e como este procura satisfazer-as. O centro em que elle vive é com certeza insufficiente, elle precisa de estímulo e de exemplo, ao mesmo tempo de recursos para desenvolver a sua actividade, e nem todos os meios applicados até agora são de natureza a ajudal-o. (fl.14)

Por que estes indivíduos não foram incorporados de imediato? “(...) Não é, entretanto, difficil obter dos nossos homens essas condições, embora por um egoismo responsavel, e por imitação se pense e se diga que são preguiçosos e indolentes”.⁵⁶ O “egoísmo responsável” pode ser interpretado como mais uma das representações da ideologia racial (baiana). A incorporação desses indivíduos na alternativa proposta, significaria muito mais que a mudança de mentalidade das oligarquias, mas sua extinção – “que desapareça a aristocracia da lavoura”, defendia David. Significaria, portanto, a construção de outro projeto político para a Bahia, com a subordinação da população negra e mestiça a outro regime de controle e de incentivos alternativos aos herdados da escravidão ou, até, uma mudança estrutural na economia e sociedade.

Nesse sentido, é enfático sobre a falta de braços:

(...) é um erro imaginar-se que não temos braços racionais sufficientes nos campos da Bahia; e a melhor prova esta nesse enorme numero de imigrantes do sertão que abandonão seus lares, não somente pela falta de viveres alimenticios, mas principalmente pela falta de meios de subsistir-se.⁵⁷

Insistiu que não havia necessidade de colonos estrangeiros para explorar as imensas terras e sim, de:

(...) homens activos, inteligentes que mediante todas as garantias introduzam entre os camponeses a ideia de lucro e do bem estar; mas o numero homens deve ser limitado, pois só assim não haverá a ideia da volta ao seu paiz.⁵⁸

Apesar do alcance social que poderia redundar na adoção dessa alternativa, o europeu ainda era visto, mesmo com ressalvas, como elemento civilizador/ou portador de cultura superior. Restava saber se este europeu foi o que chegou ao país.

Uma discussão que não se encerra

Aqui estabelecemos o encontro entre duas visões sobre o estado da lavoura na Bahia, em particular sobre a discussão em torno da falta de braços, encontro que nos permitiu tecer algumas considerações sobre a formação do mercado de trabalho. A questão da falta de braços parece ser uma falsa questão, porque as evidências sugerem que o mercado não estava vazio. Diversas passagens dos pareceres da comissão externa registram a migração para as vilas e cidades, o que demonstra ser falacioso o argumento de que não havia população disponível no campo.

Há de fato uma escassez, mas daquele trabalhador considerado ideal pelas elites: o imigrante branco-europeu. Apesar das inúmeras tentativas das elites baianas, não foi possível atrair para o Estado uma corrente imigratória significativa, nem de europeus, tampouco de asiáticos – estes últimos, também buscados, em que pese o preconceito racial existente contra eles.

Como não se tornou hegemônica a proposta da pequena propriedade⁵⁹ – o que poderia resultar em um certo soerguimento econômico do Estado, com inclusão social – o projeto futuro da oligarquia baiana, que se tornou hegemônico no pós-abolição, tomou como via de regra manter a população negra e mestiça nos limites extremos da pobreza, dificultando as suas condições de sobrevivência, camuflando as desigualdades raciais e sociais, através das relações de compadrio, de clientelismo, na exacerbação das relações patriarcais (analisadas por Gilberto Freyre – a

“rede de proteção” do complexo Casa Grande & Senzala – que, na Bahia, não foram totalmente dissolvidas pelos *Sobrados e Mucambos*) herdadas da escravidão e posteriormente reelaboradas, tendo no anedotário um ditado bastante emblemático: “na Bahia ninguém morre de fome”. Além disso, promoveu-se um forte controle social sobre as manifestações culturais da população negro-mestiça, a exemplo da repressão à capoeira, ao candomblé e das tentativas de “desafricanizar” as ruas da capital. Da

mesma forma, impuseram-se fortes limites ao exercício da cidadania – a interdição ao analfabeto do direito ao voto, consagrada pela Constituição de 1891: segundo o censo de 1920, no Estado da Bahia, 81,6% da população era composta por analfabetos.

Entretantes, essa população não se manteve pacífica, fez seus movimentos de resistência (ruidosos, silenciosos) contra a carestia ou pela preservação dos seus valores religiosos e culturais, provocando mudanças de orientação no projeto das elites, mas não o suficiente para

desencadear uma mudança estrutural a seu favor.

Finalmente, sem os brancos europeus e sem os asiáticos, como soerguer a lavoura? O que fazer com tamanha população negro-mestiça? Aqui reside o verdadeiro enigma. Como não foram devorados, conseguiram decifrá-lo. Cabe ainda questionar se é possível apreender os projetos políticos das oligarquias baianas sem considerar o componente racial, pois é esse um componente que também está na base da discussão da falta de braços. Não é somente **o quanto** e sim, também **o quem** será considerado como trabalhador nacional. Voltando para o regional, admitir a interface entre o racial e o econômico na construção desse projeto político futuro das oligarquias baianas, é propor um novo olhar sobre as causas do “enigma baiano”.

Notas

- 1 Ver Mário Augusto da Silva Santos. *Sobrevivência e tensões sociais. Salvador(1890-1930).USP(tese de doutorado),1982. p.355-355-A, 361.*

- 2 Ver Ademir Gebara. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo, 1986.
- 3 Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), Seção Colonial. Maço 917 – Ministério da Justiça. Avisos Recebidos. 1878, fl. 159
- 4 APEB. Fundo: Senado do Estado da Bahia. Série: pareceres. nº86. Ano. 1891. Seção Republicana. Secretaria da Agricultura. Caixa. nº2382. maço 163. documento 622. Ano. 1892.
- 5 Ver B.J. Barickman, *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)*. Afro-Ásia, 21-22 (1998-1999).
- 6 "... Também não tiveram poder suficiente para conduzir a seu próprio gosto, e sem maiores transtornos, a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre dentro de suas propriedades" . (idem. p.233)
- 7 APEB. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série: Pareceres, nº86, 1891. p.1.
- 8 Ver sobre o assunto, Mário Augusto da Silva Santos. *Sobrevivência e tensões sociais. Salvador (1890-1930). USP. (tese de doutorado), 1982.*
- 9 APEB. Fundo: Senado do Estado da Bahia. Série – Pareceres. nº86. 1891. p.1
- 10 Idem
- 11 Idem (**grifo nosso**)
- 12 O Estado Imperial vai progressivamente adotando medidas que sinalizam o seu desapego ao instituto da escravidão: as inovações constantes nas Leis do Ventre Livre, do Sexagenário, as recomendações à Justiça nas ações movidas por libertos e escravos contra os senhores e até a própria Lei Áurea. No entanto, esse desapego não significou um "apego" ao ex-escravo ou preocupação com suas condições de existência, pois não foram tomadas medidas que importassem em transformá-lo em cidadão **nacional**, ao não ser em casos excepcionais (Guerra do Paraguai, Guarda Negra). Para cidadão **nacional**, o Estado Imperial desejava sim, o imigrante europeu, e talvez aqui resida o fulcro do desapego ao instituto da escravidão.
- 13 Ver João Manuel Cardoso de Mello. *Capitalismo tardio*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, e Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e Origens da indústria no Brasil..7ª ed.* São Paulo: Ed. Alfa-Omega. 1986.
- 14 Josué Modesto dos Passos Subrinho *Reordenamento do trabalho. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe – 1850/1930. (Tese de doutoramento)*. UNICAMP. 1992. p.191.
- 15 Ver mais sobre assunto em B.J. Barickman., op.cit.
- 16 Ver Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)* 2ª ed. R.J.: Civilização Brasileira, 1978; Passos Subrinho, op.cit
- 17 APEB ibid. p.1
- 18 ibid.
- 19 ibid. (**grifo no original**)
- 20 ibid.
- 21 Ver sobre o assunto João José Reis, *Os cantos na véspera da abolição*. 2000 (mimeo)
- 22 Engenheiro Theodoro Augusto Cardoso, Juiz Commissario de Ilheus APEB. Seção Colonial . Avisos recebidos do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas..24.5.1888. Maço 783. Doc.59-A . fl.90. (**grifo nosso**).
- 23 Efectuo-se ontem, no predio No. 50, à rua dos Capitães, a reunião convocada pelo sr. Eduardo Carigé contra a idéia da emigração chinesa.
- Analysando o projecto do deputado Cruz Rios e censurando a lembrança de introduzirem-se chineses neste estado o sr. Carigé firmou a sua opinião contrária em autoridades de valor.
- Compareceu à reunião grande numero de cidadãos de todas as classes, notando-se a presença de socios das sociedades abolicionistas José Bonifacio, Luiz Alvares, Libertadora Bahiana, Francisco do Nascimento e Rio Branco, de S. Felix, os presidentes dos clubes Luiz Gama desta capital e Carigé da cidade da Cachoeira.
- O negociante Euclides Ribeiro Sales apresentou uma proposta para que fosse fundada imediatamente uma sociedade com o fim de fazer propaganda contra a emigração chinesa, proposta que foi aprovada, depois de usarem da palavra os senhores Cerqueira Lima, João Moreira, Euclides Salles, Cincinato Franca, Eloy da Costa e Argemiro Leão. Tendo sido largamente discutida a proposta ficou resolvida a convocação de uma reunião para o dia 7 do corrente. "Imigração chinesa". *Jornal de Notícias*, 04/09/1891. p. 1
- 24 APEB. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série Pareceres. nº86. 1891. p.2.
- 25 idem
- 26 De forma preliminar, podemos conjecturar que a(s) concepções de trabalho africano/afro-brasileira estão diretamente relacionadas às condições que asseguram a sobrevivência. Podemos pensar, ainda que preliminarmente, na existência de três modalidades:
- O assalariamento*, como uma completa inserção no mundo capitalista; a *autonomia*, como um meio termo, influenciado pelas necessidades de intercambiar as trocas; e o *"ócio"* que, no limite, é a não-sujeição à lógica capitalista.

- 27 APEB. *ibid.*, p.3
- 28 *ibid.*p.4
- 29 *idem*
- 30 *idem*
- 31 *ibid.*
- 32 *ibid.*, p.7
- 33 *idem*
- 34 Ver sobre o assunto Mário Augusto da Silva Santos. *op.cit.*
- 35 Ver mais sobre o assunto, Rômulo Almeida, Clemente Mariani, Manuel Pinto de Aguiar in Planejamento, Salvador, vol 5, nº4, out-dez.1977.
- 36 APEB. Fundo Senado do Estado da Bahia. Série Pareceres.nº86.1891.p.7
- 37 *idem.*
- 38 *ibid.*, p.7
- 39 *ibid.*,p.8
- 40 *ibid.*
- 41 *idem.*p.9 (**grifo nosso**)
- 42 Ver. Peter L Eisenberg . *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- 43 APEB. Caixa 2382.Maço 163. Doc.620. 24.01.1892.
- 44 *ibid.*, fl.2
- 45 *ibid.*, .fl.3 (**grifo nosso**)
- 46 *idem*
- 47 Ver, sobre o assunto, Thomas E. Skidmore. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.
- 48 APEB. Caixa 2382.Maço 163. Doc.620. 24.01.1892,.fl.4
- 49 *idem.*
- 50 *Ibid.*, fl.8.
- 51 *ibid.*.,fl.9
- 52 *ibid.*.,fl.10
- 53 *idem*
- 54 *ibid.*, .fls10-11.
- 55 *Ibid.*, fl.13
- 56 *ibid.*.,fl.14
- 57 *ibid.*, fls 15-16
- 58 *ibid.*, fl. 16
- 59 Não foi encontrado registro da apreciação dessa proposta pelas instâncias de representação da sociedade.

(I) Esta expressão foi utilizada por Gustavo d'Utra, parecerista convocado pelo Senado do Estado Federado da Bahia.

* Professor de Economia da Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS-BA, da Faculdade de Ciências Econômicas da UCSAL, doutorando em História Econômica pela UNICAMP.

Agradecimentos aos professores dr. João José Reis e Walter Fraga Filho pelos valiosos comentários ao texto.

Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX⁽¹⁾

Ana Lúcia Borges de Carvalho*

Mário André Soares de Freitas**

Paulo Campanário***

Este trabalho confirma as tendências indicadas por outros estudos, sinalizando para a queda rápida da fecundidade, o redirecionamento dos grandes fluxos migratórios e as mudanças nos padrões de mortalidade e vida média da população de Salvador e RMS. Esses aspectos, que configuram a atual dinâmica demográfica, conformam uma situação dificilmente reversível a médio prazo, consolidando um novo padrão de procriação (restrita), cujas descendências tendem a ampliar os horizontes de sobrevivência. Compreender tais movimentos é importante para o entendimento dos novos padrões de reprodução e do ritmo de crescimento da população de Salvador e de sua Região Metropolitana.

A análise das mudanças dos padrões de dinâmica demográfica da RMS aqui apresentada é ilustrada com dados extraídos do documento *Tendências demográficas e projeção da população por idade e sexo da Região Metropolitana de Salvador*,¹ levando-se em conta os ajustes dos indicadores demográficos disponíveis.

Salvador viveu, entre 1940 e 1970, um processo de intensa expansão demográfica e reordenamento das relações sociais de produção, com avanço do desenvolvimento econômico. Aquele período representou um rejuvenescimento da população, resultado do aumento dos saldos líquidos de imigração, da melhoria das condições de sobrevivência e do conseqüente aumento da taxa de fecundidade total. Já o período seguinte, iniciado nos anos de 1970/80, configura um outro movimento, caracte-

terizado na área econômica pela reversão dos investimentos nas relações de produção. Consolidam-se, contudo, melhorias nas condições de sobrevivência da população e surge o fenômeno da redução dos índices de reprodução demográfica; fenômeno responsável, atualmente, pelo equilíbrio entre o crescimento vegetativo e os saldos migratórios.

Objetiva-se mostrar que esses dois movimentos contraditórios (aceleração e desaceleração do ritmo de crescimento da população) são resultantes de progressivas alterações, ocorridas nos últimos 50 anos, na dinâmica da população da Região Metropolitana de Salvador. Essas alterações são perceptíveis nos componentes demográficos da mortalidade e da fecundidade, configurando modificações no processo de reprodução e sucessão das gerações.

Este estudo, portanto, mostra-se importante e útil enquanto alternativa disponível para o planejamento socioeconômico da Região Metropolitana de Salvador, permitindo-se evoluir para hipóteses de tendências futuras e estimativas de projeção de população.

Metodologia

A metodologia utilizada para este estudo parte da elaboração de cenários retrospectivos, obtidos mediante a confrontação entre os indicadores demográficos disponíveis² e dados dos Censos Demográficos do IBGE. A análise da evolução da população de Salvador entre 1940 e 1996 é realizada pelo método dos componentes demográficos por

coortes – que representa um procedimento mais adequado à conjuntura de mudanças nos componentes da dinâmica demográfica.

Adotando-se um *software* que permitiu ajustar dados de variáveis demográficas para o período 1940-1996 (informações sobre fecundidade, mortalidade e migração por sexo e grupos etários), inter-relacionaram-se e compatibilizaram-se os resultados obtidos com as informações dos Censos Demográficos a partir de 1940, até a Contagem de População de 1996. Obteve-se, assim, uma “revisão geral” das tendências demográficas para a Região Metropolitana e, particularmente, para o município de Salvador para o período analisado. Desse modo, foi possível elaborar cenarizações retrospectivas da dinâmica demográfica ao longo dos últimos 50 anos.

O modelo gerado por este *software* – denominado Modelo Evadan³ – possibilitou a criação de uma estrutura de população a partir dos componentes demográficos específicos por coortes. Assim, trabalhou-se com grupos quinquenais de idades em diferentes anos, com variáveis de relações de sobrevivência, taxas específicas de fecundidade e migração, e com a estrutura etária fornecida pelos Censos.

O programa demográfico adotado projetou, em uma primeira tentativa, uma população teórica para 1950, através da aplicação de taxas relativamente confiáveis de mortalidade, e relativamente aceitáveis de fecundidade e migrações para os períodos 1940-45 e 1945-50. É válido ressaltar que, caso os níveis de fecundidade e de migração adotados nesse modelo fossem muito diferentes dos realmente existentes em Salvador, a população gerada para o ano de 1950 tornar-se-ia muito diferente da população do Censo Demográfico de 1950, e isso não ocorreu, devido ao princípio de que, *a um dado conjunto de taxas de mortalidade, fecundidade e saldos migratórios por grupos etários, corresponde uma e só uma estrutura etária de população.* Através de outras tentativas de ajustes das variáveis (relações de sobrevivência, fecundidade e saldos migratórios) o modelo foi gerando, paulatinamente, uma população cada vez mais próxima à do Censo Demográfico de 1950. Assim, pode-se afirmar que os valores de fecundidade e de saldos migratórios adotados

pelo modelo, para o período 1940-1950, estavam muito próximos aos valores reais.

Para o período 1950-1960, adotou-se o mesmo procedimento e assim sucessivamente. É importante dizer, ainda, que no programa demográfico adotado, a estrutura da população inicial (a de 1940) encontra-se engendrando a estrutura da população atual em 1996 e vice versa. Por este motivo, a população estimada pelo programa é tão (ou mais) confiável que a contagem dos Censos Demográficos, uma vez que estes estão sujeitos a omissões nos grupos etários menores de cinco anos e a declarações de idade mal feitas.

As considerações metodológicas mais focalizadas sobre os componentes demográficos são apresentadas mais adiante, quando do desenvolvimento de cada um deles.

As Transformações Demográficas na Região Metropolitana de Salvador

A Região Metropolitana de Salvador representa a extensão geográfica que interage diretamente com a Cidade de Salvador. Assim, os municípios localizados nos limites periféricos da capital do Estado passam a assumir funções correlatas de expansão de suas relações sociais de produção, abrigando parques petroquímicos, centros fabris, dormitórios para o proletariado, parques, além de áreas verdes, de lazer e de veraneio – áreas para as quais, gradativamente, se processa o transbordamento da cidade maior. Ora, tudo o que há 50 anos estava circunscrito ao município de Salvador ampliou-se em tal monta que, necessariamente, passou a ocupar uma nova extensão territorial, transformando as antigas funções pastoris e agrícolas em um modo de vida predominantemente urbano, ao que se denominou Região Metropolitana de Salvador.

A RMS compõe-se de dez municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Segundo a Contagem Populacional realizada em 1996, pelo IBGE, e ainda sem nenhuma correção, a região possuía 2.709.084 habitantes, representando cerca de 22% do total da população do Estado da Bahia. Na Tabela 1, observa-se a série histórica da população da RM de Salvador, de 1940 a 1996, estando assi-

Tabela 1
População residente por município
RMS - 1940-1996

Municípios da RMS	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Camaçari	11.138	13.800	21.849	33.273	69.475	113.639	134.901
Candeias (1958)*	363	7.196	18.484	34.195	54.081	67.941	69.503
Dias D'Ávila	—	—	—	—	19.703	31.260	37.916
Itaparica	4.969	6.939	7.772	8.391	10.877	15.055	17.975
L. de Freitas (1962)*	378	7.494	9.865	10.007	35.300	69.270	97.219
M. de Deus (1989)*	—	—	—	—	8.293	9.183	9.961
Salvador	292.963	392.890	635.917	1.007.195	1.493.688	2.075.273	2.211.539
S. Francisco do Conde	10.409	11.077	18.455	20.738	17.835	20.238	24.213
Simões Filho (1961)*	487	9.655	9.953	22.019	43.578	72.526	78.229
Vera Cruz	10.055	9.480	11.781	12.003	13.743	22.136	27.629
RMS	330.762	458.531	734.076	1.147.821	1.766.573	2.496.521	2.709.084

Fonte: Elaborado pela P&P a partir de dados do IBGE. Censos Demográficos e Contagem de População.

Notas: (*) Ano referente ao desmembramento de Salvador, a partir da CONDER-SEPLANTEC. Painel de informações, 1997.

nalados os municípios que foram desmembrados de Salvador durante esse período, com seus respectivos anos de emancipação.

Conforme dados totais da Tabela 1, o município de Salvador possuía, em 1940, uma participação de 88,57% da população do conjunto dos municípios que compõem a sua região metropolitana. Em 1996, segundo a Contagem Populacional, essa participação passou a 81,63%. Esta diminuição de participação da população de Salvador na da RMS, no entanto, confirma o fenômeno do transbordamento, na medida em que o incremento populacional total da capital foi da ordem de 755% no período 1940-1996. Para melhor análise da dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana, considerou-se pertinente destacar as principais tendências nos níveis do crescimento demográfico da capital, uma vez que estas tendências atuaram como uma fonte propulsora da dinâmica que, gradual e permanentemente, passou a permear toda a Região Metropolitana.

No Quadro I, é possível observar que a população na área correspondente à RMS – e em especial

1940 e 50, a taxa de crescimento médio anual elevou-se para 3,32% ao ano, atingindo, na década de 1950-60, o nível máximo de 4,82% ao ano. A partir daí a taxa declinou, embora ainda mantendo um ritmo de crescimento bastante alto: 4,57% ao ano, entre 1960 e 1970; na década de 1970-1980, 4,41%. Essa maior aceleração ocorreu devido à combinação do crescimento migratório com o crescimento vegetativo (como será abordado adiante), configurado pela elevação das taxas de sobrevivência e aumento da fecundidade, conseqüências também associadas ao saldo da imigração líquida, predominantemente de pessoas jovens.

A partir dos dados do Censo Demográfico de 1980, observou-se na Região Metropolitana de Salvador uma tendência à desaceleração do ritmo de crescimento demográfico, momento em que a taxa de crescimento médio anual caiu para 3,19% ao ano (1980-1991). Entre 1991-1996 a taxa desce ainda mais, indo para 1,62% ao ano. Esta menor aceleração deve-se à diminuição do crescimento

no município de Salvador – apresentou aceleração do ritmo de crescimento entre 1940-1960, com taxas de crescimento da ordem de 3,32% a 4,82% ao ano.

Em um primeiro momento (1940 a 1960), a Região de Salvador apresentou uma rápida aceleração do ritmo de crescimento demográfico. Entre

vegetativo, configurado pelo fenômeno da queda da fecundidade e pela desaceleração das taxas de crescimento dos saldos médios migratórios anuais depois de 1980.

Quadro 1
Taxa de crescimento médio anual
Salvador e RMS - 1940 - 1996

Período	Taxa de Crescimento Médio Anual					
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-96
Salvador	2,98	4,93	4,71	4,02	3,03	1,26
RMS	3,32	4,82	4,57	4,41	3,19	1,62

Fonte: Elaborado pela P&P a partir de dados do IBGE - Censos Demográficos e Contagem de População.

Estrutura da população de Salvador por idade e sexo

O programa (*software*) demográfico adotou os dados de população de Salvador, por idade e sexo, do IBGE, conforme as tabelas a seguir, que mostram a distribuição dessa para os anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 1996. Após cada tabela, são apresentadas as respectivas figuras de pirâmides, que permitem ilustrar as alterações na estrutura etária da população.

Deve-se registrar as considerações de que as gerações mais velhas geram um número de filhos maior que seu próprio contingente. A população resultante terá, então, uma proporção relativamente maior de jovens que de adultos e maior de adultos que de pessoas idosas. A população terá a forma de uma pirâmide, conhecida como *pirâmide populacional*. Assim, basta examinar a distribuição de uma população por idades para afirmar se as mulheres desta mesma população estão gerando um alto ou um baixo número de filhos; se a fecundidade está ou não diminuindo e, inclusive, quais são

os níveis aproximados de fluxos migratórios, pois todos estes fenômenos provocam modificações específicas na distribuição etária da população.

Na pirâmide etária da população de Salvador para o ano de 1940, observa-se a dilatação das coortes de 10 a 30 anos, indicando significativa imigração líquida; destaca-se que no sexo feminino o ganho migratório é mais acentuado. A pirâmide de população para 1950, por sua vez, demonstra um significativo aumento do grupo etário de 0 a 4 anos; isto é, aquela coorte nascida no período imediato ao Pós-Guerra.

A pirâmide etária para 1960 ilustra a estrutura da população que ganhou com a imigração líquida, no período de 1950 a 1960, cerca de 37,6% de novos habitantes, distribuídos nos diversos grupos etários. Nota-se o alargamento da parte inferior da pirâmide e o preenchimento de vazios existentes na pirâmide de 1950, retratando o início do processo de rejuvenescimento da população. Para 1970, a pirâmide demonstra a continuidade deste processo de rejuvenescimento, havendo um número crescente de pessoas em idade fértil e, conseqüentemente, um número continuamente maior de nascidos vivos. É válido

notar que, naquele ano, cerca de 28% da população total pertencia à faixa de 0 a 9 anos de idade; ou seja, tinha nascido entre 1960 e 1970.

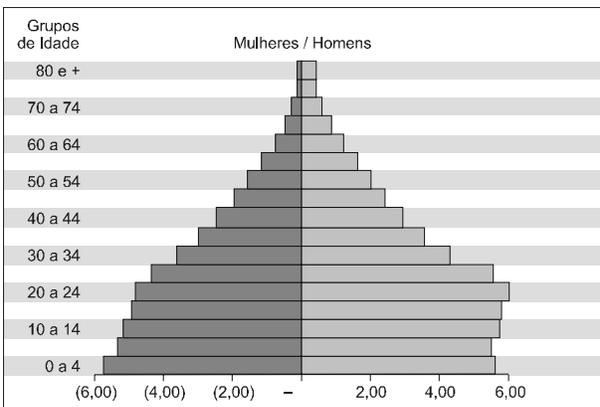
A pirâmide de 1980 demonstra uma continuidade no processo de rejuvenescimento da população, com um número crescente de mulheres em idade fértil e um número continuamente maior de nascidos vivos, apesar da diminuição da TFT que se acentua a partir desse ano. A base da pi-

Tabela 2
População por grupos de idade e sexo
Salvador - 1940-1970

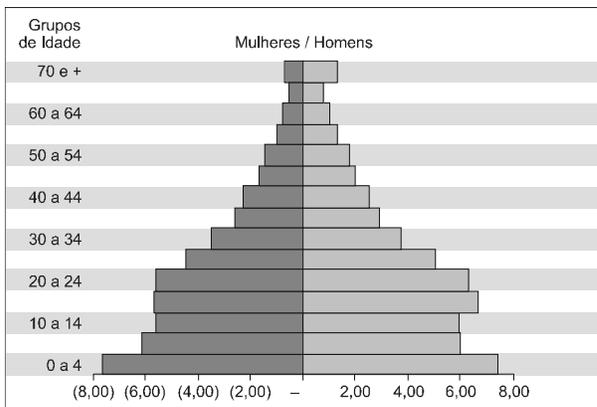
Idades	1940		1950		1960		1970	
	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 4	16.713	16.344	25.714	25.457	44.773	43.699	75.568	73.545
5 a 9	15.545	16.023	19.018	19.270	37.142	37.122	68.737	68.315
10 a 14	15.019	16.696	18.900	20.886	33.431	36.308	57.183	61.749
15 a 19	14.347	16.841	20.002	24.314	32.540	39.597	51.435	63.306
20 a 24	13.996	17.484	20.790	25.495	32.065	38.004	47.912	55.483
25 a 29	12.710	16.140	17.601	20.649	25.741	30.172	36.053	43.026
30 a 34	10.431	12.602	13.230	15.290	20.426	23.290	30.626	34.814
35 a 39	8.707	10.351	11.851	14.502	17.754	21.324	25.638	30.590
40 a 44	7.129	8.566	9.686	11.033	14.786	16.747	21.882	24.907
45 a 49	5.697	7.017	7.599	9.378	11.757	13.967	17.686	20.283
50 a 54	4.441	5.876	5.630	7.211	8.729	10.849	13.067	15.948
55 a 59	3.272	4.678	3.977	5.280	6.295	8.170	9.608	12.462
60 a 64	2.103	3.537	3.346	4.965	4.958	7.052	7.057	9.655
65 a 69	1.285	2.573	1.811	3.034	3.000	4.848	4.826	7.631
70 a 74	759	1.725	1.023	2.285	1.782	3.526	3.081	5.388
75 a 79	380	1.140	551	1.261	1.010	2.170	1.743	3.628
> 80	351	1.257	433	1.418	713	2.170	1.175	3.188
Total	132.885	158.850	181.162	211.728	296.902	339.015	473.277	533.918
Total Geral	291.735	392.890	635.917	1.007.196	—	—	—	—

Fonte: IBGE, e OCEPLAN, Evolução demográfica de Salvador 1940-2000.

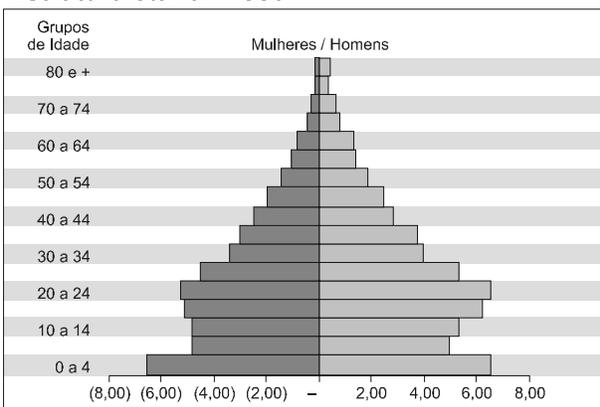
Estrutura etária - 1940



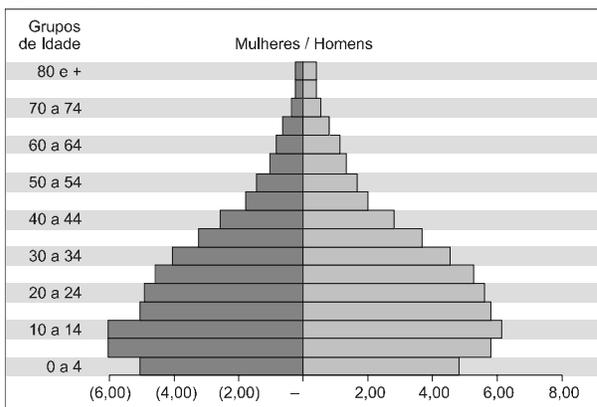
Estrutura etária - 1980



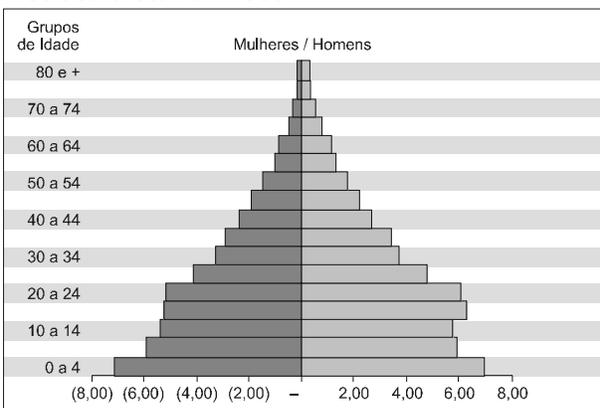
Estrutura etária - 1950



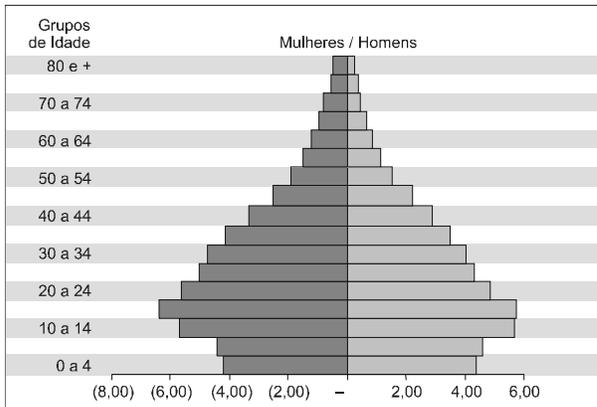
Estrutura etária - 1991



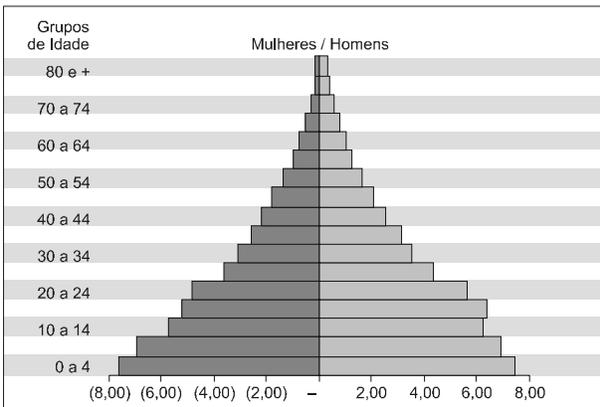
Estrutura etária - 1960



Estrutura etária - 1996



Estrutura etária - 1970



râmide retrata a dinâmica da sucessão de gerações, uma vez que cerca de 14% da população total encontrava-se na faixa de 0 a 4 anos de idade, tendo nascido, portanto, no período 1975-1980.

As pirâmides de 1991 e 1996 apresentam conformações semelhantes entre si e são distintas daquelas dos anos anteriores. A sua principal característica é a presença de forte retraimento em suas bases (nos grupos etários de 0 a 4 anos), demonstrando o declínio da fecundidade. Esta tendência contribuirá para diminuir, em números absolutos, o tamanho das novas gerações.

Mudanças nos Indicadores Específicos por Componentes

Mortalidade

Para se chegar ao padrão de mortalidade da RMS, o procedimento utilizado pelo programa demográfico adotado foi a comparação da seqüência das taxas de mortalidade por grupos de idade dessa região com as do denominado *Modelo Brasil*, modelo empírico de mortalidade adaptado a este País, desenvolvido por pesquisadores⁴ do IBGE nos anos 80.

As informações de mortalidade foram derivadas de tabelas de óbitos de Salvador e da RMS, a partir de dados das estatísticas do Registro Civil do IBGE e do Sistema de Informação de Mortes (SIM) do Ministério da Saúde/SESAB, sem que se tenha efetuado nenhum tipo de correção. Estes dados são apresentados por grupos de sexo. Para calcular as taxas de mortalidade por idades (apesar dessas serem subestimadas, devido à omissão de óbitos no Registro Civil), buscou-se uma *forma* ou *estrutura* semelhante à das taxas encontradas nas tábuas do Modelo Brasil. Através do procedimento de comparação – e com a ajuda do método matemático dos mínimos quadrados – chegou-se à tábua do Modelo Brasil mais próxima, com o cálculo das taxas. Com a tábua encontrada, pôde-se chegar à esperança de vida ao nascer para Salvador e sua Região Metropolitana.

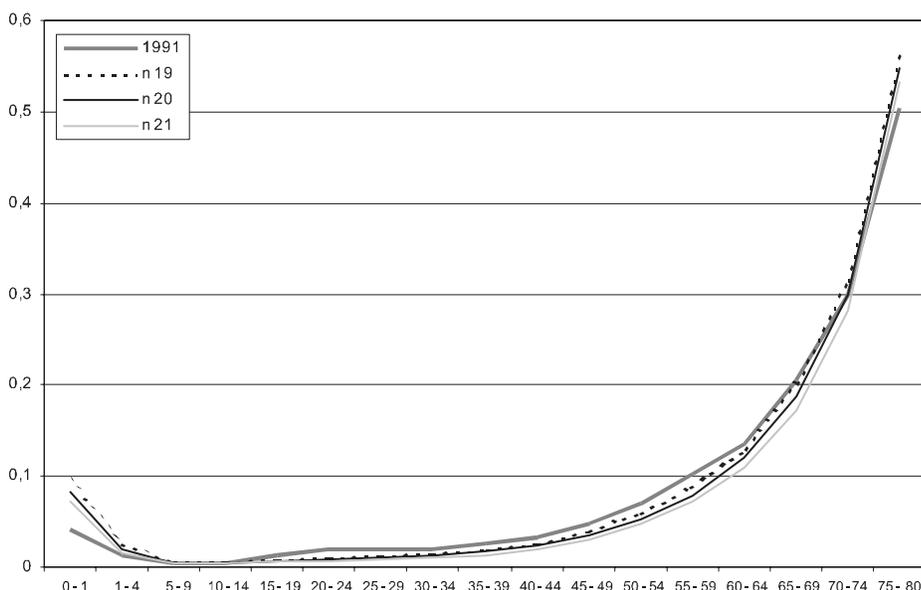
Por outro lado, pesquisou-se uma estrutura de mortalidade que permitisse uma relação de sobrevivência mais compatível com os dados empíricos coletados. Constatou-se que a realidade em Salvador expressa algumas divergências em relação aos modelos clássicos. Um exemplo disso é a curva de taxas específicas de mortalidade masculina para Salvador no ano 1991. Nessa curva, os grupos de idade de 15 a 30 anos apresentam uma elevação das taxas de mortalidade diferente das curvas do Modelo Brasil, devido talvez aos altos índices de óbitos por causas violentas, muito mais freqüentes entre o sexo masculino. Optou-se, contudo, por utilizar-se, no *software*, as relações de sobrevivência correspondentes a este Modelo.

Para exemplificar a situação acima, apresenta-se o gráfico “Salvador – Padrão de Mortalidade Masculina, 1991”, no qual se compara a curva de mortalidade masculina desse município com três estruturas padrões do Modelo Brasil, correspondentes às tábuas 19, 20 e 21, correlacionadas respectivamente com 61,21 anos, 63,61 anos e 66,03 anos de esperança de vida ao nascer (e_0)⁵. Essas tábuas expressam a estrutura mais próxima do padrão empírico encontrado em Salvador, em 1991.

Em Salvador e em toda a Região Metropolitana, é grave o problema do sub-registro de óbitos, fato que acaba por interferir no cálculo da esperança de vida. Este é um problema antigo, mas só agora, com

o Sistema de Informação de Mortes (SIM), atualmente sob os auspícios da Secretaria Municipal de Saúde, começa-se a visualizar uma possibilidade de melhoria no controle da notificação e trato estatístico da mortalidade em Salvador. Também nos demais municípios, cujos sistemas de saúde são financiados pelo Piso de Atenção Básica (PAB), o SIM tende a ser aperfeiçoado, pois é condição exigida pelo Ministério da Saúde para o repasse de recursos.

Gráfico 1 - Padrão de mortalidade masculina Salvador, 1991



Observam-se pequenas diferenças nos resultados dos diversos estudos que efetuaram cálculos da esperança de vida ao nascer para Salvador, no período 1940-1995. Assim, a OCEPLAN, 1976,⁶ apontou, para o período 1940-1950, a esperança de vida em torno de 40 anos na capital e um valor ainda menor para o conjunto da RMS. Para o período 1960-1980, os valores apresentados pela OCEPLAN foram os seguintes: 51 anos em 1960; 57 anos em 1970 e 62 anos em 1980. O estudo de Camarano⁷ apontou que, para a RMS, a expectativa de vida ao nascer seria superior a 68 anos para ambos os sexos em 1995, tendo em vista os maiores recursos de saúde em Salvador e o peso da participação da capital na RMS.

Considerando o problema de subcontagem, as diferenças nos resultados de estudos e a ausência de confiabilidade nos dados de mortalidade, utilizaram-se, no programa demográfico adotado, dados disponíveis na Secretaria Estadual de Saúde (SESAB) e nas Estatísticas de Registro Civil do IBGE, a fim de compor a estrutura de mortalidade por idade e sexo para Salvador e sua Região Metropolitana.

Para entrada de dados no *software*, adotou-se, para o ano de 1940 (período em que a mortalidade era dificilmente mensurada, com elevada incidência de mortalidade infantil, na infância e na velhice), a estimativa de esperança de vida em Salvador de 32,49 anos para homens e 37,38 anos para mulheres. Sabe-se, entretanto,

que, ao longo dos anos, a esperança de vida da população foi aumentando, chegando aos seguintes valores, através das relações de sobrevivência correspondentes ao Modelo Brasil:

Aplicado o Modelo Evadan, chegou-se às seguintes conclusões principais: a) em todos os anos para os quais se dispõe de dados de mortalidade por sexo, as taxas masculinas são sempre superiores às femininas. A mortalidade em Salvador,

Quadro 2
Esperança de vida ao nascer
Salvador, 1940 - 1995

Período	Esp. de vida (eoo)	Período	Esp. de vida (eoo)
1940-45	36,90	1970-75	58,60
1945-50	39,30	1975-80	61,00
1950-55	42,10	1980-85	63,10
1955-60	47,70	1985-90	65,00
1960-65	52,50	1990-95	66,00
1965-70	55,80	—	—

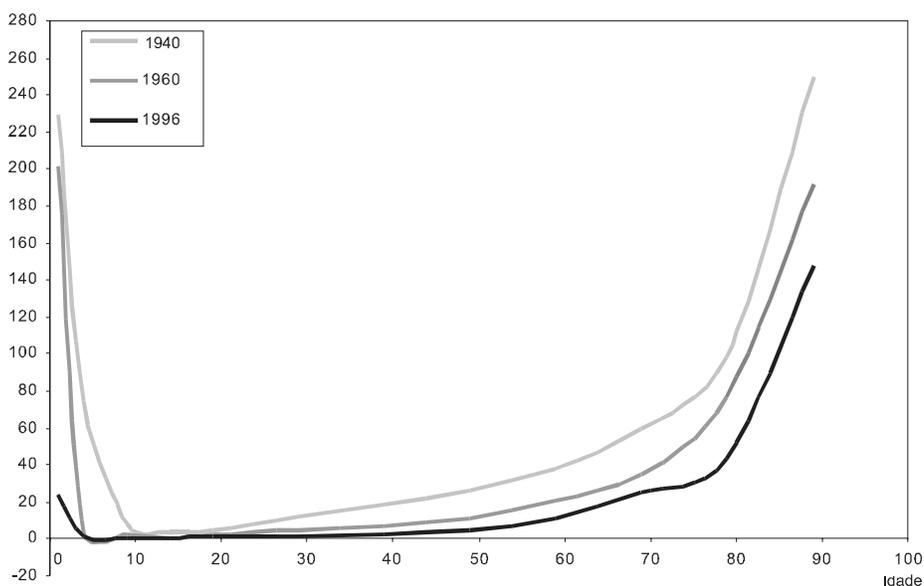
Fonte: P&P Ltda. Modelo Evadan.

portanto, segue o padrão geral de sobremortalidade masculina, observado na maioria das populações conhecidas no mundo; b) houve uma modificação no padrão de mortalidade ao longo do período de 1940-96, com redução da mortalidade na infância e também da mortalidade infantil, fatos que contribuíram para a elevação da esperança de vida ao nascer; c) embora os decréscimos de mortalidade tenham propiciado “ganhos de vida” consideráveis para ambos os sexos, eles foram maiores, em termos absolutos, para o sexo feminino; d) a esperança de vida ao nascer, entre 1940-45 e 1990-95, aumentou 1,8 vezes, tendo, ao longo do período, permanecido em constante elevação.

O gráfico a seguir representa a curva de mortalidade em Salvador para 1940, 1960 e 1996 e ilustra a

Gráfico 2 - Curva de mortalidade
Salvador, 1940,1960,1966

Coef. por 1000 hab.



transformação do padrão de mortalidade. Estima-se que as melhorias ocasionadas pelos investimentos em saneamento, saúde, educação e as mudanças no âmbito das relações sociais, contribuíram para o aumento da sobrevivência da população. O gráfico das curvas de mortalidade, elaborado a partir das taxas específicas, apresenta uma situação caracterizada tanto pela redução da mortalidade na infância (1960), quanto pela redução da mortalidade infantil (1996). O abatimento das curvas, representando taxas específicas sempre menores em todas as idades, sinaliza o progressivo aumento da esperança de vida da população, configurando melhorias irreversíveis.

A diminuição da mortalidade infantil, que gera um aumento do número de crianças sobreviventes, causa um efeito que é identificado na estrutura etária de modo similar ao de um aumento na fecundidade. Este fenômeno ocorreu em Salvador nos anos 40 e 50 e antecedeu a diminuição da fecundidade, cujo início se deu nos anos 70.

Fecundidade

Como indicadores da fecundidade, selecionou-se as TFT⁸ estimadas para a Região Nordeste, para a Bahia e para a Região Metropolitana de Salvador ao longo do período de 1940 a 1998,⁹ período no qual se configura uma significativa alteração no padrão de reprodução biológica da população.

Na década iniciada em 1970, ocorreu na RMS um movimento contínuo e generalizado de redução da fecundidade, acompanhando o movimento do Estado da Bahia como um todo, para o qual estimava-se que a taxa de fecundidade total estaria entre 3,1 e 2,8 filhos por mulher, para os períodos 1980-1991, e 1991-1996 (Camarano et al., 1998).¹⁰

Essa tendência, na Bahia, deveu-se principalmente à acentuada queda nos níveis de fecundidade total, que passou de 6,2 filhos/mulher, em 1980, para 2,7 filhos/mulher, em 1991, fenômeno que vem ocorrendo de forma mais rápida na área urbana e

Quadro 3
Taxas de fecundidade
Bahia e Região Nordeste, 1940 - 1991

Área	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Bahia (1)	6,8	7,4	7,3	7,5	6,2	3,7
Nordeste (2)	7,2	7,6	7,4	7,5	6,1	3,7

Fonte: (1) Souza, 1987; e (2) BEMFAM/DHS, 1992.

Quadro 4
Taxas de fecundidade
Bahia e RMS, 1991 - 1998

Área	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bahia (3)	3,33	3,16	3,00	2,85	2,73	2,62	2,52	2,43
RMS (4)	-	2,07	1,92	-	2,00	1,85	-	-

Fonte: (3) IBGE, Dept. de População e Indicadores Sociais 1999. (4) IBGE, PNADs.

que pode ser atribuído a fatores tais como a intensa difusão de práticas restritivas da procriação; maior inserção da mulher (de todas as classes sociais) no mercado de trabalho; mudanças culturais e difusão de ideologias de controle da natalidade. Tudo isso gerou a disseminação de um novo padrão de tamanho de família.

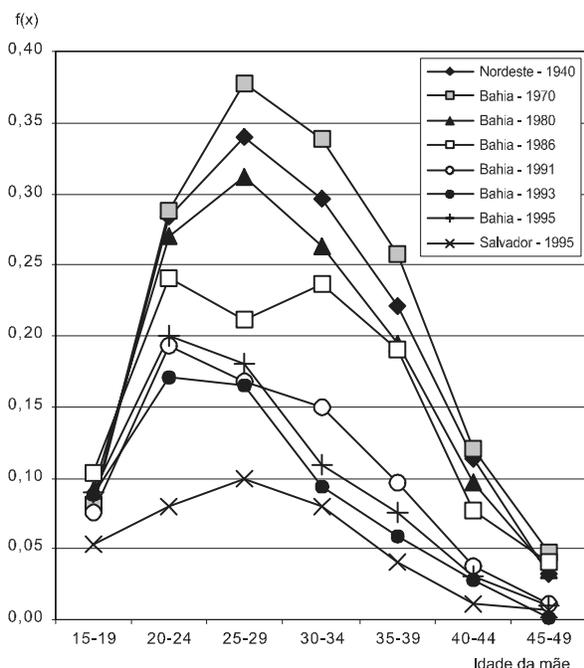
No período de 1980 a 1996, a taxa de fecundidade total (TFT) sofre redução significativa. A queda do número médio de filhos nascidos vivos tidos ao longo da vida reprodutiva da mulher acelerou-se durante a década de 1980, constituindo-se em um fenômeno que vem ocorrendo de forma mais rápida na área urbana. Esse mesmo fenômeno vem sendo observado para Salvador, para a Bahia e para a Região Nordeste e constitui-se em tendência nacional.

O *software* da pesquisa retrospectiva utiliza estruturas de fecundidade, considerando variáveis de idade média das mães e taxas específicas, correlacionadas com os níveis de fecundidade representados por TFT.

O gráfico 3 ilustra a queda da fecundidade no Estado da Bahia. O abatimento das curvas verificado após 1970 é bastante significativo, uma vez que sinaliza para a redução progressiva das taxas nos diversos grupos de idade e para a redução da idade média das mães, caracterizando uma transformação da estrutura de fecundidade das mulheres no Estado da Bahia (observado no deslocamento do vértice superior para posições que representam grupos mais jovens de mães).

Observa-se, ainda, a curva para a Região Nordeste em 1940, que expressa a fecundidade de uma população eminentemente rural e com mortalidade dificilmente calculável. A curva de Salvador em 1995 expressa uma estimativa de padrão urbano atual, com estrutura de fecundidade correspondente à taxa de fecundidade total (TFT) de 2,5 filhos nascidos vivos por mulher, ao final de sua vida reprodutiva.

Gráfico 3 - Taxas específicas de fecundidade Salvador, Bahia e Região Nordeste



5.3 Migração

A migração nos últimos 50 anos, em Salvador, apresenta um saldo positivo, sendo que, no período de 1940 a 1980, a imigração líquida deteve um peso significativo em sua expansão demográfica. Analisando-se os dados de população – e utilizando-se procedimentos de mensuração indireta – estimou-se a migração por resíduo; ou seja, a diferença, entre dois Censos, comparando-se a população esperada (resultado do crescimento vegetativo, supondo-se o uso correto de relações de sobrevivência)¹¹ e a efetivamente observada (nas coortes de 10 anos e mais), resultado do crescimento vegetativo e saldo migratório.

Quadro 5

Impacto da imigração líquida sobre o crescimento da população Salvador - 1940-1996

Período	Crescimento da População				Proporção de Imigrantes no Volume (%)
	Incremento Total	%	Imigração Líquida	%	
40/50	101.155	34,67	72.224	71,4	24,7
50/60	243.027	61,86	147.784	60,8	37,6
60/70	371.278	58,38	196.517	52,9	30,9
70/80	484.447	48,10	268.837	55,4	26,7
80/91	583.631	39,13	376.308	64,4	25,2
91/96	136.266	6,57	12.507	9,2	0,6

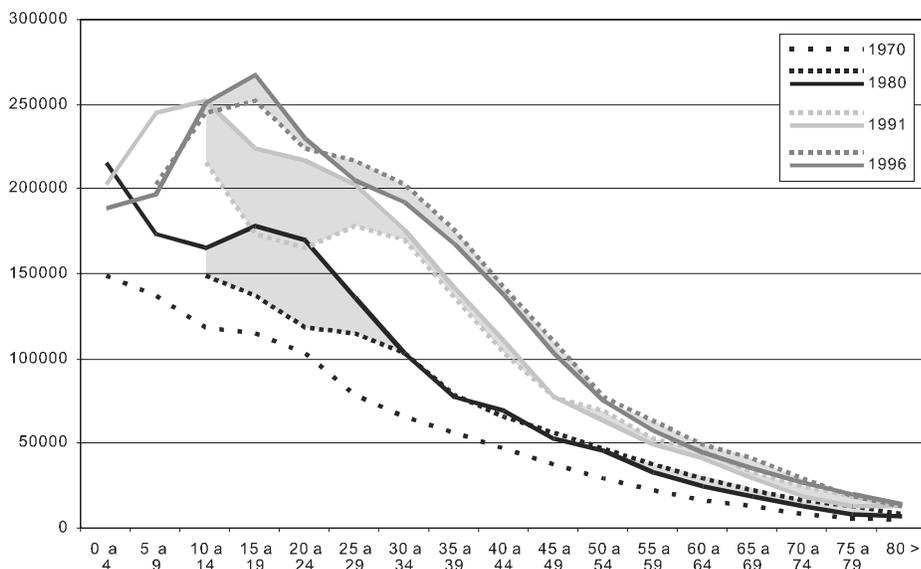
Fonte: Oeplan, Evolução demográfica de Salvador - 1940-2000, para os anos de 1940 a 1970 e atualizado pela P&P Ltda. de 1980 a 1996.

Em 1940, o saldo migratório propiciou um ganho que chegou a representar 71,40% do total do crescimento demográfico do município. Para estimar o saldo migratório na RMS e em Salvador, adotou-se como procedimento um método indireto, através do cálculo do incremento dos sobreviventes por grupos etários, em períodos intercensos. A comparação da estrutura etária da população entre dois censos, permitiu obter resultados indiretos satisfatórios quanto ao ganho de população nos grupos etários acima de 10 anos, observando-se que o cálculo considerou a população sobrevivente.

No gráfico 4, ilustra-se o incremento promovido pelos saldos migratórios em Salvador, por grupos de idade. Dispondo-se de pouca informação sobre o movimento migratório no município, o gráfico composto a partir das curvas de população relacionadas aos grupos etários, objetiva focalizar o expressivo volume de incremento nos grupos acima de 10 anos. Observa-se, em especial, o volume de imigrantes nas idades de 10 a 34 anos. O incremento de imigrantes é estimado (ver Quadro 5) em cerca de 268.837 pessoas, entre 1970 e 1980. No período de 1940 a 1991, o saldo migratório é responsável por ganhos de população em proporções acima de 50% do crescimento demográfico. O volume populacional do saldo migratório correspondeu a 24,7% na década de 40; a 37,6% na década de 50; a 30,9% na década de 60; 26,7% na década de 70; e, na década de 80, a 25,2%, sempre em relação ao total da população no início de cada década.

Para o período de 1991 a 1996, o IBGE realizou (em 1996) a contagem de pessoas que há mais de cinco anos moravam em município diferente daquele em que residiam quando do momento da contagem. Para Salvador, o número de pessoas que estabeleceram domicílio no período pesquisado foi de 84.790 pessoas. Como não há referência quanto ao número de pessoas que deixaram Salvador, não é possível obter-se o saldo migratório nesse

Gráfico 4 - Saldo migratório por grupos de idade Salvador, 1970 - 1996



período. Ao comparar o ganho absoluto de 136.266 pessoas (nascimentos + saldo migratório) nesse mesmo período, observa-se, grosso modo, uma relativa queda migratória no crescimento da população e a tendência ao equilíbrio entre imigração e emigração no município de Salvador. O resultado da Contagem Populacional de 1996 apresenta, para o primeiro quinquênio da década de 90, alteração no comportamento do saldo migratório para Salvador, demonstrando um saldo dificilmente estimado que, contudo, configura uma alteração no ritmo do movimento migratório.

No quadro 6, apresenta-se o incremento populacional e as estimativas de imigração líquida ocorridas na RM de Salvador no período de 1980 a 1996. O incremento de 41,32% no período de 1980 a 1991 ocorreu expressivamente nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho, estimando-se uma proporção de 27,37% desse incremento com imigração líquida.

Para o período de 1991 a 1996, ocorreu um incremento total de 8,51% na população da RM de

**Quadro 6
Imigração líquida e crescimento da população
RM de Salvador – 1980-91 e 1991-96**

RMS	1980-91		1991-96	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Incremento Total	729.939	41,32	212.563	8,51
Imigração Líquida	483.441	27,37	154.350	6,18

Fonte: Oceplan, Evolução demográfica de Salvador - 1940-2000, para os anos de 1940 a 1970 e atualizado pela P&P Ltda. de 1980 a 1996.

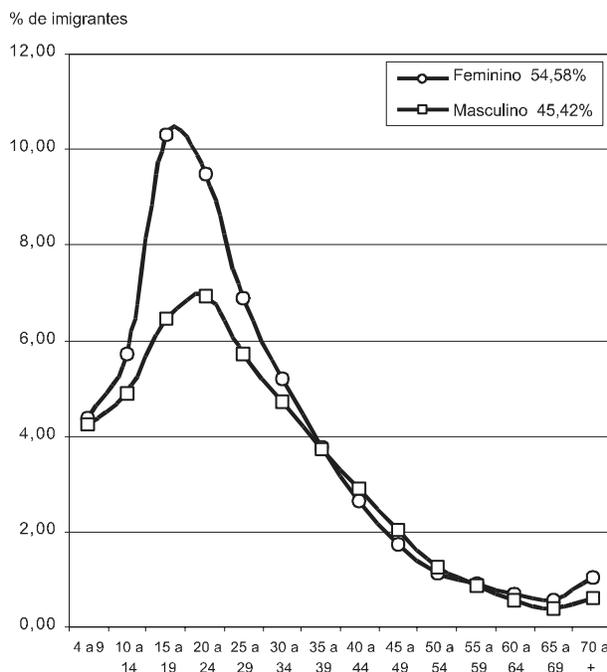
Salvador, estimando-se uma proporção de 6,18% de imigração líquida, o que corresponde, no município de Salvador, a uma alteração do ritmo de movimento migratório.

Com respeito à estrutura da migração, o comportamento diferencial dos migrantes por idades não se altera, ocorrendo de forma semelhante ao de quase todas as regiões, prevalecendo uma tendência de que os migrantes sejam preponderantemente

jovens adultos, com um máximo no grupo 20-24 anos; tal estrutura de migrantes influenciou no rejuvenescimento da população de Salvador. Atualmente, apesar de manter a mesma estrutura, preferencialmente jovem, de migrantes, sua redução em peso relativo à população total reduz a influência do fluxo migratório.

Observa-se, na década de 90, uma alteração relevante no ritmo do movimento migratório, dife-

Gráfico 5 - Imigrantes por idade e sexo RMS, 1991 - 1996



rente do que vinha ocorrendo, sistematicamente, há 50 anos. Não se dispõem ainda de dados que avaliem alterações na estrutura etária da migração. Porém, avaliando dois aspectos da atual conjuntura sociodemográfica, estima-se que a alteração do fluxo migratório seja irreversível a médio prazo.

A tendência atual de redução do saldo migratório líquido em Salvador e em sua Região Metropolitana, pode ser justificada pelo aumento da taxa de desemprego que é, no entanto, ainda mais elevada entre os jovens – os mais propensos à migração. No início de 1998, por exemplo, mais de um terço dos jovens entre 18 a 24 anos, que estavam na PEA, se encontravam desempregados.

Na RMS continua havendo o atrativo de melhores oportunidades de trabalho, porém a competitividade e as condições de permanência neste mercado redirecionam o fluxo migratório oriundo do interior do Estado da Bahia para centros urbanos intermediários, onde incentivos governamentais à formação de centros industriais e de serviço de médio porte despontam, fixando parcelas da população que deixam a área rural. O fenômeno da queda da fecundidade, que vem ocorrendo em todo o Estado da Bahia nas últimas décadas, principalmente nas zonas urbanas interioranas, tem se constituído

em um outro redutor, a médio prazo, da migração das coortes mais jovens do interior do Estado para a Região Metropolitana de Salvador.

Conclusões

A análise realizada com o cruzamento das informações disponibilizadas possibilitou a confecção de alguns cenários demográficos retrospectivos para os últimos 50 anos. Assim, para o conjunto da Região Metropolitana de Salvador, dadas as condições específicas de fecundidade, mortalidade e saldos migratórios, a população por grupos etários quinquenais e por sexo resultante do estudo realizado é mostrada na tabela abaixo:

Ao comparar os valores apresentados pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 e na Contagem Populacional de 1996, com os valores encontrados através da aplicação do programa demográfico adotado, percebe-se que os totais de população apresentam diferenças. O IBGE computou 1.766.573 habitantes em 1980; 2.496.521 hab. em 1991; e 2.709.084 hab. em 1996. Para 1980, o programa computou 1.857.628 habitantes (91.055 a mais que o IBGE); já para 1990, apesar da diferença de um ano a menos, o

Tabela 4
Distribuição da população por grupos etários quinquenais, ambos os sexos
RMS, 1940 - 1990

Idades	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
00-04	65.336	74.365	93.978	116.260	141.085	176.142	194.052	227.732	284.284	312.515	282.927
05-09	48.369	57.137	65.398	84.095	107.574	136.882	175.647	194.191	227.874	279.353	305.830
10-14	42.102	51.928	59.199	69.508	90.357	117.711	150.825	188.407	205.955	245.421	303.039
15-19	41.892	54.811	61.209	71.351	84.723	108.784	139.281	172.826	210.860	231.152	273.566
20-24	39.723	51.065	60.676	70.407	84.140	99.320	124.967	161.722	201.577	237.819	256.973
25-29	35.510	42.849	52.305	61.894	71.991	84.302	97.970	126.587	166.256	203.564	237.871
30-34	30.201	35.368	41.900	49.617	57.801	68.197	80.707	96.905	127.875	165.784	201.885
35-39	24.695	29.039	33.860	39.844	47.236	57.164	69.206	81.221	6.892	127.629	165.663
40-44	20.894	22.999	27.187	32.510	39.169	47.453	58.186	68.919	79.662	96.120	127.748
45-49	17.488	18.836	20.993	25.952	32.174	38.435	46.249	56.720	67.194	77.943	94.622
50-54	14.431	15.406	16.822	19.953	25.875	30.987	36.128	44.155	54.779	63.526	72.870
55-59	11.414	12.076	13.188	5.965	20.458	24.506	27.788	33.205	41.381	50.830	58.731
60-64	8.636	9.009	9.809	12.140	16.092	18.608	20.722	25.211	31.694	38.481	46.835
65-69	5.999	6.353	6.836	8.506	11.598	13.995	15.157	18.891	24.737	29.299	34.537
70-74	3.718	4.154	4.473	5.527	7.599	9.824	11.522	13.752	18.098	21.966	25.224
75 e +	2.639	3.872	4.444	5.055	6.394	9.336	13.107	15.820	18.509	23.859	30.936
Totais	413.048	489.267	572.278	688.585	844.267	1.041.645	1.261.515	1.526.263	1.857.628	2.205.260	2.519.255

Fonte: Modelo Evadan (P. Campanário), a partir de dados dos Censos Demográficos de 1940 a 1991 e da contagem de população de 1996.

modelo apresentou 22.734 habitantes a mais do que os valores do IBGE no Censo de 1991.

A análise da expansão da população de Salvador demonstra que, no período 1940-1980, a dinâmica não se deveu apenas à evolução da fecundidade, mas também à intensificação da imigração líquida e, embora em menor escala, à redução dos níveis de mortalidade. A tabela a seguir apresenta, de modo sintético, taxas de crescimento migratório e de crescimento vegetativo, as quais compõem o crescimento da população. Observa-se que, na década de 40, o crescimento vegetativo da população ficou estimado em 0,87% ao ano, evoluindo, na década de 60, para 2,22% ao ano. Na década de 70, o crescimento vegetativo passa a apresentar redução, ficando em 1,41% ao ano, e expressa não um aumento na mortalidade, mas sim uma queda na fecundidade, conforme quadro a seguir:

Quadro 7
Taxas de crescimento vegetativo e migratório Salvador, 1940 - 1996

Período	Crescimento médio anual (% ao ano)	Crescimento por migração (% ao ano)	Crescimento vegetativo (% ao ano)
1940-501	3,02	2,15	0,87
1950-601	4,93	3,00	1,93
1960-701	4,71	2,49	2,22
1970-802	4,08	2,67	1,41
1980-913	3,03	2,51	0,52

Fonte: 1. Souza et al. (1970:31); 2. Censo Demográfico de 1970 e 1980; 3. Estimativa da P&P Ltda., 1999.

No período analisado (1940-1996), a exemplo de Salvador, a Região Metropolitana, apresentou uma tendência à aceleração do ritmo de crescimento demográfico até 1960. Essa maior aceleração ocorreu na combinação do crescimento migratório e do crescimento vegetativo (configurado pela melhoria das taxas de sobrevivência e aumento da fecundidade). A análise da dinâmica da população, no período 1940-1980, mostra que essa não se deveu apenas à evolução da fecundidade, mas também à intensificação da imigração líquida e, embora em menor escala, à redução dos níveis de mortalidade.

Nas últimas décadas, a população da RMS vem sendo submetida a rápidas transformações demográficas, principalmente no que se refere à diminuição importante do ritmo de crescimento da população e à diminuição da proporção de pessoas jovens,

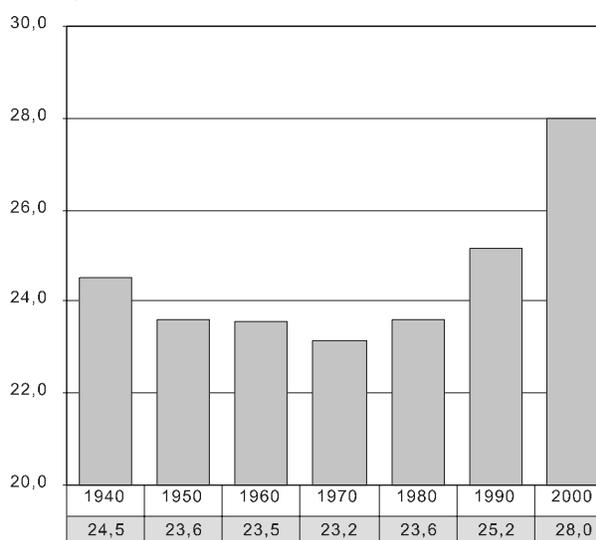
Quadro 8
Estimativas de taxas de crescimento vegetativo e migratório – RMS, 1991-1996

Período	Crescimento médio anual (% ao ano)	Crescimento por migração (% ao ano)	Crescimento vegetativo (% ao ano)
1991-96	1,65	1,24	0,41

Fonte: Estimativa realizada no programa demográfico pela P&P Ltda., em 2000.

processo conhecido como *envelhecimento da população*. O gráfico a seguir ilustra a evolução da idade média da população da RMS, no período 1940-2000:

Gráfico 6 - Idade da população RMS, 1940 - 2000



A diminuição da fecundidade tem sido o fator determinante (e, em menor proporção, a redução dos saldos migratórios) para a diminuição no ritmo de crescimento da população. Sua ocorrência tem como fator explicativo a modificação nos padrões reprodutivos e familiares que vem ocorrendo desde os anos 60, com intensificação a partir dos anos 80.

As quedas da fecundidade e da mortalidade correspondem a uma transformação estrutural na população de Salvador e de sua Região Metropolitana. No caso da primeira, configura-se como uma tendência praticamente irreversível, pelo menos a médio prazo. Por outro lado, também o saldo migratório vem decrescendo no conjunto da RMS. A população de Salvador já passa a apresentar um “transbordamento” para os municípios vizinhos, ocorrendo uma mobilidade em busca de novos espaços de moradia e trabalho.

Duas observações merecem registro em relação ao *software* (programa demográfico) adotado:

1) esse programa gera números de população a partir da evolução dos grupos quinquenais, segundo as relações de sobrevivência e fluxos migratórios específicos, e traz como uma de suas grandes vantagens a possibilidade de avaliar a reprodução demográfica e seus indicadores e respectivas dados das estatísticas vitais;

2) esse programa prima menos pela sua originalidade em termos técnicos e demográficos, e mais por sua originalidade quanto à introdução de relações de sobrevivência por idades, taxa de fecundidade total (TFT) e saldos migratório, por grupos etários, no decorrer de um longo período (1940-1996), assim como pela busca de coerência desses dados com a estrutura de população apresentada nos Censos Demográficos.

Referências Bibliográficas

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI,1977 v.11
- BELTRAO, K. J. et alli. *Comparação entre alguns métodos para estimação de nascidos vivos*. Relatórios Técnicos. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas /IBGE, 1990.
- BORLINA, P., CAMPANARIO, P. *Boletim Demográfico*. São Paulo: SEADE, n.26, 1994.
- CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K.I., ARAÚJO, H. E., MEDEIROS, M. *A Dinâmica demográfica recente na Região Nordeste*. Rio de Janeiro. IPEA, 1998. Não publicado.
- CAMARGO, A. B. M., MONTALI, L. A manifestação das desigualdades sociais no espaço metropolitano. In: *O Jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: SEADE, 1988.
- CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE,1980
- CHAKIEL, Juan. *Proyección de la fecundidad: Criterios e Procedimientos Utilizados en CELADE*. In: Métodos Para Proyecciones Demográficas.
- CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- ESTATÍSTICA DO REGISTRO CIVIL 1980, 1991-95. Rio de Janeiro: IBGE,1980.
- ESTIMATIVA das taxas de omissão das pessoas em domicílios ocupados e omitidos no censo e daquelas pessoas em domicílios ocupados no censo que foram arrolados erroneamente como vago, fechado, de uso ocasional e não domiciliar por Censo: para Brasil, Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro:IBGE,1994. Mimeio
- População dos municípios da RM de Salvador e RA de Salvador*. Rio de Janeiro: IBGE,1996, 1996.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE 1992, 1993, 1995, 1996.
- Várias Tabelas com Dados do Censo de 1991. IBGE, 1991.
- FRIAS, L. A. M., RODRIGUES, P. *Brasil: tábuas-modelo de mortalidade e populações estáveis*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981(Estudos e Pesquisas, 10).
- GIRALDELLI, B. W., WONG, L. R. O Comportamento do registro atrasado de nascimentos (AN), no Estado de São Paulo: uma tentativa de conexão do sub-registro. *Informe Demográfico*. São Paulo: SEADE, n.13, 1984.
- GODINHO, R. E., YAZAKI, L. M. *Comportamento da fecundidade segundo diferenciais sócio-econômicos e a anticoncepção no Estado de São Paulo*. In: Anais. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS,8º, APEB,1992,v.1.
- MORTARA, G. et. alli. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: IBGE. *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Niveles y tendencias de la fecundidad en el Mundo, 1950-1970*. Nueva York: ONU, 1978.(estudos demográficos,59).
- PERPÉTUO, I. H. Olive. *Contraconcepção e declínio da fecundidade na Região Nordeste 1980 –1996*. Pesquisa pelo FNDCT/FINEP. *Revista Brasileira de Estudos de população* v.15, n 1, jan/jun. 1998.
- TENDÊNCIAS demográficas e projeção da população por idade e sexo da Região Metropolitana de Salvador. (Estudo realizado para a SEPLAM – PDDU de Salvador). Salvador: P&P, mar. 2000.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal/OCEPLAN. *Evolução demográfica de Salvador (1940-2000)*. Salvador: OCEPLAN/UFBA, 1976.
- SANTOS, J. L. Principais técnicas de análise e projeção. In: SANTOS, J. L. F., LEVY, M. S. F., SZMRECSANYI, T. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. Queiroz,1980.
- SIMÕES, C. C. S., OLIVEIRA, L. A. P. *A situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente*. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves. *Padrões de sucessão das gerações na Bahia. Persistências e mudanças históricas*. In:

- Anais. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. 7 a 11/10/1996. G.T. Fecundidade e Padrão de Procriação.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. *Sucessão de gerações na Bahia*. Reencontro de uma totalidade esquecida. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP: Campinas, UNICAMP, 1996.
- _____. *A Sucessão das gerações e a reprodução social*. Cadernos CRH. Salvador, n.20, jan./jun., 1994.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Crescimento Populacional 1980/1996*. Salvador: SEI, 1994. (Série estudos e pesquisas, 39).
- _____. *Mudanças Sóciodemográficas recentes: Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI (Série estudos e pesquisas, 41).
- UNITED NATIONS. *Consequences of Mortality Trends and Differentials*. Department of International and Social Affairs, Population Studies No. 95 (ST/ESA/SER.A.95), New York: United Nations, 1986.
- _____. Manual X – Indirect Techniques for Demographic Estimation, New York, 1983.
- _____. *Patterns of Fertility in Low-Fertility Settings*. New York: Department of Economic and Social Development, 1992.
- _____. *Population Projections: Methodology of the United Nations*. Population Studies, No. 83 (ST/ESA/SER.A/83). New York: United Nations, 1984.
- WALDWOGEL, Bernadette, CAPASSI, Rosana. *Projeção populacional como instrumento de planejamento regional: O caso do Estado de São Paulo*. In: Anais. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11º da ABEP.
- WONG, Laura L. Rodrigues, BDIANI, Rita, QUENTEL Inês, *Achados e perdidos sobre saúde reprodutiva na PNDS – 1996*.
- 4 FRIAS, L. A. M., Rodrigues, P. *Brasil: tábuas-modelo de mortalidade e populações estáveis*. IBGE, 1981 (Estudos e Pesquisas, n. 10).
- 5 Ver Manual X, Indirect Techniques for Demographic Estimation, United Nations, NY 1983 e base de dados do Software de autoria de Paulo Campanário.
- 6 OCEPLAN, 1976 p. 71-80. SEI / CRH, 1998, p.19.
- 7 Camarano et alli., 1998, p.6.
- 8 A medida universalmente aceita para medir a fecundidade, a Taxa de Fecundidade Total (TFT), ou seja, o número total de filhos nascidos vivos tidos pelas mulheres no final de sua vida reprodutiva, aos 50 anos.
- 9 Reúnem-se dados estimados por Carvalho e Wong (1996), período de 1940 a 1984, e dados estimados nas pesquisas realizadas pela Bemfam (1992 e 1997), para a Região Nordeste, abrangendo o Estado da Bahia.
- 10 CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K.I., ARAÚJO, H. E., MEDEIROS, M. *A dinâmica demográfica recente na Região Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEIA, 1998 (não-public.)
- 11 A Relação de Sobrevivência adotada corresponde àquela encontrada na tábua de vida do Modelo Brasil, selecionada no processo de comparação com as curvas de mortalidade empíricas para Salvador.

(I) Este artigo foi elaborado a partir dos estudos e reflexões realizados, entre 1999 e 2000, pela P&P – Planejamento, Consultoria e Assessoria Ltda., visando atender à solicitação da Seplam/PMS para integrar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador – PDDU.

* Ana Lúcia Borges de Carvalho é Diretora da Planejamento, Pesquisa, Consultoria e Assessoramento.

** Mário André Soares de Freitas é Diretor da Planejamento, Pesquisa, Consultoria e Assessoramento.

*** Paulo Campanário é Consultor Sênior da P&P Ltda.

Notas

- 1 Estudo realizado pela P&P Ltda. para a SEPLAM – PDDU de Salvador, março/2000.
- 2 IBGE, ABEP, CONDER e SEI/SEPLANTEC, SEPLAM/PMS.
- 3 Esse modelo é de autoria de Paulo Campanário, foi aplicado nos Estudos Demográficos realizados pela P&P Ltda., em 1999, para o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – SEPLAM / Prefeitura Municipal de Salvador.

Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo.

*José Sérgio Gabrielli de Azevêdo**

Durante os primeiros 50 anos do século XX a Bahia cresceu muito pouco, caracterizando o que ficou conhecido na literatura como o “enigma baiano”. Autores da década de 50 já especulavam sobre as inúmeras explicações do fenômeno, que iam da atribuição da falta de crescimento econômico à:

(...) influência materna na constituição das famílias irregulares da sociedade baiana; ...ao escasso espírito empresário-industrial de homens que visavam apenas elevados lucros nas atividades mercantis; ...à alta rentabilidade das lavouras de exportação; ...à Guerra do Paraguai; ...ao deslocamento da população para Minas Gerais em busca do ouro; ...à falta de capacidade de absorção das poupanças quando elas existiam; ...à formação excessivamente jurídico-literária e ao conceito de inferioridade das profissões mercantis ou industriais; ...à concorrência do açúcar de beterraba e à do açúcar proveniente das Antilhas; ...à instabilidade da economia; ao desgaste no intercâmbio comercial interno e à escassa capacidade de poupança e paternalismo estatal.¹

Essas múltiplas explicações não conseguem constituir uma visão integrada e coerente do complexo problema da relativa estagnação da economia estadual em relação à nacional.

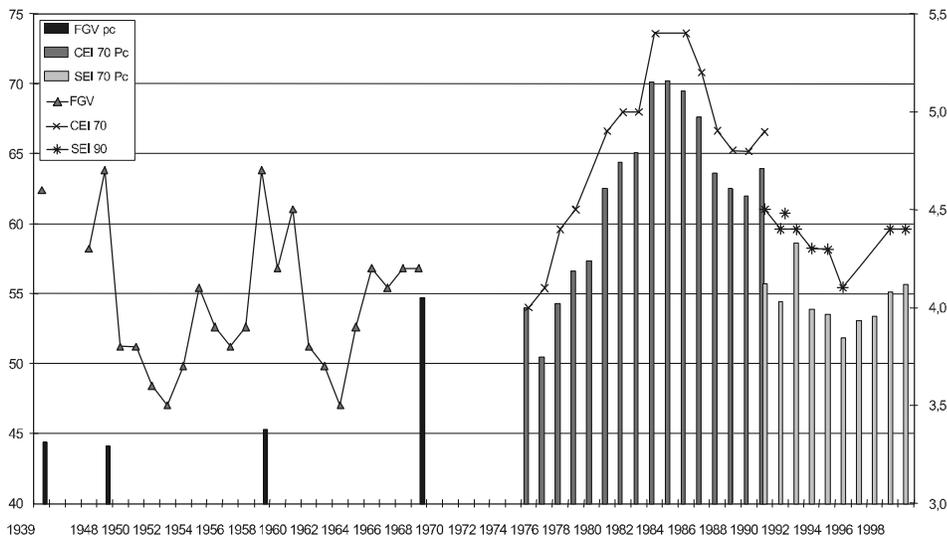
Na segunda metade do século XX várias políticas de incentivos foram implementadas com o objetivo de alavancar o crescimento estadual. Agora, em finais do século, quase 50 anos depois dessas controvérsias, os analistas se surpreendem com a duradoura estabilidade da participação da renda

baiana na renda nacional, como se pode ver na Figura 1, onde estão representados os movimentos da participação da renda gerada na economia baiana em relação à brasileira, indicando sua relativa constância em torno de 4,5%,² ao longo dos últimos 60 anos, desde 1939 até 1999.

Com metodologias distintas, foram medidas as rendas internas e os PIBs a preços correntes da Bahia em relação ao nacional. Salvo flutuações divergentes dos níveis de preço em cada ano, no Estado e no País, e as composições diferenciadas dos produtos, essa relação mede o diferencial de taxas de crescimento dos dois níveis da economia. A manutenção da posição da economia baiana, no mesmo patamar, por tão longo tempo, demonstra a grande integração do crescimento estadual em relação aos movimentos cíclicos brasileiros. Essa integração se aprofundou nos últimos anos, refletindo as políticas de estímulos aos setores de produtos intermediários e com pouca endogenia no dinamismo de seu mercado interno.

Essa extraordinária estabilidade da participação da renda baiana foi acompanhada também de flutuações de maiores amplitudes da posição da renda *per capita* estadual em relação à nacional, apesar de a direção dos seus movimentos ter sido consistente com o conjunto da atividade econômica. Destaque-se que na década de 80, de recessão nacional, a economia baiana cresceu em relação à brasileira, atingindo seu patamar mais alto antes do Plano Cruzado (1986), quando inicia um processo de perda de posição relativa, que continua até o

Figura 1- Participação percentual da economia baiana na nacional



Plano Real, em 1994, dando-se uma inflexão positiva até 1998, e estagnação no último ano da série, em 1999.

Os movimentos dessas proporções da renda baiana relativamente à brasileira refletiram-se também no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, que representa a maior concentração de atividade econômica do PIB estadual. Há uma relação distinta entre os movimentos da economia estadual e nacional nas décadas de 80 e 90 e o comportamento da taxa de desemprego na RMS. À relativa elevação da renda baiana em relação à brasileira, nos primeiros anos da década de 80, e sua ligeira perda de posição na segunda metade da década, seguiu-se uma elevação e depois

expansionista do Plano Cruzado na Região Metropolitana de Salvador foi inferior ao de outras regiões. O Plano Cruzado, com seu choque de demanda, reduziu as taxas de desemprego em todas as regiões metropolitanas, deslocando-as para um patamar inferior ao da taxa de Salvador, com exceção de Recife. Nos primeiros anos dos 80, a taxa de desemprego da RMS flutuou sua posição relativa, chegando a ser das menores entre as regiões metropolitanas, no pleno auge da recessão, 1981-1983.

Com exceção do Rio de Janeiro e Salvador, todas as outras regiões metropolitanas aumentaram suas taxas de desemprego aberto com a crise que se seguiu imediatamente após o Plano Cruzado,

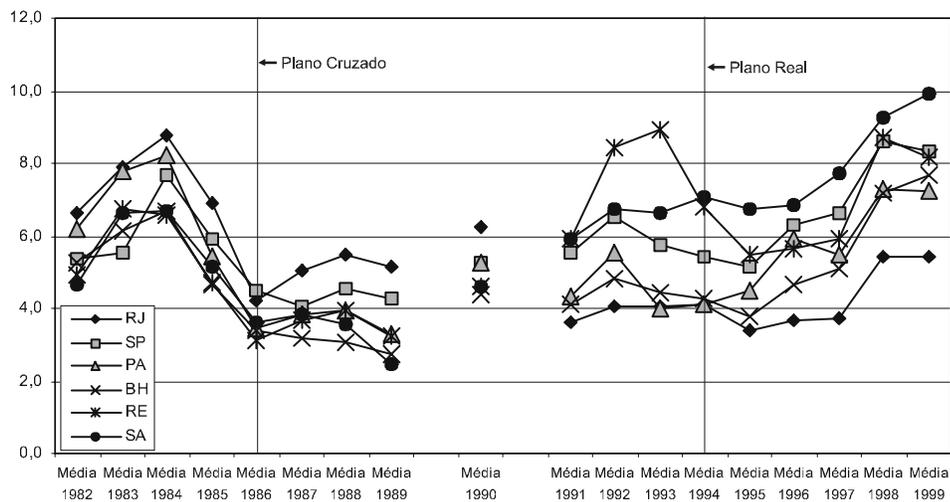
queda da taxa de desemprego na RMS. Por outro lado, a estabilização dessa posição relativa da renda estadual e sua pequena recuperação nos finais dos 90 foram acompanhadas de movimentos continuamente crescentes e acelerados da taxa de desemprego regional, como se pode observar na Figura 2.³

A Figura 2 mostra também que o efeito ex-

pancionista do Plano Cruzado na Região Metropolitana de Salvador foi inferior ao de outras regiões. O Plano Cruzado, com seu choque de demanda, reduziu as taxas de desemprego em todas as regiões metropolitanas, deslocando-as para um patamar inferior ao da taxa de Salvador, com exceção de Recife. Nos primeiros anos dos 80, a taxa de desemprego da RMS flutuou sua posição relativa, chegando a ser das menores entre as regiões metropolitanas, no pleno auge da recessão, 1981-1983.

Com exceção do Rio de Janeiro e Salvador, todas as outras regiões metropolitanas aumentaram suas taxas de desemprego aberto com a crise que se seguiu imediatamente após o Plano Cruzado, em 1987. Pode-se, portanto, inferir-se que a dinâmica do desemprego de Salvador foi levemente distinta dos movimentos dessa taxa em outras regiões metropolitanas.

Figura 2 - Taxa de desemprego aberto 1982-99



Fonte: IBGE-PME⁴, 1982-1989, IBGE-PME, 1990 e PME, apud IPEA 2000, 1991-99.

semprego, menos acentuada nas regiões mais pobres como Salvador e Recife.

Os anos 90, de relativa estabilização da participação do PIB estadual no PIB nacional, foram acompanhados de um intenso crescimento das taxas de desemprego da RMS, em relação às outras regiões metropolitanas brasileiras.

Essa elevação relativa das taxas de desemprego na RMS, que parece independe dos Planos de Estabilização, mas refletir alguns condicionantes de mais longo prazo, também foi acompanhada de uma perda de posição relativa no que se refere aos rendimentos médios dos ocupados destas regiões metropolitanas. A Figura 3 mostra como a relação entre os rendimentos médios nominais dos ocupados de Salvador vem caindo em relação aos mesmos tipos de rendimentos da região mais capitalizada do País (São Paulo). Note-se que nos últimos anos da década de 90, contemporaneamente ao aumento da taxa de desemprego, a RMS recupera parte de sua posição relativa nos rendimentos médios, refletindo a estagnação e queda desse indicador em São Paulo, que também vivencia aumento do desemprego e declínio de rendas no período pós-Plano Real.

Há de se destacar que os rendimentos médios reais da Região Metropolitana de São Paulo cresceram na segunda metade da década de 80, man-

tendo-se estáveis com o patamar mais elevado no seu final, enquanto na década de 90 esses rendimentos se estagnaram no pós-Plano Real, começando a declinar no final desse período. Apesar dos movimentos do rendimento referencial de São Paulo, a posição relativa dos rendas médias dos ocupados da Região Metropolitana de Salvador apresenta claramente uma tendência declinante nos 15 anos da série considerada. Os soteropolitanos estão ganhando cada vez menos em relação aos paulistas.

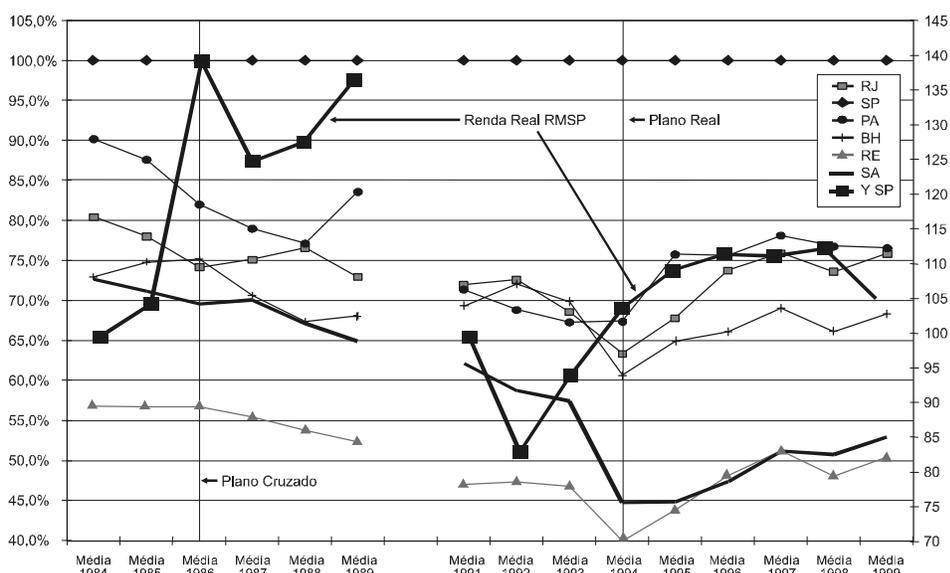
Tentar avaliar alguns aspectos desses movimentos da produção e do mercado de trabalho, em uma perspectiva de longo prazo, é o principal objetivo deste trabalho, que, desta forma, não enfatiza as flutuações de conjuntura de curto prazo, mais corriqueira na literatura sobre taxas de desemprego. Seguem-se quatro seções a esta introdução. A próxima destaca os movimentos precursores das grandes mudanças dos anos 80 e 90, com ênfase no papel direto do Estado, através da Petrobras, CHESF, BNB e BNDE, como transformador da economia local nos moldes que interessavam à economia nacional da época.

A seção seguinte mostra como tais movimentos alteraram o funcionamento do mercado de trabalho da RMS, especialmente durante a expansão deste mercado nos anos 80, enquanto o Brasil se ajusta-

va a uma recessão nacional, com o aumento da heterogeneidade e complexidade do mundo do trabalho na RMS.

A próxima seção investiga o papel da oferta de trabalho através da dinâmica demográfica, incluindo as migrações como possível explicação para o aumento da taxa de desemprego na RMS e concluindo que os movimentos migratórios para essa região não foram significativamente diferentes daqueles das outras regiões metropolitanas do País.

Figura 3 - Relação da renda média das Regiões Metropolitanas com RM São Paulo



Fonte: IBGE-PME¹, 1984-1989 e PME, apud IPEA 2000, 1991-99.

A quarta seção aborda os ajustamentos que ocorreram nas relações de trabalho nos anos 90, com a aceleração do desemprego e o crescimento dos postos de trabalho sem carteira assinada e dos autônomos por conta própria, ao mesmo tempo em que os rendimentos se reduzem. A última seção resume as conclusões do artigo.

O Início das Mudanças

Nos anos 40, a economia baiana crescia menos que a nacional, com um mercado interno limitado pelos níveis de renda local, porém com custos do trabalho atraentes para os empregadores – pois inferiores aos do País como um todo – apesar do pequeno movimento convergente observado na relação entre os salários médios da indústria baiana comparativamente aos salários industriais brasileiros.⁵ A produção que mais cresceu na década de 40 foi a de produtos alimentícios,⁶ de baixo valor agregado e mais adequada a um mercado local com alta concentração de renda.

O mercado de trabalho urbano não-agrícola era portanto caracterizado pelo emprego em pequenos estabelecimentos, com baixo dinamismo. Nesse tipo

de mercado, se do lado da demanda havia a baixa renda inibindo a expansão da produção local, do lado da oferta os custos do trabalho estimulavam o investimento, ainda que predominantemente em indústrias pequenas,⁷ principalmente nos setores voltados para a produção de bens de consumo e que utilizavam intensivamente os insumos de origem regional.

Durante as décadas de 50 e 60 houve uma grande mudança no mercado de trabalho da Bahia, com a redução do emprego agrícola relativamente ao crescimento do emprego industrial e de

serviços, como se pode ver na Tabela 1. Os dados dessa tabela também revelam a inversão do crescimento relativo do emprego nos serviços e na indústria entre 1960 e 1970.

A tendência ao aumento do emprego da indústria captada nos Censos de 1940, 50 e 60 interrompe-se nos dados de 1970, quando o grande salto ocupacional ocorre nos serviços, em um contexto de aceleração do emprego não-agrícola sobre o emprego total, que passa de 25,2%, 27,7% e 27,9% de 1940 a 1960, alcançando 37,5% no último recenseamento reportado na tabela.

Esse arrefecimento do crescimento do emprego industrial explica-se pelo ciclo de expansão dos investimentos no setor, especialmente da Petrobrás,

que ocorreu durante os anos 50, e que se evidencia no cálculo das taxas de crescimento percentual entre os períodos intercensitários, como se observa na tabela 2.

Deve ser observado o grande salto do emprego na indústria extrativa na década de 50 (400,2%) e a perda do seu dinamismo no período posterior, substituído pelo crescimento do emprego na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública.

Durante as décadas de 50 e 60 houve uma grande mudança no mercado de trabalho da Bahia, com a redução do emprego agrícola relativamente ao crescimento do emprego industrial e de serviços.

Tabela 1 - Composição da ocupação não-agrícola Bahia

Setores não-agrícolas	1940	1950	1960	1970
Indústria	32,1%	34,3%	35,8%	29,4%
Extrativas	5,2%	2,1%	6,4%	2,2%
Transformação	17,5%	16,7%	15,4%	12,0%
Construção Civil	8,8%	14,2%	12,9%	14,3%
Utilid. Pública	0,6%	1,3%	1,1%	1,0%
Serviços	67,9%	65,7%	64,2%	70,6%
Comércio	14,5%	16,3%	...	16,4%
Transportes e Armaz.	9,5%	9,5%	...	7,2%
Interm. Financ.	0,4%	0,7%	...	1,5%
Hospedag e Aliment	0,5%	1,4%	...	2,3%
Serviços Industriais	20,4%	13,3%	...	9,7%
Higiene Pessoal	1,3%	1,2%	...	0,9%
Profissionais Liberais	0,7%	0,7%	...	0,7%
Adm. Pública, Defesa e Seg.	5,2%	5,8%	...	5,9%
Ensino Público e Particular	1,4%	2,3%	...	5,3%
Assist Médica-Hospitalar	0,4%	0,7%	...	1,4%
Atividade. Sociais	0,4%	0,6%	...	1,8%
Diversão, Rádio e Televisão	0,2%	0,3%	...	0,4%
Outros Serviços	0,4%	1,3%	...	5,7%
Doméstica, inc. edifícios	12,6%	11,4%	...	11,2%
Total número de ocupados	1.453.268	1.515.860	2.006.913	2.301.697
Total ocupação não-agrícola	25,2%	27,7%	27,9%	37,5%

Fonte: Censos Demográficos IBGE, apud Almeida, 1975. Nossos cálculos. / ... Dados não disponíveis

Tabela 2 - Crescimento percentual do emprego industrial por décadas

Setores	1940/30	1950/40	1960/50	1970/60
Indústria	116.322	123,8%	139,4%	126,6%
Extrativas	18.972	47,3%	400,2%	52,5%
Transformação	63.222	110,9%	123,3%	119,7%
Construção Civil	31.953	186,1%	121,5%	170,8%
Utilidades Públicas	2.175	249,0%	111,6%	137,0%

Fonte: Censos Demográficos IBGE, apud Almeida, 1975. Nossos cálculos.

Para ilustrar o efeito da Petrobrás na economia baiana durante os anos, note-se que seus investimentos chegaram a corresponder a 7,5% da renda interna estadual, como se pode ver na Figura 4, a seguir.

O dinamismo provocado pela indústria do petróleo concentrou-se espacialmente no Recôncavo, expandindo-se um pouco ao norte da atual Região Metropolitana de Salvador, e resultou de uma expansão das fronteiras da moderna economia do Centro-Sul para o Nordeste, aproveitando-se da descoberta das jazidas de petróleo, da estrada Rio-Bahia (BR-116) e da produção de energia elétrica da CHESF,⁸ reproduzindo muito mais uma dinâmica de formação de mercados nacionais que uma diferenciação regional.

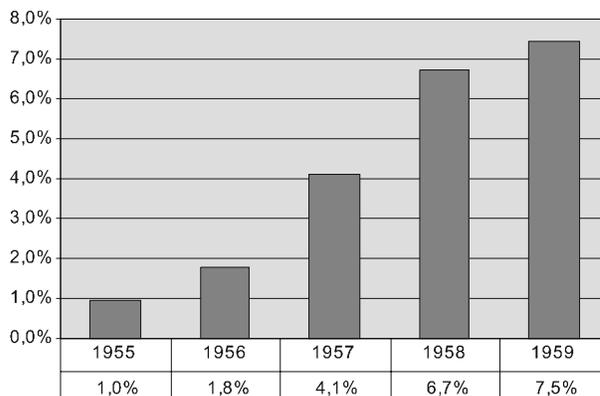
Os investimentos e, especialmente, os gastos de custeio da Petrobras tiveram um impacto bastante importante na expansão da economia urbana do Recôncavo e de Salvador, na década de 50 e início dos 60. Os dados da Tabela 3 mostram, no entanto, que a política de compras da empresa se

Tabela 3 - Composição do custeio e investimento da Petrobrás e seus impactos na economia do Recôncavo

Anos	Compras em SSA	Construção Estrada	Salários e Ordenados	Total
1958	21,5%	34,2%	44,3%	100,0%
1959	34,0%	17,4%	48,6%	100,0%
1960	27,5%	19,5%	53,0%	100,0%
1961	27,7%	17,4%	54,9%	100,0%
1962	28,4%	6,7%	64,8%	100,0%
1963	20,1%	6,1%	73,8%	100,0%
1964	18,0%	2,7%	79,3%	100,0%
1965	20,4%	10,0%	69,6%	100,0%
1966	14,4%	4,8%	80,8%	100,0%
1967	1,1%	1,5%	97,4%	100,0%
1968	9,6%	1,2%	89,2%	100,0%
1969	—	1,9%	98,1%	100,0%

Fonte: Ritz, 1972, p.45.

Figura 4 - Investimentos da Petrobrás como % da renda interna da Bahia

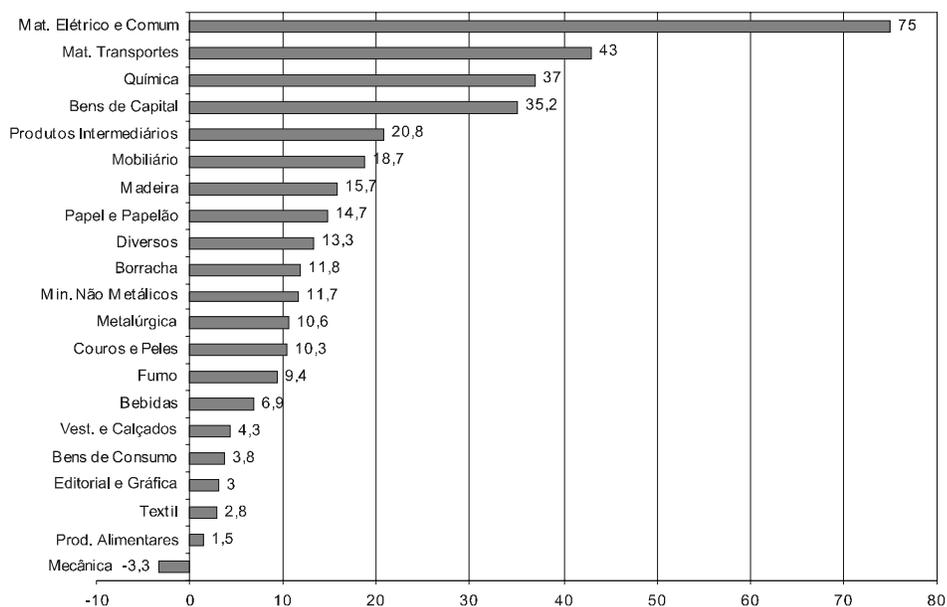


alterou na década de 60. Houve a redução sistemática de suas aquisições na praça de Salvador e de seus gastos com construção de estradas, que tinham grandes efeitos indutores sobre as atividades econômicas fornecedoras locais, aumentando a participação relativa dos salários. Estes, apesar de também estimularem a produção de bens de consumo, dado o nível de renda da categoria, provocavam um “vazamento” da demanda para fora do Estado, através da estrutura da cesta de bens consumidos, devido à diferente participação dos duráveis de consumo na composição dos orçamentos familiares, levando parte do efeito-renda ao estímulo das suas regiões produtoras. Uma missão técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visitando a Bahia no início dos anos 70, chegou a concluir que, “na realidade, a atividade petrolífera se desenvolve em forma quase autárquica e com limitada integração com o resto da economia do Estado”.⁹

A expansão da economia brasileira, no contexto do Plano de Metas, possibilitava a complementaridade da estrutura produtiva da indústria baiana, ampliando os subsetores de bens de capital e produtos intermediários,¹⁰ como ilustrado na Figura 5, os quais se inseriam na dinâmica nacional de acumulação, capitaneada pela ação direta do Estado. A década de 50 pode portanto ser caracterizada pela montagem de um mercado de trabalho crescentemente assalariado, ampliando os segmentos urbano-industriais, fundamentalmente dinamizados pela intervenção direta do Estado.

Esse padrão de crescimento foi determinado sobretudo pela dinâmica da economia nacional, porém, mesmo que menos importante, não há como

Figura 5 - Taxa de crescimento médio anual do valor da transformação industrial da Bahia 1949-1959



Fonte: Censos Industriais do IBGE 1950/1960. Apud Azevedo, 1975, p. 70.

desconhecer o papel desempenhado pela estrutura de planejamento estadual, que se consolida em torno da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), na segunda metade dos anos 50, precedendo inclusive a formalização de um sistema semelhante no plano federal.¹¹

A história inicial da CPE foi marcada pela tentativa de montagem de um sistema de planejamento eficiente, porém cheia de dificuldades. O sistema formulou um diagnóstico, na forma de um plano (Programa de Recuperação Econômica da Bahia), desenhou, mas não conseguiu implementar, o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) e concebeu, mas não efetivou, o Plano Trienal. Depois disso a CPE e o sistema de planejamento estadual perdem força e abandonam as expectativas de reorientar tendências de investimento nacional e internacionalmente determinadas.¹²

Como já dito em trabalho anterior,¹³ os padrões de crescimento da estrutura industrial baiana, nos anos 50, são bastante semelhantes aos padrões da moderna industrialização do período posterior aos incentivos fiscais, especialmente a partir da segunda metade da década de 60. Isso evidenciava que o ritmo de crescimento local atendia às necessidades da macrodinâmica nacional, mais do que refletia os potenciais efeitos de uma política regional, em um processo global de transformação de “uma economia nacional for-

mada por várias economias regionais, para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional”.¹⁴ Dessa forma, o crescimento local refletia a necessidade das indústrias “regionais-regionais”, na terminologia de Castro,¹⁵ que se expandiam no Pós-Guerra e precisavam de maior extroversão da economia do Centro-Sul. A economia brasileira caminhava para uma maior integração de seu mercado em escala nacional.

Ainda que esse processo seja acompanhado de uma oligopolização crescente, os capitais locais também crescem, conforme se pode comprovar, por exemplo, com o aumento do número de firmas individuais e sociedades limitadas, típicas formas de organização empresarial tradicional, que têm um incremento de, respectivamente, 49,2% e 88,9% de 1950 a 1960 entre os estabelecimentos industriais, enquanto as sociedades anônimas, forma institucional mais adequada às novas empresas, reduzem seu número em quase 15% no mesmo período.

No que se refere ao tamanho dos estabelecimentos, essa tendência também pode ser observada, quando se verifica o grande aumento dos estabelecimentos com menos de 20 empregados e a redução daqueles com mais de 500.¹⁶ No entanto, esse crescimento de pequenas empresas não foi contraditório com o dinamismo provocado pelas grandes. Estas, impulsionadas pela ação estatal, impactaram de formas diferenciadas os mercados de produto e de trabalho, como se pode ver na Tabela 4, onde se observa que as pequenas empresas aumentam sua participação em termos de pessoal ocupado e do número de estabelecimentos, apresentando uma pequena redução dos salários, mas que, quando relacionadas com o Valor da Transformação Industrial, perdem posição em 1959, refletindo a maior oligopolização do setor.

Tabela 4 - Participação dos estabelecimentos com menos de 20 empregados na indústria baiana

Indicadores	1949	1959
Número de Estabelecimentos	92,6%	95,8%
Pessoal Ocupado	39,8%	42,2%
Total Salários	23,0%	22,8%
Valor da Transformação Industrial	27,8%	18,4%

Fonte: Censos Industriais 1960 e 1950, apud Azevedo, 1975.

Observe-se que, conforme os dados da Tabela 5, no setor industrial houve crescimento, nos anos 50 e 60, do emprego nos setores de Minerais Não-Metálicos, Químicas e Outros Setores Industriais, associado à perda de posição relativa dos setores da indústria tradicional de bens-salário e dominados pelo capital local, como os Produtos Alimentares e Têxtil.

Tabela 5 - Composição do emprego de alguns setores industriais

Setores	1939	1949	1959	1969
Total da Indústria	100,0	100,0	100,0	100,0
Outros setores industriais	7,9	10,9	12,9	16,2
Mecânica	–	0,2	0,0	1,2
Prod Alimentares	21,9	30,0	21,3	12,4
Têxtil	27,4	19,5	11,8	12,9
Editorial e Gráfica	3,4	4,1	3,8	3,3
Fumo	26,8	12,5	11,8	12,4
Couros e Peles	3,5	3,7	4,4	3,5
Metalúrgica	1,2	1,6	2,5	5,1
Min Não-Metálicos	5,7	14,9	20,7	15,4
Mobiliário	1,3	1,3	4,2	2,6
Química	0,9	1,2	4,9	13,3
Mat Transportes	–	0,1	1,7	1,7

Fonte: Censos Industriais e Produção Industrial, apud Almeida, 1975.

Nos serviços, o emprego nos setores de Ensino Público e Particular e de Assistência Médica e Hospitalar apresentou um grande dinamismo nos anos 60 e 70, passando de 2,8% e 0,7% da ocupação não-agrícola, em 1949, para 5,3% e 1,4%, respectivamente, em 1969, como se mostra na Tabela 1. Destaque-se também a queda relativa dos postos de trabalho nos serviços industriais, que poderia estar refletindo a natureza do processo produtivo da indústria da época, com grande integração vertical e baixa terceirização.

O emprego no comércio de mercadorias e nos serviços domésticos, incluindo a manutenção de edifícios, acompanhou o crescimento geral do merca-

do de trabalho estadual, mantendo suas posições relativas estáveis nos censos de 1950 e 1970.

A intervenção do Estado foi muito importante, tanto no que se refere ao emprego industrial, através da ação direta da Petrobras, CHESF, BNB e BNDE, como nos serviços, devido à expansão do sistema público de ensino e saúde. Apesar desse impacto expansionista da atividade estatal durante a década de 50, segundo as elites empresariais baianas, a economia do Estado teve seu crescimento limitado pelo “confisco cambial” e pelo “fiscalismo estadual”. Esse referia-se à prioridade do fisco estadual em arrecadar impostos, mesmos que reduzindo a competitividade da produção na Bahia em relação a outros estados, como no caso do tratamento do crédito fiscal incidente sobre as matérias-primas utilizadas nas mercadorias exportadas, o que aumentava a carga fiscal destes produtos quando fabricados na Bahia.

O “confisco cambial” resultava das diferenças entre as taxas médias de câmbio incidente sobre as exportações e importações,¹⁷ mantidas desde 1954 e gradualmente reduzidas a partir de 1961, o que, para economias como a da Bahia, grande exportadora de cacau e açúcar, significava uma perda importante para o principal setor do capital local. O posicionamento contra essa diferença de taxas de câmbio constava inclusive de um dos primeiros documentos do sistema estadual de planejamento – a carta do Governador Antonio Balbino ao Presidente da República – como base do argumento contrário às transferências de recursos do Estado para financiar a indústria paulista, justificando as reivindicações baianas para ações compensatórias do governo federal.¹⁸

Tais restrições ao crescimento do Estado podem explicar, parcialmente, porque, nos quase 30 anos que separam os anos de 1939 e 1968, a participação da renda interna baiana na renda interna brasileira praticamente não se alterou, como se vê na Tabela 6.

Ao contrário, do ponto de vista setorial, observa-se que o setor industrial, principal alvo das políticas de incentivos e investimentos diretos,¹⁹ perde posição relativa, caindo de 2,5% da renda interna do setor nacional, em 1939, para 1,3% em 1968.

Além dessa extraordinária estabilidade da posição relativa da economia regional, também a renda

Tabela 6 - Participação da renda interna da Bahia na renda interna do Brasil

Anos	Renda Interna	Agricultura	Indústria	Serviços
1939	4,6%	6,9%	2,5%	4,3%
1949	4,7%	6,5%	1,5%	4,0%
1959	4,7%	6,6%	2,2%	3,9%
1968	4,2%	8,7%	1,3%	4,3%

Fonte: FGV, apud Almeida, 1975.

per capita apresenta pouca movimentação, com exceção de para o último período, quando os rendimentos médios dos baianos ultrapassam a metade da renda média *per capita* dos brasileiros, como se vê na Tabela 7. Por outro lado, há uma mudança de posição relativa em relação à renda dos outros estados nordestinos, indicando que a Bahia teve, nos anos 60, um melhor desempenho que os outros estados do Nordeste, porém ainda sem chegar à posição em que se encontrava em 1939.

Tabela 7 - Participação percentual da renda per capita da Bahia em relação à brasileira e nordestina

Anos	BA/NE	BA/BR
1939	55,6	44,4
1948	44,1	44,1
1958	38,4	45,3
1968	49,4	54,7

Fonte: FGV, apud Almeida, 1975.

Muda a ação do Estado

A ação do Estado modifica-se bastante ao final da década de 60 e principalmente nos anos 70 e 80. De uma ação direta, como produtor, Estado passa também a ser um forte estimulador do investimento privado, principalmente por meio de incentivos fiscais, e adota, em certos períodos, inclusive políticas compensatórias importantes, como as frentes-de-trabalho,²⁰ no início dos 80, que estimulam a economia do semi-árido, reduzindo os movimentos migratórios por expulsão e alimentando algumas economias locais no interior do Estado. Os primeiros anos da década de 70 constituem o período de maturação dos investimentos privados incentivados, que reproduziam a estrutura setorial do Centro-Sul e passam a adotar tecnologias ainda mais intensivas em capital que nos setores centrais,²¹ e em que os projetos de modernização das indústrias

já existentes passaram a ser mais importantes que os projetos de implantação de novas indústrias.²² Isso sinalizava que os novos investimentos se voltavam para fortalecer os grupos já inseridos na nova industrialização, ao invés de ampliar o número de novos empreendimentos na região.

Também há uma concentração setorial muito grande dos investimentos, com a Bahia – e especialmente a indústria química – absorvendo a maior parte dos incentivos.²³ Os anos 80 também presenciaram a modificação da estrutura da Formação Bruta de Capital Fixo do governo na região, com o aumento de obras e edificações e redução dos equipamentos e maquinário.²⁴ Este último tipo de investimento rebatia fortemente sobre os produtores localizados no Centro-Sul e no exterior, através do aumento da demanda desses produtos, enquanto as obras e edificações tinham um efeito multiplicador maior sobre o mercado regional. Estimativas dos impactos das Obras e Edificações do Pólo de Camaçari, por exemplo, calcularam a geração de emprego para cerca de 25,7 mil e 28,6 mil homens/ano em 1976/77, enquanto o emprego gerado pelos investimentos em máquinas e equipamentos teria sido de 21,5 mil e 16,5 mil homens/ano de emprego em 1977/78.²⁵

Os dados da Tabela 8 confirmam a continuidade, em início dos 80, da tendência da década de 70 a aumentar a participação dos serviços no emprego não-agrícola do Estado, ainda que tais dados se

Tabela 8 - Composição do emprego não-agrícola na Bahia – 1979-1984

Setores não-agrícolas	1979	1984
Indústria	29,1%	22,3%
Extrativas	1,4%	1,7%
Transformação	16,3%	14,1%
Química	2,7%	3,0%
Produtos Alimentares	2,4%	2,3%
Construção Civil	11,4%	6,6%
Serviços	70,9%	77,7%
Comércio	18,6%	15,5%
Transportes e Armazenagem	4,8%	5,4%
Intermediários Financeiros	4,4%	5,3%
Hospedagem e Alimentação	3,5%	2,2%
Serviços Comerciais	7,7%	8,6%
Serviços Pessoais	4,4%	5,0%
Serviços Comunicação	2,0%	1,2%
Adm. Pública, Defesa e Seg.	25,4%	34,5%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: RAIS, apud Fernandes, 1986, p. 23. Nossos cálculos.

refiram apenas ao setor formalizado de grandes empresas e do setor público na Bahia,²⁶ não sendo, portanto, inteiramente comparáveis àqueles apresentados na Tabela 1.

Destaque-se o crescimento do emprego na Administração Pública, no início da década de 80, assim como a brutal queda do emprego na Construção Civil formal. Apesar da pequena queda do Comércio de Mercadorias nos registros da RAIS, a recessão desse período teve como um dos resultados, na Bahia, a ampliação do setor Terciário entre os postos de trabalho mais formais do Estado.

Estas mudanças do emprego formal ocorreram, no início da década de 80, com um quadro recessivo nacional, amenizado, no Estado, pela ação direta do governo em políticas compensatórias como as frentes-de-trabalho (1981-83), que, com um caráter claramente anticíclico, estimularam a economia rural no Nordeste e na Bahia, principalmente nas cidades menores e longe da capital. Essas políticas compensatórias ocorreram simultaneamente à adoção de políticas monetárias e fiscais de natureza recessiva, em um programa macroeconômico de geração de excedente para enfrentar as crises da balança de pagamentos. Para o Nordeste, além do mais, a queda dos investimentos das estatais²⁷ teve um impacto relativamente maior nas áreas urbanas, uma vez que nessa região eles desempenham um papel mais importante que na economia do Centro-Sul. Assim, do ponto de vista macroeconômico, a recessão reduzia os estímulos à produção local, porém os efeitos das políticas compensatórias parecem ter sido, ao lado da *puesta em marcha* dos grandes projetos industriais do Pólo Petroquímico e do CIA, os principais elementos explicadores da melhoria relativa da economia baiana em relação à brasileira no início da década de 80. Esta melhoria do PIB estadual foi acompanhada da queda da taxa de desemprego que se torna relativamente constante no período pós-Plano Cruzado.

Na década de 80, o mercado de trabalho da RMS apresenta um aumento de sua heterogeneidade interna, em que “convivem relações tradicionais semi-escravas do trabalho doméstico, com uma miríade de formas particulares de contratos de conta-própria, subempreitadas, comércio ambulante e microempresas, com relações claramente assalariadas das grandes empresas”.

As mudanças nas formas de intervenção do Estado na região afetaram especialmente a indústria de transformação, principal alvo da política de incentivos regionais. Os empregos no setor declinam no período recessivo, mantendo-se estável apenas o subsetor químico, com a consolidação dos investimentos do Pólo.²⁸ Esse desempenho deveu-se fundamentalmente à capacidade de vendas para o mercado externo, com intensificação do componente exportado na receita do subsetor, que permitiu a manutenção dos seus níveis de emprego. Por outro lado, a dinâmica da indústria baiana – predominantemente constituída de produtos intermediários – tornou-se mais dependente da dinâmica da produção nacional. Assim, a recessão nacional explicava a reversão do ciclo expansivo prévio da indústria, que não conseguia se sustentar com poucos vínculos inter-setoriais e com a limitada possibilidade de fazer crescer os segmentos de bens-salário, já que o nível local de renda continuava baixo. Uma pesquisa domiciliar em finais da década de 80 mostrava que o mercado de trabalho da indústria da Região Metropolitana de Salvador, apesar de já indicar uma presença

razoável da Petroquímica (10,4% da ocupação industrial),²⁹ sugeria uma indústria ainda fundamentalmente empregadora nos setores mais tradicionais e menos dinâmicos.³⁰

É também nesse momento que se entrelaçam mais claramente os segmentos formal e informal do mercado de trabalho, com uma maior heterogeneidade de relações que não poderiam ser captadas pelos dados da RAIS. Na década de 80, portanto, o mercado de trabalho da RMS apresenta um aumento de sua heterogeneidade interna, em que “convivem relações tradicionais semi-escravas do trabalho doméstico, com uma miríade de formas particulares de contratos de conta-própria, subempreitadas, comércio ambulante e microempresas, com relações claramente assalariadas das grandes empresas”,³¹ ainda antes que esse processo se generalizasse no conjunto do País, nos anos 90,

como se verá em seções seguintes. Isso também pode ser percebido quando se verifica que a Região Metropolitana de Salvador já tinha a posição de recordista nacional de subemprego,³² acompanhada proximamente por Recife, com as duas regiões nordestinas obtendo taxas correspondentes a quase o dobro das taxas nacionais, na primeira metade da década de 80.³³

Do ponto de vista setorial, a primeira metade da década de 80 conviveu com uma queda da ocupação no comércio de mercadorias e uma ligeira ascensão do trabalho em serviços, setores que tinham mais de dois terços dos ocupados.³⁴ Esses movimentos revelavam os processos de transformações estruturais que passavam a ocorrer na economia, tanto em decorrência dos gastos e investimentos governamentais, como de seus desdobramentos no comportamento do setor privado. Nesses setores fortemente empregadores, o crescimento das relações informais de trabalho refletia as mudanças que estavam ocorrendo, como consequência da redução dos níveis de renda. Essa queda era o resultado não só da recessão, como de deliberadas políticas salariais em um ambiente em que os processos de reestruturação produtiva, especialmente na área de gestão das relações de trabalho, era muito embrionário. Apesar dessa tendência à precarização e perda de dinamismo do terciário, também aí são identificados subsetores que incrementaram o emprego na crise, como a administração pública e intermediários financeiros, de acordo com a Tabela 8.

Por outro lado, no final de década, o arrefecimento do ciclo de investimentos, especialmente com a redução da instalação de novos projetos, leva à imposição de limites no crescimento da ocupação no setor de construção civil, também bastante heterogêneo em suas relações de trabalho. A queda da participação desse segmento na ocupação total da região reflete tanto a diminuição das obras e edificações públicas como a retração nos programas de habitação e a própria expansão urbana da cidade. De novo, a ação dos governos é fundamental para determinar a dinâmica do mercado de trabalho.

O Plano Cruzado, em 1986, altera o comportamento do mercado de trabalho fazendo reduzir as taxas de desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, principalmente através de seu choque

de renda que, com a estabilização dos preços, estimulou os setores comerciais e aqueles voltados para o mercado interno. Como visto na Figura 2, a taxa de desemprego da RMS responde com menos intensidade que em outras regiões metropolitanas aos choques das políticas macroeconômicas, aumentando sua posição relativa entre as regiões metropolitanas relativamente ao número de desempregados depois do Plano Cruzado. Uma provável explicação pode ser o alto grau de concentração de renda e poucos estímulos endógenos para a criação de ocupações.

Essa reversão do posicionamento do mercado de trabalho metropolitano de Salvador em relação aos demais brasileiros, no que se refere à taxa de desemprego aberto,³⁵ indica uma menor elasticidade do mercado relativamente aos choques macroeconômicos, ainda que seus movimentos tenham a mesma direção dos outros mercados. Nos anos 90, com a abertura da economia atingindo fortemente os setores de produtos intermediários – característicos da indústria baiana – e a expansão dos preços dos bens não-comercializáveis no imediato pós-Plano Real – que estimula a produção em mercados com maiores níveis de renda – o crescimento da taxa de desemprego da RMS dispara e supera claramente a de todas as outras regiões.

Movimentos populacionais

Uma das potenciais explicações para o alto desemprego da RMS poderia ser um crescimento demográfico diferenciado daquele das outras regiões, que aumentaria a oferta de trabalho em ritmo superior à criação de postos de trabalho. Esse crescimento da oferta de mão-de-obra poderia advir de uma taxa de natalidade mais alta que em outras regiões ou dever-se a movimentos migratórios mais intensos. Não parecem ser essas as razões do crescimento do desemprego soteropolitano.

Durante as décadas de 50, 60 e 70 a migração para Salvador foi um importante elemento expansionista do mercado de trabalho local. Na década de 50, especialmente nos seus primeiros anos, a agricultura baiana sofreu os efeitos da forte seca de 1951/52, com um intenso movimento migratório para fora do Estado, que se refletiu em grande perda populacional, como se observa na Tabela 9.

Tabela 9 - Movimentos migratórios líquidos da Bahia

Intervalo Censitário	Números Líquidos	% da população do início do período
1940-1950	-135.512	-3,5
1950-1960	-506.165	-10,5
1960- 1970	-366.763	-6,1

Fonte: Graham e Filho, 1971, apud Almeida, 1975.

Nesse contexto, em que a Bahia apresenta o maior número de emigrantes dentre todas as unidades da Federação,³⁶ Salvador cresce, dentro do Estado, como centro polarizador demográfico, concentrando 13,5% da população estadual em 1970, como se pode ver na Tabela 10; aí evidencia-se que o aumento da participação da capital relativamente à população do Estado só se eleva significativamente a partir dos anos 60. A mudança do destino da migração, reduzindo a saída do Estado e aumentando os movimentos intra-estaduais parece ter atingido o seu ponto máximo, no que se refere a Salvador, nos anos 90.

Tabela 10 - População de Salvador e proporção da população do Estado

Anos	População	% da População do Estado
1872	129.109	9,4%
1890	174.412	9,1%
1900	205.813	9,7%
1920	283.422	8,5%
1940	290.443	7,4%
1950	417.235	8,6%
1960	655.735	10,9%
1970	1.027.142	13,5%
1980	1.501.981 ⁽²⁾	15,8% ⁽¹⁾
1991	2.072.273 ⁽²⁾	117,5% ⁽¹⁾
1996	2.211.539	117,6% ⁽¹⁾

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1971.

⁽¹⁾ SEI, 1998.

⁽²⁾ SEI, 1995.

Esse é um fenômeno nacional. A tendência à metropolização dos anos 60 e 70 perde ímpeto em todas as regiões brasileiras nos 80 e 90 com o conjunto das oito regiões metropolitanas brasileiras apresentando um crescimento médio de 3,79%, 2,25% e 1,5% nos períodos 70-80, 80-91, 91-96 segundo o IBGE.³⁷ Salvador cresce, nos anos 80, menos que Fortaleza e menos que a própria Fortaleza, Belém e Belo Horizonte, nos 90.

Apesar do aumento da concentração populacional em Salvador, a abertura da rodovia Rio-Bahia também desenvolveu outros centros sub-regionais,³⁸ que começaram a ser polarizados por outras regiões. Já na década de 50 observava-se³⁹ que o Extremo Sul passou a ligar-se comercialmente a Vitória do Espírito Santo ou a Teófilo Ottoni, em Minas Gerais; que o norte do Estado se aproximava de Aracaju; que o sertão do São Francisco passou para a influência de Maceió, e que o médio São Francisco mantinha intensas relações com Belo Horizonte. Nas décadas de 80 e 90, esses fluxos de rearticulação do mercado de trabalho intra-regional se consolidaram a partir dos investimentos em atividades agro-pecuárias e novos projetos industriais no interior, reforçando o redirecionamento da expansão demográfica para centros urbanos menores que Salvador.⁴⁰

Esse processo impacta o mercado de trabalho de Salvador, uma vez que os movimentos migratórios para esta região passam a ser mais influenciados pelos fatores de atração dos migrantes que pelos fatores expulsivos das suas regiões de origem. Os fatores atrativos decorrem principalmente das vantagens de concentração metropolitana, do crescimento dos serviços e do aumento absoluto do tamanho do mercado de trabalho. Esses movimentos concentram em Salvador, de acordo com a Contagem Populacional de 1996, 17,6% da população do Estado da Bahia,⁴¹ apesar de, na década de 90, parecer que, “do ponto de vista da demografia econômica, o poder de atração da capital já tenha atingido o seu máximo (...) que começa a ser dividido com outros centros urbanos e, especialmente com aqueles localizados nas áreas da fronteira econômica da Bahia”.⁴²

Nas regiões metropolitanas, e também em Salvador, simultaneamente à redução do crescimento demográfico, houve uma reconcentração populacional nas periferias, como se nota ao se observar as diferenças das taxas de crescimento demográfico entre os municípios componentes da Região Metropolitana de Salvador, na Tabela 11.

Essa periferação do crescimento demográfico metropolitano, que também é um fenômeno nacional,⁴³ em Salvador foi reforçado pela concentração espacial dos investimentos industriais e pela recente realocação dos serviços, como se mostra na

Tabela 11- Taxas de crescimento populacional médio na RMS

	1980/70	1991/80	1996/91
Candeias	4,7	1,8	0,5
Simões Filho	7,1	5,0	0,7
Salvador	4,1	2,8	1,3
RMS	4,4	3,0	1,6
Madre de Deus			1,6
Camaçari	10,3	2,0	3,4
Itaparica	2,7	2,6	3,6
São Francisco do Conde	-2,1	1,5	3,6
Dias D'Avila			3,9
Vera Cruz	1,6	4,4	4,4
Lauro de Freitas	13,3	6,0	6,8

Fonte: Censos demográficos de 1980, 1991 e Contagem populacional de 1996 IBGE.

Tabela 12, deslocando migrantes pobres para um certo “cinturão” em torno da Capital e movimentando parte da população do núcleo da região metropolitana para sua periferia.⁴⁴

Tabela 12 - Proporção de migrantes e o percentual dos migrantes de origem baiana em 1996

	Total	% da Bahia
Candeias	3,0	80,6
São Francisco do Conde	3,8	68,2
RMS	5,1	75,1
Madre de Deus	5,4	82,8
Salvador	5,6	94,7
Simões Filho	7,5	87,7
Itaparica	8,4	83,5
Camaçari	9,8	83,1
Vera Cruz	11,0	87,2
Dias D'Avila	16,2	84,4
Lauro de Freitas	19,6	88,3

Fonte: Contagem populacional de 1996 IBGE.

Note-se também que há uma razoável associação entre a proporção de migrantes na Contagem Populacional de 1996, maior nos municípios de fora de Salvador, com a atração de migrantes do próprio Estado. Salvador destaca-se diferencialmente devido às suas economias de aglomeração, mas Lauro de Freitas e Camaçari podem ter seus atrativos relacionados com o dinamismo de suas economias, enquanto Vera Cruz e Itaparica podem refletir movimentos expulsivos de Salvador.⁴⁵

Além dessas mudanças na origem migratória e na localização intrametropolitana da população, as últimas décadas também produziram importantes alterações na estrutura etária, resultado de um processo de envelhecimento⁴⁶ e da chegada à idade

economicamente produtiva da “onda jovem” dos nascidos na década de 60 e 70.⁴⁷ A população na idade de entrada na atividade econômica (15-24 anos) mantém-se praticamente estável no período em Salvador, passando de 23,3% e 21,3% em 1980 e 1991 para 22,5% em 1996.⁴⁸

Em termos de mercado de trabalho, isso faz com que na década de 90 haja um aumento relativo da PIA que deve ser avaliado também em relação ao comportamento da População Economicamente Ativa, uma vez que os movimentos entre atividade e inatividade econômica são fundamentais na dinâmica de longo prazo dos mercados de trabalho.

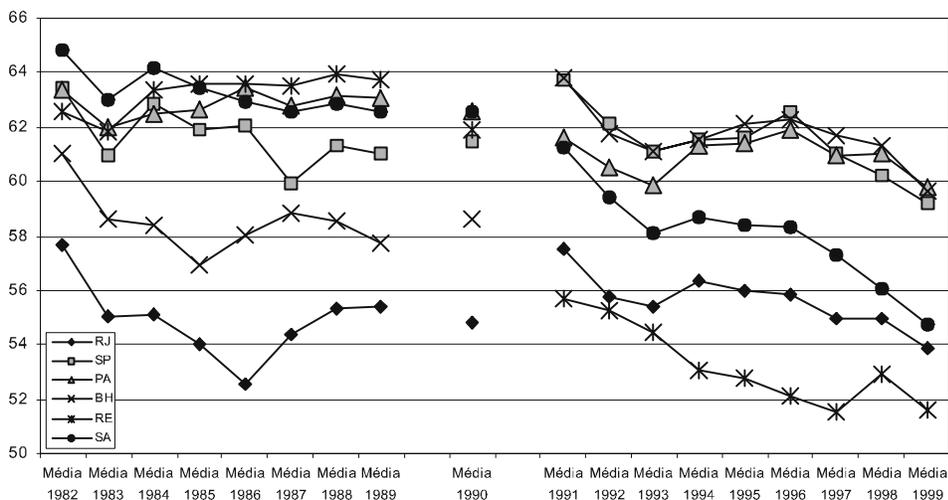
Cai a atividade econômica e aumenta a precariedade nos anos 90

Novamente, na década de 90, há mudanças na forma de intervenção do Estado. As políticas de incentivos perdem intensidade, as estatais são privatizadas, as políticas setoriais e regionais são desativadas e a concorrência externa se intensifica com a queda das barreiras alfandegárias e manutenção artificial de uma taxa de câmbio fortalecendo o real. Taxas de juros elevadas e concentração de renda inibem a criação de nova demanda de trabalho, reduzindo o crescimento da ocupação, o que por si só elevaria a taxa de desemprego. Porém, por outro lado, parte do pessoal deslocado da produção movimenta-se para a inatividade econômica,⁴⁹ diminuindo a Taxa de Participação⁵⁰ e, portanto, reduzindo a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado.

Essa redução, na década de 90, indica que a proporção de inativos tem aumentado, com os processos de reestruturação produtiva e com os impactos dos ajustes macroeconômicos.⁵¹ A Figura 6 ilustra a tendência de queda da taxa de participação em todas as Regiões Metropolitanas pesquisadas, ao mesmo tempo que posiciona Salvador abaixo de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, e evidencia sua proximidade das taxas do Rio de Janeiro, com Recife apresentando as menores proporções de pessoas economicamente ativas na PIA.

Na década de 80 essas taxas de participação se mantiveram relativamente estáveis, com uma ligeira elevação, no ano do Plano Cruzado (1986), em

Figura 6 - Taxas de participação em algumas Regiões Metropolitanas, anos 80 e 90



Fonte: PME/IBGE, 1982-1989, PME, 1990 e PME, apud IPEA 2000, 1991-1999

Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, o que sugere o grande aquecimento da ocupação nesse ano, uma vez que, apesar do aumento de pessoas na PEA, a taxa de desemprego declinou, conforme visto na Figura 2. A redução da participação econômica diminuiu as pressões sobre o mercado de trabalho, ainda que possa ter significado uma piora do bem-estar das famílias, já que a transferência de renda entre os membros da família⁵² trabalhando e os fora do mercado de trabalho reduz a renda *per capita* familiar, em um mecanismo de solidariedade social que substitui o Estado, em situações de precárias redes de proteção social, como um sistema de seguro desemprego insuficiente.

A queda da Taxa de Participação⁵³ poderia sinalizar uma melhora de bem-estar social se ela se concentrasse fundamentalmente entre os mais jovens e os mais velhos, uma vez que indicaria mais tempo de formação prévia à entrada no mercado de trabalho, assim como uma aposentadoria mais tranqüila, sem a necessidade de continuar trabalhando. Se é verdade que nas faixas etárias dos extremos da PIA há uma redução da atividade econômica, na faixa correspondente ao núcleo do mercado de trabalho (18-64 anos) essa taxa tem crescido. Isso pode indicar que as pessoas do núcleo principal do mercado de trabalho, permanecendo economicamente ativas, enfrentam mais dificuldades para encontrar ocupações, especialmente em uma situação de extremadas taxas de desemprego.

Essa queda da taxa de participação aumenta a proporção de inativos no mercado, que, se acompanhada de uma elevação do desemprego, aumenta a carga de dependência dos ocupados. Isso rebate sobre a utilização da renda familiar, que passa a ser gerada por menor número de pessoas, reduzindo seu valor *per capita* e intensificando a perda de capacidade de consumo,

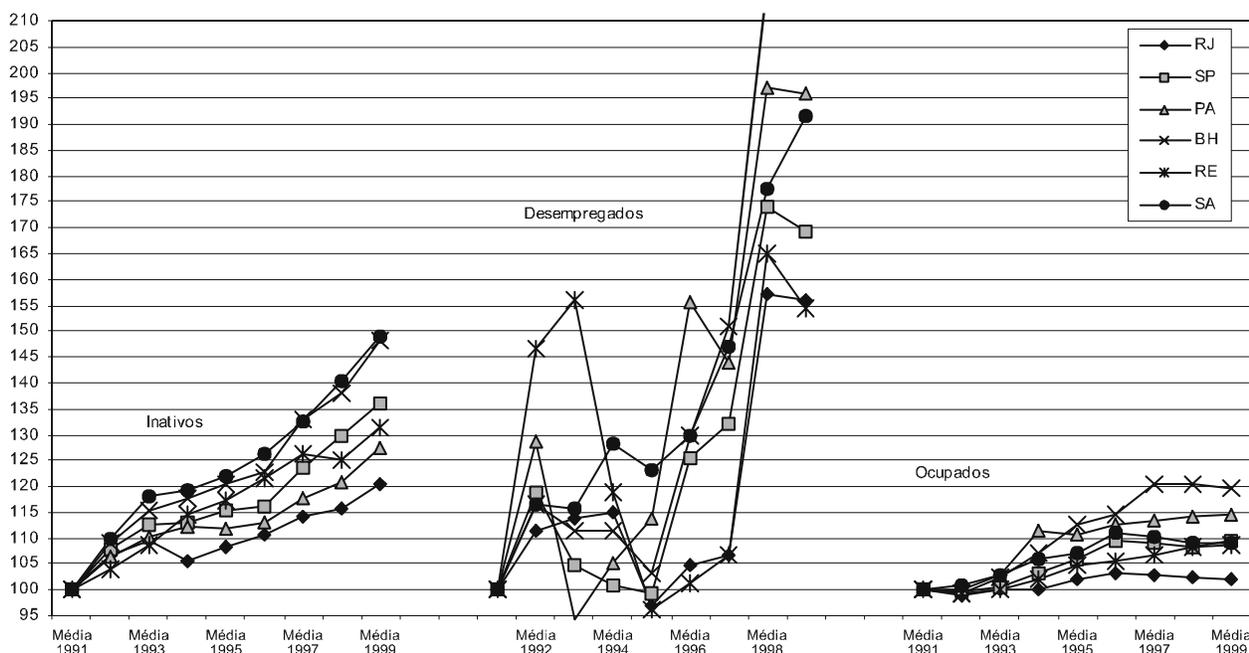
limitando o crescimento dos setores produtores de bens-salário.

A Figura 7, a seguir, mostra que os fluxos entre atividade e inatividade em Salvador foram mais intensos que em todas as outras regiões metropolitanas, da mesma forma que o índice do número de ocupados apresentou desempenho inferior à criação de postos de trabalho em Belo Horizonte e Porto Alegre, no período 1991-1999. O crescimento do número de inativos, sem que a população tenha crescido significativamente mais em Salvador que nas outras regiões metropolitanas, sugere que os baianos têm prolongado sua decisão de entrar no mercado de trabalho, têm se aposentado mais cedo, têm desestimulado a inserção de novos membros da família na busca da ocupação e têm diminuído a intensidade da elevação da participação feminina na atividade econômica.

Todos esses mecanismos de reduzir a Taxa de Atividade,⁵⁴ em situações de alto desemprego, fazem declinar os rendimentos médios familiares, piorando as condições de bem-estar e impondo novas restrições ao crescimento endógeno do mercado de trabalho, pela ótica da renda.

Por outro lado, nesses dez anos, a variação da quantidade de desempregados de Salvador foi das mais altas do País, inferior a Recife e Porto Alegre, antes do Plano Real, e a Porto Alegre e Belo Horizonte, nos anos posteriores a 1994. A explosão do número de desempregados é comum a todas as regiões metropolitanas, indicando a gênese macro-

Figura 7 - Índices de inativos, desempregados e ocupados de seis regiões metropolitanas - 1991/1999



Fonte: PME/IBGE. Apud, IPEA 2000.

econômica do fenômeno, porém Salvador destaca-se pela intensidade dos movimentos, que se tornam mais dramáticos quando comparados com a inclinação negativa relativamente maior da Taxa de Participação, que levaria a uma redução da pressão de mais pessoas entrando no mercado de trabalho. Essa é a principal causa da inclinação positiva dominante da curva do número-índice de inativos desta região em relação às outras, na Figura 7.

Por outro lado, o terceiro conjunto de curvas da Figura 7 mostra o medíocre desempenho da criação de postos de trabalho na área metropolitana

brasileira na década de 90, com Salvador movendo-se menos que Belo Horizonte e Porto Alegre.

Também do ponto de vista da renda média dos ocupados, a renda média de Salvador vem se deteriorando em relação ao conjunto das regiões metropolitanas. Os dados da Tabela 13 mostram Recife e Salvador como regiões com rendimentos muito inferiores, em relação à média dos rendimentos do conjunto de regiões metropolitanas. Em particular, Salvador, que já chegou a ter um rendimento médio correspondente a 76,2% do encontrado para o metropolitano em 1991, teve uma queda acentuada

nos primeiros anos do Plano Real, recuperando-se lentamente nos últimos três anos e superando Recife nos últimos anos da década.

Essa queda do rendimento médio foi acompanhada também de uma importante alteração na posição relativa dos rendimentos, de acordo com as formas de inserção dos trabalhadores ocupados no

Tabela 13 - Renda média de cada Região Metropolitana em relação à renda média de todas as RMs

	RJ	SP	PA	BH	RE	SA
Média 1991	88,3%	122,7%	87,5%	84,9%	57,7%	76,2%
Média 1992	89,1%	122,7%	84,4%	88,4%	58,1%	72,0%
Média 1993	85,7%	125,0%	84,1%	87,3%	58,4%	71,8%
Média 1994	82,8%	130,8%	88,1%	79,3%	52,3%	58,5%
Média 1995	85,7%	126,5%	95,8%	82,0%	55,3%	56,7%
Média 1996	90,7%	123,0%	93,1%	81,3%	59,2%	58,3%
Média 1997	91,8%	121,0%	94,5%	83,5%	62,0%	62,0%
Média 1998	90,4%	122,9%	94,3%	81,2%	59,1%	62,4%
Média 1999	91,9%	121,2%	92,8%	82,8%	61,1%	64,1%

Fonte: PME/IBGE. Apud, IPEA, 2000.

mercado de trabalho. A década de 90 foi caracterizada por uma convergência dos rendimentos dos trabalhadores assalariados formais com carteira, que diminuíram drasticamente seus diferenciais de ganhos em relação aos trabalhadores por conta própria e os assalariados sem carteira. Também em relação a esse movimento, Salvador merece destaque pela intensidade de seus ajustes, conforme se ilustra na Figura 8.

Apesar da queda dos diferenciais entre os rendimentos médios dos trabalhadores formais e informais em todas as regiões metropolitanas, Salvador termina a década ainda com a maior separação entre os dois tipos de vínculos trabalhistas, o que pode indicar um maior grau de segregação entre os dois tipos de mercado na região, em relação a outras regiões. Verifique-se também que o efeito redutor da discrepância dos rendimentos diminui de intensidade depois da implantação do Plano Real em 1994, apresentando novamente uma tendência ao aprofundamento dessa clivagem nos últimos anos da década.

Esta convergência dos rendimentos também foi acompanhada de mudanças na proporção dos diversos tipos de posições que os trabalhadores se encontram na ocupação. Salvador destaca-se pelo

maior crescimento da proporção dos conta-própria entre os ocupados, só sendo superada por Recife nesse tipo de ocupação. Salvador e Recife caracterizam-se pelo pouco grau de assalariamento desse mercado de trabalho de baixa renda e pelas poucas oportunidades de emprego. Também no que se refere aos assalariados sem carteira – que cresceram enormemente em São Paulo e Porto Alegre, mercados mais consolidados e organizados de forma assalariada, refletindo o processo de precarização dos mercados formais com o

deslocamento dos trabalhadores de vínculos formais para os sem-carteira – há em Salvador um crescimento menor que em Recife e Belo Horizonte. Nos mercados anteriormente mais formalizados houve espaço para a substituição de trabalhadores com carteira para postos de trabalho sem registro formal. Na RMS, em que as proporções de relações informais já era alta, a possibilidade desse ajuste foi mais limitada, intensificando os movimentos de convergência dos rendimentos, mais do

que crescendo o número dos sem-carteira.

Note-se, por outro lado, os movimentos divergentes da Região Metropolitana de Salvador e as outras no período posterior ao Plano Real, de 1995 a 1999. Nesses anos, a proporção de trabalhadores

sem carteira e por conta própria entre os ocupados permanece praticamente estável, em Salvador, enquanto em outras regiões – São Paulo, Belo Horizonte e Recife para os sem-carteira, e Rio de Janeiro e São Paulo para os conta-própria – essa proporção continua crescendo com a estabilidade da moeda. Isso parece indicar que o grau de flexibilização do mercado de traba-

A década de 90 foi caracterizada por uma convergência dos rendimentos dos trabalhadores assalariados formais com carteira, que diminuíram drasticamente seus diferenciais de ganhos, em relação aos trabalhadores por conta própria e aos assalariados sem carteira.

Figura 8 - Rendimentos médios dos assalariados com carteira em relação aos sem carteira e trabalhadores por conta própria

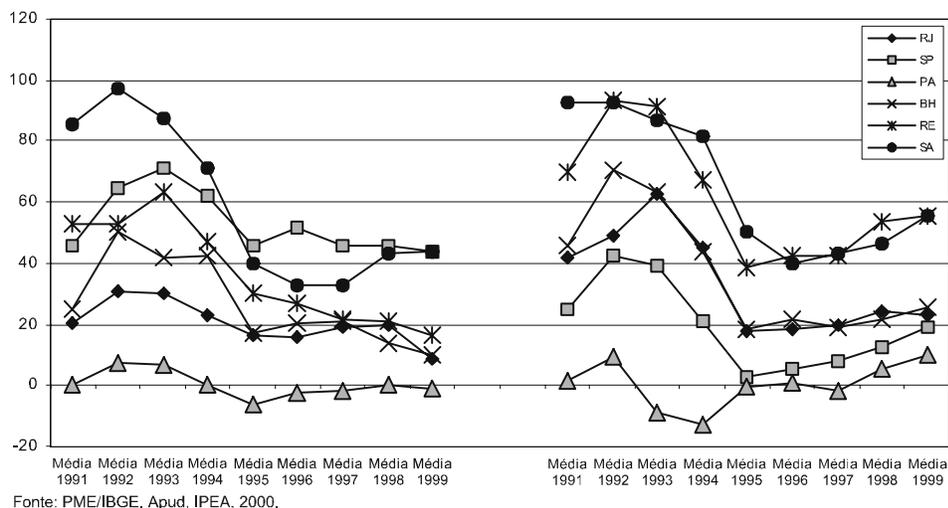
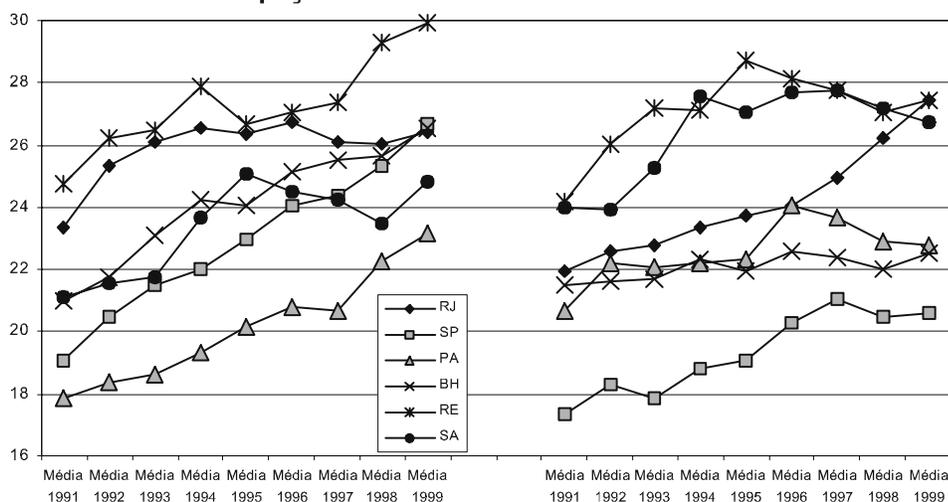


Figura 9 - Proporção de trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira na ocupação



Fonte: PME/IBGE. Apud, IPEA, 2000

lho da RMS já atingiu um patamar difícil de ser superado em aprofundamento da precariedade, como parece estar ocorrendo em outras regiões que, na década de 90, estão aprofundando seus ajustes.

Conclusões

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador vem respondendo de forma semelhante ao de outras regiões brasileiras aos choques macroeconômicos, no que se refere à direção dos seus ajustes. Políticas contracionistas aumentam o desemprego e a aceleração inflacionária conduz à diminuição dos desempregados. No entanto, a elasticidade da resposta do mercado de trabalho da RMS é diferenciada em relação a outras regiões metropolitanas. As hipóteses referentes a uma maior mobilidade da oferta de trabalho não parecem encontrar evidências significativas, uma vez que na RMS o crescimento da PIA não parece ser distinto do de outras áreas. Por outro lado, a População Economicamente Ativa vem se reduzindo nos últimos anos em relação às pessoas em idade ativa na RMS, muito mais que em outras regiões, o que seria contraditório com a hipótese de um desemprego provocado por excesso de oferta de trabalho.

O crescimento do desemprego parece estar mais associado a uma insuficiente criação de novos postos de trabalho para absorver aqueles deslocados do mercado e que não se movimentaram em direção à inatividade. A maior pressão não pa-

rece advir dos segmentos que estão entrando pela primeira vez na ocupação nem daqueles que deveriam estar saindo, mas sim dos que perderam seus empregos e continuam buscando outros.

Essa problemática da criação desses postos de trabalho não pode ser solucionada no longo prazo apenas pela redução do custo do trabalho. A queda dos rendimentos médi-

os dos trabalhadores da RMS em relação aos ocupados de outras regiões não parece ter sido suficiente para viabilizar mudanças na demanda de trabalho, como seria esperado pela teoria econômica tradicional. Ao contrário, em uma abordagem mais aproximada de um enfoque keynesiano, os baixos níveis de rendimento dificultam a intensificação das relações intersetoriais, que poderiam permitir uma maior internalização dos efeitos expansivos provocados pelos choques de investimentos que caracterizaram alguns momentos da economia regional.

Esse fenômeno ocorreu nas décadas de 50 e 60 em resposta à ação direta do Estado, com um aumento da atividade econômica local que se inibe e perde intensidade com o fim dos ciclos de investimentos dessa fase. Nos anos 70, a política de incentivos aos investimentos privados dá um novo *boom* na ocupação da RMS, reproduzindo no mercado de trabalho o perfil das transformações que ocorreram na estrutura produtiva do Estado. Esse surto de crescimento atinge seu ponto máximo na década de 80, como resultado da maturação dos investimentos prévios, em uma conjuntura caracterizada pela proteção do mercado interno para ajustar-se a uma grande crise de balança de pagamentos, que estimula e favorece a exportação dos setores dinâmicos da economia baiana.

Os baixos níveis de rendimento da Região Metropolitana de Salvador dificultavam os ajustes via continuidade da diminuição dos pagamentos ao

trabalho, já que eles partiam de patamares inferiores aos de outras regiões do país. Por outro lado, a má distribuição dos rendimentos não possibilitava a intensificação dos laços intersetoriais com a dinamização de segmentos destinados ao mercado local que possibilitassem o crescimento da ocupação. O crescimento dos segmentos relacionados a bens-salário e serviços pessoais que exigiam uma massa salarial dos estratos médios da distribuição de rendimentos maior, ficava limitado pela grande concentração das pessoas nos estratos mais baixos e os rendimentos mais altos recebidos por poucas pessoas, nos estratos superiores. Como resultado deste movimento concentrador da massa de rendimentos, a RMS perdeu posição, relativamente ao restante do Brasil metropolitano, no que se refere aos rendimentos médios dos ocupados, tem aumentou o número de pessoas economicamente inativas e viu explodir a proporção de desempregados entre os economicamente ativos.

Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, M. Pinto de. *Notas sobre o enigma baiano. Planejamento*. Salvador: CPE, v. 5, n. 4, p. 123–136, out./dez. 1977. (edição original 1958).
- ALMEIDA, J. *Transformações estruturais da economia baiana*. Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Cândido Mendes, Sociedade Brasileira de Instrução, Comissão de Estudo de Alternativas para o Desenvolvimento Brasileiro, 1975, 106 p. (mimeo.).
- ALMEIDA, P. H. (coord.). *Salvador dinâmica. A economia soteropolitana pela ótica da ocupação*: relatório de pesquisa. Salvador: FCE-UFBA/PMS, 1999. 128p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, 1995. v.9.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais: uma tentativa de interpretação histórica*. Salvador: UFBA, 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – CME/FCE/UFBA, 1975.
- _____. J. S. Gabrielli de. Algumas considerações sobre a dinâmica da economia nordestina e os ciclos nacionais. In: CARLEIAL, L. M., NABUCO, M. R. (orgs.) *Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. Fortaleza; Belo Horizonte: CAEN/UFC-CEDEPLAR/UFMG. 1989. p. 247-265.
- _____. Algumas investigações sobre os ocupados na indústria na Região Metropolitana de Salvador. *Força de Trabalho e Emprego*. Salvador, v. 9, n. 1, jan./abr. 1992. p.10-15.
- _____. *Reestruturação produtiva e o mercado de trabalho: impactos na RMS 1987-1997*. Relatório de pesquisa. Salvador: FCE-UFBA/CNPq, 1999. 111p.
- _____. MENEZES, A. W. F. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. *Força de trabalho e emprego*. Salvador, v. 14, n. 1-3, maio/dez. 1996. p. 2-13.
- BAPTISTA, C. M. Philligret *A intervenção planejada do Estado: uma interpretação do caso baiano*. Salvador: UFBA, 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) – CME/FCE/UFBA, 1978.
- BID. *Desenvolvimento integrado do Recôncavo baiano. Estudos e projetos*. Relatório da Missão Técnica. Salvador, 1970. v.1.
- CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971. 2 v.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMACÕES (BA). *Produto Interno Bruto – Bahia 1975/91: metodologia e séries retrospectivas*. Salvador: CEI, 1992. (Séries Especiais CEI). 84p.
- FERNANDES, F. *Mercado de trabalho na Bahia: um diagnóstico*. Força de Trabalho e Emprego. Salvador, n.3 maio/ago. 1986.
- GRAHAM, D. H. e FILHO, S. B. de Hollanda. *Migration, regional and urban growth and development. In: Brazil: a selective analysis of the historical records –1872-1970*. São Paulo: IPE/USP, 1971.
- OLIVEIRA, F., REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. São Paulo: CEBRAP, v. 4, n. 131, abr./jun. 1973.
- IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro: IBGE, Séries Históricas, 1982-1989.
- _____. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro: IBGE, Séries Históricas, 1990-1995.
- IPEA. *Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise*. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 2000. Anexo Estatístico.
- RITZ, A. *As exportações internacionais e intra-regionais no desenvolvimento econômico da Bahia*. Salvador: FCE/UFBA, 1950-69. Programa de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1972, 144p.
- SAMPAIO, F. Talma *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. Salvador, 1974. Tese (Curso para professor) – Departamento de Teoria Econômica / FCE / UFBA, 1974.
- SANTOS, M. Zonas de influência comercial no Estado da Bahia. In: Tricart, J. , Santos, M. (ed.) *Estudos de geografia da Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia: Crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas, 39).

SIMÕES, J. A evolução recente da economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 9, n. 4, p. 469-82, out./dez. 1978.

SOUZA, A. do V. *Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE/Centro Josué de Castro, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

Notas

1 Aguiar, (1958), 1977, p. 124.

2 As médias das taxas de crescimento foram de 4,0%, 4,8% e 4,3%, com um desvio-padrão de 0,36, 0,43, 0,12 respectivamente, nos períodos 1939-1968, 1975-89 e 1991-1999, ainda que os dados não sejam inteiramente comparáveis.

3 As taxas de desemprego aberto das regiões metropolitanas são mensalmente calculadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. Aqui estão reportados os seus valores médios entre os 12 meses de cada ano.

4 Implantada em janeiro de 1980 nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foi estendida às Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte em abril e, em junho do mesmo ano, iniciada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador. Os dados são uniformizados a partir de maio de 1982 até agosto de 1988, quando há mudanças na amostra, perdendo cerca de 20% da precisão nos resultados.

5 A proporção dos salários médios da indústria baiana passa de 59,8% da média nacional, em 1942, para 62,0% em 1948, depois de ter alcançado 67,2% em 1945 (Azevedo, 1975, p. 49).

6 Tomando-se 1939 como base, o número índice da produção de gêneros alimentícios em moeda corrente atinge 1832 na Bahia, 522 em Pernambuco e 681 no Brasil, enquanto os valores da indústria química eram de 187, 970 e 759 respectivamente, segundo os *Anuários Estatísticos* do IBGE de 1948 e 1955.

7 Média de 7,9 empregados por estabelecimentos industriais em 1950, quando essa proporção era de 13,1 em 1940.

8 Azevedo, 1975.

9 BID, 1970, p. 3.

10 A única exceção refere-se à elevada variação da produção de Mobiliário, que tem uma classificação ambígua nesta taxonomia de bens de consumo, intermediários e de capital. Deve-se ter em mente também que estas elevadas taxas de crescimento refletem movimentos a partir de valores iniciais muito baixos.

11 Baptista, (1978), 1979, p. 97.

12 Baptista, (1978), 1979, p. 101, 108.

13 Azevedo, 1975, p. 55.

14 Oliveira e Reichstul, 1973.

15 Castro, 1971, p. 145.

16 Dados comparativos dos Censos Industriais 1960 e 1950, apud Azevedo, 1975.

17 Ritz, 1972, p. 66, estimou essa diferença como equivalente a 20% das exportações do Estado e cerca de 3,5% da renda interna estadual.

18 Baptista, (1978), 1979, p. 100.

19 Ainda que se devam levar em conta as observações de Sampaio, 1974, p. 21, acerca da insensibilidade do Sistema de Contas Nacionais da época aos investimentos da Petrobras e Chesf, por serem empresas federais.

20 Principal responsável pelo desempenho relativamente melhor da economia nordestina na recessão 81-83. Azevedo, 1989, p. 254-255.

21 Almeida, 1981, apud Azevedo, 1989, p. 255.

22 Até abril de 1970 os projetos de modernização correspondiam a 20% do total dos investimentos aprovados. De maio de 1970 a 1979 essa proporção passa para 55%. Souza, 1988, apud Azevedo, 1989, p. 255.

23 De 1970 a 1979 a indústria química, principalmente a localizada na RMS, absorve cerca de 52% dos investimentos em projetos novos incentivados pela SUDENE. Azevedo, 1989, p. 255.

24 De 1974 a 1977 a proporção de FBKf em equipamentos e maquinaria no NE passa de 30,6% para 40,4% dos investimentos totais. Entre 1982 e 1983 essa proporção cai para 32,7% e 24,0%. SUDENE/DGP/PSE, 1987, apud Azevedo, 1989, p. 256.

25 Souza, 1988, apud Azevedo, 1989, p. 257.

26 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo que tem uma boa cobertura apenas dos segmentos mais formalizados do mercado, especialmente das grandes empresas e do setor público.

27 Braga e Lima, 1987, apud Azevedo, 1989, p. 251 calcularam os números-índices em valores reais, com base em 1980, dos investimentos estatais como 102,1, 71,7, 65,8 e 68,5 respectivamente nos anos sucessivos de 1981 a 1984.

28 Fernandes, 1986, p.23, que também mostra que de 1982 a 1986 a proporção de trabalhadores com carteira assinada flutuou em torno de 51% dos ocupados da RMS, com os dados da PME.

- 29 Incluindo, além dos ocupados da indústria, os ocupados dos setores de oficinas de reparação mecânica. Azevêdo, 1992.
- 30 Azevêdo, 1992, p. 11 utilizando uma subamostra dos dados da PED de 1987 a 1989.
- 31 Azevêdo, 1992, p. 10.
- 32 No conceito da PME, que corresponde aos conta-própria que receberam menos de um salário mínimo.
- 33 Fernandes, 1986, p. 25.
- 34 De acordo com os dados da PME, incluindo os formais e informais. Nos dados da RAIS, que se limitam ao vínculos formais da economia, correspondiam a 72% da ocupação total, de acordo com Fernandes, 1986, p. 31,32.
- 35 Pela PME, são aquelas pessoas sem qualquer tipo de ocupação de pelo menos 15 horas no período de referência da pesquisa.
- 36 Simões, 1978, p. 470.
- 37 Almeida, 1999, p. 8.
- 38 Ainda que a BR-116 tenha também estimulado, independentemente da Petrobras, outros centros sub-regionais como Vitória da Conquista e Feira de Santana. Nas décadas de 50 e 60 há uma grande expansão da rede de estradas na Bahia, passando de 20.758 quilômetros em 1950 – sem nenhum pavimentado – para 72.047 Km – com 2.696 quilômetros pavimentados – em 1970, integrando Salvador com outros centros sub-regionais e estes com o centro-sul. (Almeida, 1975).
- 39 Santos, 1958, p. 32.
- 41 Fernandes, 1986, p. 21.
- 42 A RMS concentrava 21,6% da população do Estado. IBGE apud Almeida, 1999, p. 12.
- 43 Mesmo que um megaprojeto de investimento possa vir a mudar essa tendência. Almeida, 1999, p. 14.
- 44 As taxas de crescimento das periferias das Regiões Metropolitanas foram de 5,11%, 3,65% e 2,59% respectivamente nos períodos 70-80, 80-91 e 91-96. Almeida, 1999, p. 8.
- 45 Almeida, 1999, p. 9.
- 46 A decomposição dessas taxas por faixas etárias reforça essas hipóteses. Lauro de Freitas, por exemplo, recebe migrantes de mais idade, provavelmente provenientes de Salvador. Azevêdo, 1999.
- 47 A proporção de pessoas com mais de 60 anos, em Salvador, passa de 4,8% e 5,5%, em 1980 e 1991, para 6,1% em 1996. Almeida, 1999, p. 16.
- 48 A proporção de pessoas entre 15 e 64 anos passa de 59,8% e 62,7%, em 1980 e 1991, para 67,1% em 1996. Almeida, 1999, p. 16.
- 49 Almeida, 1999, p. 16.
- 50 Entre os inativos encontram-se os aposentados, pensionistas, donas de casa, estudantes e todos aqueles que não estão ocupados nem estão procurando trabalho. Dessa forma, os desempregados diferem dos inativos pois estão pressionando o mercado de trabalho.
- 51 Relação entre a PEA e a PIA.
- 52 Decompondo-se essa taxa por sexo, verifica-se um aumento da participação das mulheres. Azevêdo, 1999.
- 53 Outros membros das famílias são as principais fontes de apoio para os desempregados.
- 54 Esse processo se dá com o retardamento da entrada na PEA, a diminuição do crescimento da PEA feminina, aposentadorias mais precoces, aumento do volume de trabalho esporádico e envolvimento em atividade ilícitas. Azevedo, 1996, p. 5.

* José Sérgio Gabrielli de Azevêdo é Professor titular da FCE/UFBa. E-mail: gabrieli@ufba.br

Agradeço os comentários do professor Andre Ghirardi (FCE/UFBa) e de Paulo Ferreira Silveira (bolsista Unitrabalho/UFBa).

Passado e Futuro dos Serviços: O Caso da RMS

*Paulo Henrique de Almeida**

Somente uma porcentagem minúscula da força de trabalho executa tarefas da era industrial, embora nossa política, nossa mídia, nossos recursos financeiros e nossa educação persistam na mirabolante fantasia de que é necessário criar empregos industriais.

Kevin Kelly,
Novas regras para uma nova economia, 1998

Este artigo tem quatro objetivos. Primeiro, questionar o preconceito com relação aos serviços que marcou a análise econômica brasileira nas últimas décadas. Segundo, defender a necessidade de uma nova abordagem da produção de serviços, capaz de lançar luz sobre as atuais relações entre a expansão deste setor e o desenvolvimento regional. Terceiro, identificar os principais vetores de expansão dos serviços na Região Metropolitana de Salvador. Quarto, propor uma reorientação da política econômica regional no sentido de estimular o crescimento de alguns dos segmentos mais promissores da economia da RMS.¹

O artigo enfrenta uma dificuldade básica, comum a todos os estudos de dinâmica econômica de longo prazo realizados atualmente no Brasil: a escassez de séries estatísticas contínuas e atualizadas. Como se sabe, os últimos censos econômicos do IBGE foram realizados em 1985. A estrutura da economia de uma Região Metropolitana brasileira em 2000 tem pouco a ver com o quadro descrito pelos levantamentos censitários de meados da década passada. Salvo as estimativas dos gran-

des agregados da contabilidade nacional (PIB, comércio exterior etc.), existem poucas informações que sustentem análises de economias regionais centradas na ótica do valor adicionado e do capital. O quadro ainda é mais difícil quando o objeto são os serviços, na medida em que a metodologia da contabilidade nacional ainda está baseada no paradigma de Fisher e Clark dos anos 1930-1940 – “primário, secundário e terciário”. Como sublinham Castells e muitos outros: “tal distinção tornou-se um obstáculo epistemológico ao entendimento de nossas sociedades”.²

No estudo da dinâmica econômica regional, alguns economistas têm procurado superar este problema da falta de dados com uma análise centrada nas mudanças que ocorreram na demografia e no mercado de trabalho. Particularmente, discute-se o que vem acontecendo com a distribuição da população ocupada entre os diversos setores e subsetores da economia. Este artigo segue esse caminho, optando por analisar a expansão dos serviços na RMS pela ótica da ocupação. Além disso, tenta estabelecer comparações entre o que ocorreu na RMS e o que se verificou em outras regiões metropolitanas do País, bem como nas economias líderes do planeta. A opção por esse tipo de abordagem se sustenta em pelo menos três argumentos:

a) existe disponibilidade de informações recentes sobre a força de trabalho da RMS, inclusive sobre sua distribuição intersetorial, na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, IBGE), na Pesquisa Mensal de Emprego (PME,

idem) e na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED, SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE/UFBA);

b) no final do século XX, no contexto de uma economia cada vez mais assentada em conhecimento e informação, é indiscutível a importância decisiva e crescente do chamado capital humano para o desenvolvimento regional; e

c) é também inquestionável que o principal problema econômico e o mais grave drama social da RMS é o desemprego, que atinge, no conceito mais abrangente da PED, um em cada quatro integrantes da população economicamente ativa regional; a análise de dinâmica econômica com eixo na ocupação permite mais facilmente que se apontem soluções alternativas para esse problema.

Ao optar por esse caminho, o autor está consciente da possibilidade de certas distorções nos resultados da análise. O óbice mais importante está na possibilidade de subestimação do crescimento (em termos de valor agregado) de setores ou segmentos que já são intensivos em capital ou que devem passar a sê-lo em razão da atual revolução tecnológica. É necessário notar, entretanto, que a economia da RMS, como de toda moderna metrópole, é largamente assentada na produção de serviços e que estes ainda são, em boa parte dos casos, produzidos com base em técnicas intensivas em trabalho. É preciso lembrar ainda que em alguns dos setores mais dinâmicos da economia regional – serviços de saúde e de educação, por exemplo – a expansão do valor adicionado se dá com o emprego *crescente* de força de trabalho, apesar (ou mesmo por causa) da introdução de novas tecnologias.

Serviços e desenvolvimento: visões tradicionais

Nos países desenvolvidos, desde o aparecimento do pós-industrialismo de Allan G. B. Fisher, Colin Clark, Jean Fourastié e Daniel Bell, a abordagem tradicional dos serviços tem associado o crescimento deste setor à expansão da renda *per capita*, vale dizer, ao crescimento econômico. Quanto mais desenvolvido um país, maior o peso dos serviços no produto e na criação de empregos. Nos países subdesenvolvidos, entretanto, a interpretação dominante da expansão dos serviços inverte essa lógica. Os teóricos do subdesenvolvimento,

sejam eles keynesianos, pós-keynesianos, cepalinos ou marxistas, têm argumentado que uma presença significativa dos serviços em países periféricos não pode ser correlacionada a um nível mais elevado de desenvolvimento econômico. Três tipos de ótica se desdobram a partir desse posicionamento.³

Há, em primeiro lugar, o ponto de vista mais tradicional que associa uma “hipertrofia do terciário” nos países subdesenvolvidos ao êxodo rural num contexto de industrialização intensiva em capital. Num certo sentido, o que está por trás desse tipo de abordagem, também conhecida como modelo Todaro, é a idéia de que nos países subdesenvolvidos o “terciário” precede a indústria. A tese, que veio a ser associada às noções de dualismo, marginalidade econômica e setor informal, é de que se pode distinguir duas fases de transferência intersectorial de força de trabalho na evolução das economias atrasadas. Num primeiro momento, os trabalhadores ocupados em atividades agrícolas abandonam as zonas rurais, em razão dos ganhos de produtividade na agricultura, da concentração da propriedade da terra e da atração exercida pelas cidades. Esta migração para as zonas urbanas é interpretada como um período transitório, durante o qual os migrantes só encontram trabalho no setor urbano “tradicional”, identificado como o setor da pequena construção civil, do microcomércio varejista e da prestação de serviços. Só num segundo momento é que os trabalhadores migrantes encontrariam ocupação no setor “moderno”, vale dizer, na indústria. O “terciário inchado” apareceria, assim, como uma “esponja” que absorveria a mão-de-obra desqualificada recém-chegada do campo.⁴

Existe, em segundo lugar, uma variante desta concepção de “terciário-refúgio”, que é mais compatível com a realidade do final do século, em que a variável êxodo rural tem perdido poder explicativo. O “terciário” teria a função de “esponja”, mas não para um excedente de mão-de-obra oriunda do campo e sim para a força de trabalho temporariamente demitida pela indústria. Ele seria uma espécie de reservatório de trabalho, que abasteceria o setor industrial moderno nos auges dos ciclos econômicos, garantindo a sobrevivência dos trabalhadores nos períodos de recessão. Esta concepção de origem keynesiana e pós-keynesiana caiu no gosto dos marxistas, porque permite enxergar nes-

te “terciário”, que funcionaria como um “colchão amortecedor anticíclico”, o papel do clássico “exército industrial de reserva”. Este tipo de enfoque foi pensado originalmente para os países desenvolvidos, mas acabou sendo transplantado para a realidade dos países subdesenvolvidos.⁵

Há, finalmente, a ótica do industrialismo mais radical que afirma, com todas as letras, que os serviços não são apenas secundários e subordinados, mas também *nocivos*. Seu crescimento descontrolado teria efeitos perniciosos até mesmo nos países desenvolvidos, pois implicaria queda das taxas de produtividade, progressão mais lenta do padrão de vida e desaceleração do crescimento. Os serviços, notadamente os financeiros, seriam atividades parasitárias, caracterizadas, na maior parte dos casos, por empregos mal remunerados (os *McJobs* em referência ao trabalho na rede de *fast-food* McDonald’s). Pior: seu crescimento, marcado pela proliferação de atividades de intermediação, seria responsável pela alta dos custos dos bens reais, prejudicando o desenvolvimento dos setores “produtivos”, isto é, da indústria. Um dos divulgadores mais importantes desta visão absolutamente delirante em relação aos serviços foi o grande economista pós-keynesiano Nicholas Kaldor, que proporia, em 1966, na Grã-Bretanha, um imposto sobre o emprego nos serviços, com o intuito de assegurar a prioridade ao desenvolvimento industrial.⁶

Kaldor, na verdade, retomou uma tradição iniciada pelos marxistas do século XX. Por razões de ordem histórica, os revolucionários russos de 1917 e os chineses de 1949 optaram por um caminho de desenvolvimento com eixo na indústria pesada. O planejamento centralizado sacrificou, por consequência, a produção de bens de consumo e, sobretudo, os serviços. Este modo de ver o progresso econômico como sinônimo de industrialização em seu sentido mais estrito se difundiu mundialmente em paralelo com a idéia de planejamento econômico. Através do keynesianismo e do marxismo, chegou aos países subdesenvolvidos a partir dos anos 1940 e 1950.

Este industrialismo radical ganharia novo alento nas décadas de 1970 e 1980, quando anos de recessão nos EUA e na Grã-Bretanha fizeram-se acompanhar do rápido crescimento econômico na Alemanha Ocidental e no Japão. Lamentava-se en-

tão a “desindustrialização thatcheriana” e o declínio da indústria americana; a Inglaterra seria, conforme uma anedota da época, o “único país em via de subdesenvolvimento do mundo”. Mas os anos 1990 mostraram exatamente o contrário. A reafirmação da hegemonia americana também se explicou pelo avanço dos serviços financeiros, das telecomunicações, da informática, do turismo etc., nos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha, o governo Blair fez opção explícita por uma estratégia de crescimento centrada nos serviços.

Crítica das visões tradicionais e necessidade de uma nova postura

São basicamente três as limitações impostas pela análise convencional dos serviços nos países subdesenvolvidos.

Primeiramente, as visões tradicionais, obcecadas pela necessidade de discutir a informalidade ou a exclusão social, não enxergam as especificidades dos serviços. Dito de modo mais claro, elas negligenciam diferentes aspectos da dinâmica dos serviços, entre os quais: (a) o papel do Estado como empregador essencial; (b) o papel fundamental dos “serviços sociais” (educação, saúde, comunitários); e (c) o papel mais que importante dos “serviços de consumo intermediário” (ditos de produção ou empresariais).⁷

Em segundo lugar, as visões convencionais se mantêm presas a uma concepção dual da economia, sugerindo a existência de um setor urbano “atrasado” (em geral identificado aos serviços) e um setor “moderno” (industrial). Ora, muitas atividades de serviços se destinam também ao consumo intermediário empresarial e têm pouco ou nada a ver com o “atraso” ou a informalidade (comunicações, bancos, transportes e outras). Além disso, existe muita indústria “tradicional” e informal nos países subdesenvolvidos.

Finalmente, as visões tradicionais tendem a analisar os segmentos mais dinâmicos dos serviços como casos de exceção. Daí uma concentração absoluta da análise na microprodução de serviços, caracterizada pela baixa produtividade e mercado local. No entanto, no final do século XX, o que se destaca numa metrópole subdesenvolvida típica não é mais a explosão do comércio ambulante e da pres-

tação de serviços pessoais (como nos anos 1960-1980). O que chama a atenção é a diversificação e a modernização dos serviços, em razão do desenvolvimento de novas necessidades sociais (e. g. entretenimento, segurança), uso de novas tecnologias de produção, inclusive organizacionais (telecomunicações, finanças, distribuição etc.), e exportação crescente de intangíveis (turismo, engenharia, consultoria etc.).

Abordagens mais recentes e mais positivas na análise do papel dos serviços tentam superar as limitações das visões tradicionais partindo de duas constatações: (a) as atividades de serviços contribuem cada vez mais para o crescimento econômico e, sobretudo, para a criação de empregos, o que não é reflexo de um ciclo, mas sim uma tendência estrutural e de longo prazo; (b) é cada vez maior a integração entre indústria e serviços e isso ocorre em dois sentidos; primeiro, a produção industrial exige crescentemente insumos intangíveis; segundo, o produto industrial é cada vez mais envolvido com “pacotes de serviços” (financiamento, assistência técnica etc.).

As tendências à maior participação dos serviços no produto e no emprego e à maior integração entre indústria e serviços devem se acelerar com o aumento da importância das atividades baseadas no conhecimento, das tecnologias da informação e do consumo de produtos “inteligentes”.

Nos países da OCDE e segundo a metodologia estatística convencional, os serviços já respondem por cerca de 60% da atividade econômica e 64% do emprego civil, chegando a mais de 70%, em ambos os casos, nas economias mais desenvolvidas. Enquanto isso, a participação da indústria se situa, em média, nos 20% do produto nacional. No Brasil, os serviços respondem por mais da metade do PIB e por mais de dois terços do emprego nas principais regiões metropolitanas. Este tipo de dado é questionável. Entre outros problemas, este tipo de estatística ignora o efeito de mudanças nos preços relativos sobre a participação dos setores no produto (a preços constantes, a participação da in-

dústria é mais estável), ou o significado do incremento da ocupação tipicamente de serviços no seio da própria indústria. Não é exatamente este tipo de dado que demanda uma nova postura em relação aos serviços, mas sim um fenômeno socialmente mais significativo: nas décadas de 1980 e 1990, nos países desenvolvidos, praticamente só houve criação líquida de emprego nos serviços, o que aponta para um acelerado aumento da participação destas atividades no emprego total.⁸

As tendências à maior participação dos serviços no produto e no emprego e à maior integração entre indústria e serviços devem se acelerar com o aumento da importância das atividades baseadas no conhecimento, das tecnologias da informação e do consumo de produtos “inteligentes”.

Por que a ocupação nos serviços cresce?

Existem várias explicações para o crescimento do peso socioeconômico dos serviços. Estas explicações são menos excludentes que complementares.

- Deslocamento da força de trabalho tornada supérflua na agricultura e na indústria em razão do progresso técnico e do consequente aumento da produtividade nestes setores.

- Mercantilização de parte da antiga produção doméstica destinada ao autoconsumo, sobretudo em razão da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, com expansão de creches, restauração *fast-food* etc.

- Mudança no perfil da demanda agregada em razão do aumento da renda *per capita*, com queda relativa do peso de bens “inferiores” (produtos agrícolas e industriais tradicionais) e aumento da importância de bens “superiores” (produtos de alta tecnologia e serviços).

- Complexidade crescente da vida econômica e social associada à necessidade de maior controle sobre riscos, sendo estes, por sua vez, ampliados pela globalização, aceleração do progresso técnico e desregulamentação de importantes mercados; estes fatores explicam, por exemplo, parte do crescimento dos serviços empresariais (consultoria, assessoria jurídica etc.) e financeiros (seguros, mercados de opções etc.).

- Reestruturação de empresas, com economia de custos e enfoque em competências essenciais, implicando terceirização de serviços anteriormente

internalizados. Isso se torna possível graças às novas tecnologias, que permitem a redução dos custos de transação, a melhoria da qualidade nos serviços produzidos por terceiros e a eliminação da restrição da proximidade entre prestadores de serviços e consumidores (pessoas físicas ou instituições).

- Uso crescente de insumos intangíveis tanto na produção e distribuição de bens industriais quanto na própria produção de serviços: P&D, desenho industrial, marketing, logística etc..

- Incremento do tempo livre e do tempo destinado ao lazer, o que permite a expansão da indústria de entretenimento e de atividades como o turismo.

- Envelhecimento relativo e absoluto da população, com forte aumento da demanda por serviços de saúde, assistência domiciliar, turismo e outros.

Serviços e desenvolvimento: nova ótica

As visões tradicionais reconhecem a necessidade de uma “infra-estrutura de serviços”, basicamente em transportes, armazenagem e comunicações. Este é o ponto de vista mais clássico: certos tipos de serviços são necessários à decolagem econômica, a industrialização exige uma base de serviços. Ir além desse tipo de ótica implica reconhecer que os serviços se destinam não só ao consumo final, mas também – e em proporções crescentes – à demanda intermediária empresarial e ao atendimento de necessidades sociais fundamentais. Mais que isso, significa verificar que os serviços não são apenas uma condição necessária ao desenvolvimento econômico, mas que podem se tornar a própria *força motriz* do desenvolvimento. Neste sentido, é possível listar pelo menos três papéis relevantes para os serviços: (a) suporte para as atividades empresariais; (b) atratores de investimentos e (c) motores ou locomotivas da dinâmica econômica regional.

Como suporte para a atividade econômica, o lugar fundamental cabe aos serviços empresariais: produção de *software*, implantação e manutenção de sistemas, pesquisa e desenvolvimento, arquitetura e engenharia, processamento de dados, assis-

tência técnica, manutenção preventiva, marketing, formação e treinamento de mão-de-obra, contabilidade, consultoria em gestão e várias outras atividades. Os serviços empresariais constituem o segmento de serviços que mais cresce na economia mundial. Isso ocorre por algumas razões: (a) terceirização de atividades por parte de firmas já existentes; (b) multiplicação de pequenas empresas e pequenas unidades de produção, que por razões de escala são obrigadas a utilizar serviços externos para complementar seus recursos; (c) necessidade de maior flexibilidade nos processos de produção, tendo em vista a crescente variabilidade da demanda e a aceleração do progresso técnico; (d) importância crescente da produção baseada no conhecimento, que depende do suprimento de serviços especializados.⁹

O fornecimento de serviços empresariais de qualidade tem sido considerado o fator-chave para a melhoria da performance do conjunto da economia; eles são indispensáveis para a moderna indústria, para os outros serviços e também para o *agribusiness*. Em países subdesenvolvidos ou em regiões atrasadas, onde são limitadas as relações intersetoriais, há baixo nível de externalização de serviços e falta suporte às empresas especializadas na produção de serviços intermediários, é o próprio crescimento econômico que tende a ser afetado.

De fato, a existência em uma região de uma rede desenvolvida de serviços empresariais de qualidade reforça a capacidade de atração de novos investimentos e, ao mesmo tempo, reduz os atrativos do deslocamento, do abandono do território, por parte das empresas e organizações já instaladas. Nas palavras dos economistas Pascal Ughetto e Christian du Tertre:

(...) os serviços constituem parte da contribuição do território para a construção das performances das firmas que neles estão localizadas. A tomada de consciência destes fenômenos conduz a um deslocamento das análises, que tinham por hábito considerar os serviços como ‘seguidores’ em relação à atividade industrial e que, por isso, tendiam a justificar as orientações de política regional principalmente dirigidas para o setor industrial (...). O reconhecimento do efeito do

**Os serviços
não são apenas uma
condição necessária
ao desenvolvimento
econômico, mas podem
se tornar a própria
força motriz
do desenvolvimento.**

meio ambiente favorável, e mesmo atrator, exercido pelos serviços empresariais de alto nível conduz assim a fazer do desenvolvimento dos serviços um objetivo para as políticas regionais.¹⁰

Finalmente, é preciso levantar a questão decisiva: os serviços só sustentam outras atividades ou são também criadores de valor? Nas visões tradicionais, os serviços só agregam valor quando desempenham o papel de insumos para a produção industrial, quando são serviços ditos “produtivos”. Numa ótica alternativa, mais atual e holística, é preciso reconhecer que a dependência entre serviços e indústria é mútua e de mão dupla, que freqüentemente é a indústria que fornece os insumos para os serviços, que os serviços podem transformar matéria-prima de diversas origens em produtos finais (inclusive exportáveis) e desempenhar, assim, o papel de “locomotiva” que põe em movimento uma economia regional. O turismo associado ao entretenimento é o exemplo evidente. Mas muitas economias exportam ainda serviços de saúde e educação, serviços de engenharia e assistência técnica, serviços financeiros e seguros, transporte de passageiros e de carga, telecomunicações e informação, assistência jurídica, pesquisa e desenvolvimento, marketing, propaganda, publicidade etc, a lista é longa.

Serviços são exportáveis

O papel dos serviços no comércio exterior sempre foi reconhecido na medida em que eles constituem o suporte indispensável para a importação e exportação de bens. Na ausência de transporte, armazenagem, financiamento e outros insumos, não há comércio exterior. Melhor dito: o desenvolvimento dessa base de apoio é uma condição prévia para a expansão do comércio externo. Mas a questão hoje é admitir que, além disso, os serviços são também *objeto* de comércio.

A parte dos serviços no comércio mundial tem flutuado entre 20 % e 25% das trocas globais des-

de os anos 1980. Mais recentemente, as trocas de serviços de caráter comercial têm crescido mais rapidamente que o comércio de mercadorias. Essa tendência deve se manter em razão dos avanços da telemática. Ao mesmo tempo, tem crescido também a participação dos serviços no investimento direto estrangeiro. O fato é bem conhecido no Brasil, uma vez que têm se multiplicado no País, em parte por causa das privatizações, os investimentos de multinacionais em áreas como serviços financeiros, telecomunicações e comércio varejista (supermercados).¹¹

Eis por que o comércio internacional de serviços e o investimento estrangeiro em serviços se tornaram a questão maior no antigo GATT (hoje Organização Mundial do Comércio) desde 1986, por ocasião das negociações do *Uruguay Round*.

Até o momento, os maiores participantes e beneficiários do comércio e do investimento externo em serviços são os países desenvolvidos e mais particularmente as *global cities*, que são antes de mais nada poderosos centros financeiros (Nova Iorque, Londres, Tóquio, São Paulo e outras), as *gateway cities* (cidades corredores ou portais de

entrada: São Francisco, Los Angeles, Rio de Janeiro etc.) e as cidades especializadas na exportação de serviços específicos como turismo e entretenimento (Orlando, Las Vegas) ou saúde (Houston, Cleveland), para ficar com exemplos norte-americanos. Salvador, que já vende turismo, entretenimento, engenharia, educação e outros produtos, será um centro ainda mais importante de exportação de serviços?

Com freqüência, o ceticismo com relação às exportações de serviços está associado à dificuldade em compreender como funciona o comércio externo de serviços. Os serviços são exportados, para o exterior, mas também para outros estados, regiões ou cidades, basicamente de cinco maneiras:¹²

- Caso 1: *transações que não envolvem deslocamento do prestador ou do usuário*

Antes do desenvolvimento das telecomunicações, das tecnologias da informação e particularmente da Internet, esse tipo de transação ocorria numa

Numa ótica alternativa, mais atual e holística, é preciso reconhecer que dependência entre serviços e indústria é mútua e de mão dupla, que freqüentemente é a indústria que fornece os insumos para os serviços, que os serviços podem transformar matéria-prima de diversas origens em produtos finais e desempenhar, assim, o papel de “locomotiva” que põe em movimento uma economia regional.

escala modesta. O quadro mudou radicalmente nos últimos anos, na medida em que as novas tecnologias permitem a expansão das trocas internacionais de serviços financeiros, consultoria, educação à distância, telemedicina e muitos outros produtos.

- *Caso 2: transações em que o prestador se desloca temporariamente até o usuário*

É o caso da exportação de serviços de consultoria e auditoria, engenharia, mas também de saúde e educação, quando ocorre o deslocamento do provedor.

- *Caso 3: transações em que o usuário se desloca até a fonte do serviço*

O exemplo clássico deste caso é o turismo recreativo, de eventos (congressos, convenções) ou de negócios. Mas é também possível, por exemplo, em saúde e educação, quando o consumidor é que se desloca.

- *Caso 4: transações em que o provedor se desloca com o usuário*

É o caso clássico do transporte de passageiros: aéreo, marítimo ou rodoviário.

- *Caso 5: transações em que o provedor se desloca permanentemente até o usuário*

É o caso do investimento estrangeiro direto em serviços. Neste caso a empresa abre uma subsidiá-

ria ou filial que presta serviços na região ou país “importador”, remetendo a remuneração pelos serviços (inclusive *royalties*, lucros etc.) para a região ou país de origem.

A evolução da estrutura da economia da RMS

Na população ocupada da Região Metropolitana de Salvador, a proporção empregada pela indústria cai de 11,7% em janeiro de 1991, para 9,5% em janeiro de 2000, segundo a PME. Nos anos 1990, trata-se de um processo comum a todas as mais importantes regiões metropolitanas do País, o que a Tabela 1 mostra com clareza. Suas causas são conhecidas: reestruturação produtiva (desemprego tecnológico) e abertura para importações (redução da fração de mercado dos produtos nacionais), dois processos que se iniciam com o governo Collor e se intensificam ao longo da década de 1990. A queda do emprego industrial foi até menor em Salvador que nas regiões metropolitanas mais industrializadas. A tendência geral à “desindustrialização” do emprego é mais claramente visível nos casos das RMS de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Na RMS, o declínio do emprego industrial é comprovado também pela PED, no período entre 1987-88 a 1996-99. A primeira amostra registra uma proporção de 12,2% de ocupados na indústria de transformação. Esta proporção cai para 8,2% na amostra de 1996-99 (Tabela 2).

O que ainda chama a atenção na análise do emprego industrial na RMS é a *pequena proporção da força de trabalho ocupada no setor*: 9,5% em janeiro de 2000, segundo a PME, ou seja, cerca de metade das proporções re-

Tabela 1
Distribuição Setorial da Ocupação em Regiões Metropolitanas Seleccionadas 1991 e 2000 (%)

RMs/Setores	Indústria	C. Civil	Comércio	Serviços	Outras
Belo Horizonte					
jan/91	18,2	10,1	14,6	50,1	7,1
jan/00	15,0	9,3	15,0	54,1	6,7
Porto Alegre					
jan/91	23,7	5,9	15,2	45,3	9,9
jan/00	20,7	6,5	14,3	49,6	8,9
Recife					
jan/91	13,1	7,4	17,8	49,6	12,0
jan/00	10,5	6,7	18,3	53,7	10,8
Rio de Janeiro					
jan/91	16,2	7,5	14,6	52,7	9,0
jan/00	11,9	6,7	14,2	57,5	9,7
Salvador					
jan/91	11,7	8,9	14,9	53,6	10,8
jan/00	9,5	7,7	15,8	55,9	11,1
São Paulo					
jan/91	31,0	6,8	13,9	44,2	4,2
jan/00	20,4	6,1	14,5	54,3	4,6

Fonte: IBGE, PME

gistradas para as RMS de Porto Alegre ou São Paulo. Uma proporção também menor que aquelas verificadas para Belo Horizonte, Rio de Janeiro e mesmo Recife (Tabela 1).

Um outro setor de importância decrescente na geração de empregos na RMS é a construção civil. A PED revelou uma queda de 7,5% para 5,4% entre os ocupados, no intervalo de 1987-88 a 1996-99 (Tabela 4). A PME também registra declínio da proporção de ocupados na construção civil da RMS, na comparação entre janeiro de 1991 e janeiro de 2000 (Tabela 1).

A construção civil nacional e seu complexo – o *construbusiness* – vêm conhecendo crescimento lento ou estagnação há alguns anos. Houve redução importante das obras públicas, em função da crise fiscal. A construção civil pesada tem se sustentado com as obras de *shopping centers*, implantação de novas indústrias e com trabalhos decorrentes das concessões nas áreas de telefonia e rodovias. É o que também ocorre na Bahia, onde o segmento contou nos últimos anos com poucos investimentos públicos, derivados basicamente dos programas Bahia Azul e Integração dos Corredores Rodoviários. A construção civil residencial, ao mesmo tempo, enfrentou a retração do mercado, em razão de taxas de juros elevadas que inviabilizam o financiamento de habitações. Este segmento resiste na RMS sobretudo com obras de condomínio e de autofinanciamento. O resultado final é a redução ou estagnação do emprego na construção civil em todas as principais regiões metropolitanas do País, com exceção de Porto Alegre (Tabela 1).

A produção de materiais de construção vem sendo absorvida pelo chamado *consumo-formiga*, realizado por indivíduos que fazem a autoconstrução ou a reforma de imóveis próprios, bem como por microempresários que operam na informalidade. O segmento informal do *construbusiness* tem respondido por cerca de 70% das vendas de materiais, segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (Anamaco).¹³ O quadro na capital da Bahia, não é diferente. O estudo **Perfil Sócio-Econômico do Trabalhador Informal de Salvador** (FCE/UFBA-SEPLAM/PMS,

1999) revelou um forte incremento do trabalho informal na construção civil.¹⁴

Na década de 1990, de acordo com a PME, a proporção de ocupados no comércio pouco se alterou na RMS e nas outras principais regiões metropolitanas do País. Nas seis RMS examinadas pela Tabela 1, há um ligeiro incremento em quatro (Belo Horizonte, Salvador, Recife e São Paulo), estabilidade em uma (Rio de Janeiro) e queda em uma (Porto Alegre). A PED, por sua vez, revela uma queda na participação de ocupados pelas atividades comerciais na RMS (Tabela 2).

É possível que a expansão do número de ocupados no comércio com a migração para a informalidade e o aparecimento de novos microempresários, ambulantes e “sacoleiras”, venha sendo acompanhada por uma redução do emprego no comércio formal. Este,

como se sabe, conhece intensa renovação tecnológica. O resultado final é que, no longo prazo, a proporção de ocupados no comércio flutua apenas ligeiramente ou cai um pouco.

Na década de 1990, do ponto de vista do emprego, as atividades em expansão em todas as economias metropolitanas mais importantes estão nos serviços em sentido mais estrito. É o que revela a PME (Tabela 1) e também a PED, para o caso da RMS (Tabela 2). Segundo esta última pesquisa, na RMS, entre 1987-88 e 1996-99, cresceram tanto a ocupação na prestação de serviços em geral quanto a ocupação na prestação de serviços domésticos.

Na década de 1990, do ponto de vista do emprego, as atividades em expansão em todas as economias metropolitanas mais importantes estão nos serviços em sentido mais estrito.

Tabela 2
Ocupação por setor dos residentes na RMS 1987/88 - 1996/99

Setores de Atividade	1987-88	1996-99	Var. %
Agropecuária e extração vegetal	2,3	1,4	-38,4
Indústria de transformação	12,2	8,2	-32,8
Construção civil	7,5	5,4	-27,8
Comércio de mercadorias	18,7	17,0	-8,8
Serviços	48,8	57,0	16,8
Serviços domésticos	9,3	10,5	12,9
Outras Atividades	1,2	0,4	-65,6

Fonte: PED, nossos cálculos

A estrutura da economia da RMS, desenhada a partir da ocupação nos macrossetores, pode ser descrita da forma que se segue.

O segmento da economia mais importante da economia regional é sem dúvida a prestação de serviços, com 55,9% das ocupações na RMS em janeiro de 2000, segundo a PME, 57,0% de acordo com a amostra PED de 1996-99 (exclusive serviços domésticos), e 60,36%, segundo a PNAD 98 (Tabela 3).

A atividade comercial é a segunda em importância, com 16% a 17% de participação.

Somados, comércio, serviços e serviços domésticos – o “terciário” – significam de 75% a 85% da ocupação total na RMS.

Indústria e construção civil vêm, respectivamente, em terceiro e quarto lugar entre os macrossetores de atividades. Em conjunto, representam de um mínimo de 13,6% (amostra PED 1996-99) a um máximo de 18,7% (PNAD, 98, incluindo “outras atividades industriais”).

Especializações e lacunas da matriz econômica da RMS

A Tabela 3 mostra que o “grau de especialização” da RMS na indústria é de apenas 0,56, indicando que, em comparação com as outras regiões

metropolitanas, a atividade industrial ocupa em Salvador e no seu entorno uma proporção bem menor da força de trabalho. Por que a indústria emprega tão pouco na RMS e em Salvador? Existem pelo menos duas razões para este fato. Em primeiro lugar, a indústria instalada na RMS – cujo segmento mais importante está na química de processo contínuo automatizado – emprega pouca mão-de-obra. Em segundo, o que é mais importante: Salvador e a RMS têm pouca indústria.¹⁵

Note-se que, segundo a PNAD 98, a proporção de ocupados na indústria de transformação na RMS (8,74%) é inferior à da região metropolitana de Fortaleza (14,33%) e, ainda, bem menor que as porcentagens verificadas em metrópoles regionais de reconhecido dinamismo como Belo Horizonte (14,88%), Curitiba (16,22%) e Porto Alegre (18,49%). (Tabela 3)

A atividade industrial é uma grande lacuna aberta na matriz econômica da RMS. Isso indica que são consideráveis as possibilidades de expansão da indústria local, inclusive com base na substituição de importações regionais. No entanto, como se mostrará adiante, é pouco provável que os empregos industriais possam sair de subsectores como indústria química ou metal-mecânica. Segmentos como indústria de confecções ou movelaria é que guardam ainda alguma capacidade de geração sig-

Tabela 3
Distribuição dos ocupados segundo ramo de atividade em Regiões Metropolitanas selecionadas 1998 (%)

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Belo Horizonte	São Paulo	R. de Janeiro	Curitiba	Porto Alegre	Salvador	Recife	Fortaleza	Belém	Total das RMS	Quociente de Especialização de Salvador
Agrícola	3,04	1,33	0,78	3,64	4,04	1,90	3,27	3,90	1,67	2,00	0,95
Indústria de Transformação	14,88	20,65	10,29	16,22	18,49	8,74	8,99	14,33	7,86	15,53	0,56
Indústria de Construção	10,26	6,56	7,17	10,25	7,35	8,49	6,95	9,33	6,73	7,58	1,12
Outras atividades industriais	1,20	0,97	1,49	1,21	0,84	1,44	1,68	0,91	1,13	1,17	1,23
Comércio de mercadorias	14,29	16,73	16,05	16,22	15,21	16,55	18,42	18,17	22,40	16,50	1,00
Serviços auxiliares	6,44	7,10	6,65	6,61	7,31	7,26	5,97	4,03	5,21	6,67	1,09
Transporte e comunicação	6,04	6,08	6,13	5,47	4,98	5,23	5,31	4,22	5,29	5,76	0,91
Serviços sociais	11,37	11,29	13,31	10,46	11,22	13,14	12,40	11,21	11,28	11,84	1,11
Administração pública	3,82	3,37	5,97	4,62	4,85	6,42	6,10	4,47	8,63	4,65	1,38
Outras e não declaradas	2,42	3,59	4,09	3,13	3,62	2,52	3,89	2,01	2,37	3,42	0,74
Total Serviços (exclusive Comércio)	53,91	50,18	60,13	49,33	50,47	60,36	56,80	51,35	57,84	53,81	

Fonte: PED, nossos cálculos

nificativa de postos de trabalho na indústria de transformação.

Na comparação com as outras regiões metropolitanas, a RMS aparece com proporções de ocupação superiores à média das regiões metropolitanas brasileiras em seis setores: administração pública, outras atividades industriais, prestação de serviços, construção civil, serviços sociais e serviços auxiliares. A prestação de serviços incorpora, na PNAD, alojamento e alimentação, reparação e conservação, serviços pessoais, serviços domiciliares e diversões, radiodifusão e televisão. Os serviços auxiliares de atividades econômicas englobam também os de natureza técnico-profissional. Os serviços sociais agregam basicamente as atividades de saúde e educação. A administração pública abarca os serviços de defesa nacional e segurança pública. Finalmente, as outras atividades industriais correspondem à extração mineral e aos chamados serviços industriais de utilidade pública.

O peso da administração pública (6,42% dos ocupados) deve-se ao chamado “efeito-capital” num quadro estadual de inexistência de rede importante de cidades de porte médio. Salvador concentra instituições federais, cerca de 50% da folha do funcionalismo estadual e uma grande prefeitura. Mas o

fato da RMS só perder para Belém no que diz respeito ao peso das ocupações na administração pública é também reflexo da pouca geração de postos de trabalho no setor privado em comparação com RMS mais dinâmicas.

As chamadas “outras atividades industriais” têm peso pequeno na economia, do ponto de vista do emprego (apenas 1,44% das ocupações segundo a PNAD 98). Além disso, a ocupação neste segmento tem decrescido aceleradamente em termos absolutos (ver Tabela 4).

Devem ser destacados, assim, quatro dos seis setores relevantes: a construção, com cerca de 8,49% dos ocupados, a prestação de serviços (28,31%), os serviços auxiliares (7,26%) e o serviços sociais (13,14%). (Tabela 3)

Se são estes os setores que concentram a ocupação na RMS,

é necessário verificar também em que atividades a ocupação mais cresceu em termos absolutos. De acordo com a PNAD, entre 1993 e 1998 foi exatamente nos mesmos quatro. Pela ordem: prestação de serviços (mais 91,2%), serviços auxiliares (33,0%), serviços sociais (17,3%) e indústria da construção (14,4%). Em todos esses setores, a ocupação cresceu a uma taxa superior à registrada para o conjunto da economia da RMS – 10,22%, conforme mostra a Tabela 4.

O peso da administração pública (6,42% dos ocupados) deve-se ao chamado “efeito-capital” num quadro estadual de inexistência de rede importante de cidades de porte médio.

Tabela 4

Taxas de crescimento do pessoal ocupado segundo o ramo de atividade em Regiões Metropolitanas selecionadas – 1993 - 1998 (%)

Ramos de Atividade do Trabalho Principal	Belo Horizonte	São Paulo	R. de Janeiro	Curitiba	Porto Alegre	Recife	Fortaleza	Belém	Salvador	Bahia	Brasil
Total	10,80	7,13	1,71	19,3	2,80	6,48	12,58	5,34	10,22	4,3	4,9
Agrícola	-19,6	13,6	-50,4	-67,3	-63,2	-34,8	23,1	-17,2	0,9	-8,5	-11,7
Indústria de Transformação	1,6	-14,0	-33,0	21,0	-25,5	-13,5	-3,9	3,2	9,7	9,3	-3,8
Indústria de Construção	12,1	3,9	-4,5	29,1	11,6	10,1	14,7	17,3	14,4	30,6	13,9
Outras atividades industriais	-52,6	-5,6	-6,3	-21,6	-35,2	19,4	-12,2	-25,1	-29,9	-21,5	-9,9
Comércio de mercadorias	7,1	8,2	7,8	23,0	11,7	-0,6	4,1	13,9	0,3	9,2	10,0
Prestação de serviços	16,3	12,8	8,2	26,8	16,1	5,3	15,7	5,1	91,2	12,2	11,6
Serviços auxiliares	36,3	28,8	17,2	33,5	24,0	32,9	50,9	31,6	33,0	30,6	28,7
Transporte e comunicação	19,9	20,8	2,0	23,7	18,3	20,9	16,7	5,1	9,9	18,8	18,0
Serviços sociais	21,5	19,7	7,8	25,6	11,5	17,8	29,0	-8,8	17,3	16,3	17,1
Administração pública	-10,9	7,6	2,4	11,0	11,9	11,7	-1,1	-5,3	6,9	-1,3	5,2
Outras e não declaradas	-12,8	-10,2	-2,6	-23,9	-10,1	12,4	-0,6	-20,6	-31,6	10,7	-6,1

Fonte: IBGE, PNADs 1993 e 1998

Os segmentos de maior dinamismo

Na seção anterior, a análise da estrutura econômica da RMS destaca cinco macrossetores de atividades. Em primeiro lugar e negativamente, a *indústria*, sobretudo pelo seu pequeno peso no emprego total, na comparação com as outras RMS. Em segundo lugar, a *construção civil*, por duas razões: importância ainda considerável na ocupação, apesar da queda no longo prazo, e expansão recente do número de ocupados. Em terceiro, os *serviços auxiliares* (técnicos e profissionais), que têm conhecido uma taxa de expansão do número de ocupados mais que relevante. Em quarto, a *prestação de serviços*, tanto pelo peso na ocupação total quanto pela continuidade acelerada do crescimento do número de ocupados neste setor. Em quinto, finalmente, os *serviços sociais*, porque além da ocupação crescer no ensino e nos serviços de saúde, a expansão extraordinária dos gastos da população com estes itens parece indicar o desenvolvimento de dois mercados promissores.¹⁶

A seção seguinte procura aprofundar a análise, identificando na indústria e nos serviços os subsectores de maior dinamismo. Utiliza para isso os dados da PED.

Os segmentos que crescem

Como revela a Tabela 5, entre 1987-88 e 1996-99, praticamente nenhum segmento da indústria de transformação apresentou crescimento de participação na ocupação global dos habitantes da RMS. As exceções parciais foram o *artesanato* (com crescimento), a indústria de *alimentos* (com estabilidade) e a indústria de *mobiliário e produtos de madeira* (que quase conseguiu manter seu nível de participação).

A Tabela 5, entretanto, deve ser analisada com maior atenção. Como a tendência geral é de expansão maior do trabalho nos serviços, é natural que as taxas de participação dos subsectores industriais diminuam. A tabela identifica apenas mudanças relativas, o que implica dizer que em outros setores da indústria, além do artesanato, a ocupação absoluta também aumentou nos últimos anos.

A Tabela 6 mostra a evolução da ocupação exclusivamente na indústria. É importante observar

Tabela 5
Ocupação por setor dos residentes na RMS
1987/88 - 1996/99

Setores e Subsetores	1987/1988	1996/1999	Var. %
Agropecuária e extração vegetal	2,3	1,4	-38,4
Indústria de transformação	12,2	8,2	-32,8
Metalúrgica, mecânica, elétrica, transporte	2,3	1,3	-43,7
Têxtil, vestuário e calçados	1,1	0,8	-22,9
Alimentos	1,4	1,4	4,3
Mobiliário e outros produtos de madeira	0,6	0,6	-3,5
Complexo química e petroquímica*	3,8	2,3	-41,2
Gráfica	0,6	0,5	-9,0
Materiais de construção	0,7	0,3	-52,4
Artesanato	0,3	0,5	53,2
Outras indústrias de transformação	1,5	0,6	-63,3
Construção civil	7,5	5,4	-27,8
Comércio de mercadorias	18,7	17,0	-8,8
Serviços	58,1	67,5	16,2
Adm. pública, polícia e Forças Armadas	7,7	7,3	-6,0
Serviços de utilidade pública	1,8	1,2	-33,3
Transporte e armazenagem	4,1	4,3	5,4
Serviços creditícios e financeiros	2,3	1,8	-24,5
Administração e comércio de imóveis	0,3	1,4	416,8
Serviços especializados	1,7	3,5	113,0
Serviços Auxiliares	2,0	4,0	99,2
Serviços de limpeza, vigilância e oficinas	1,8	5,2	191,6
Oficinas de reparação mecânica	1,9	2,2	11,6
Serviços de comunicação e diversão**	1,0	2,2	122,8
Serviços de alimentação	5,4	6,2	14,0
Hotéis, pensões e alojamentos	ND	0,5	
Educação	5,7	7,4	28,4
Saúde	3,5	4,4	27,1
Serviços comunitários	0,9	1,2	32,9
Serviços pessoais	5,9	1,6	-73,1
Serviços domésticos	9,3	10,5	12,9
Outros serviços	2,7	2,6	-5,7
Outras Atividades	1,2	0,4	-65,6
Total geral	100,0	100,0	

* Inclui plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha

** Inclui rádio e televisão

Fonte: PED, nossos cálculos

como o peso relativo de segmentos tradicionais liderados por grandes empresas diminui (metal-mecânica, química e materiais de construção), enquanto aumenta a importância de segmentos majoritariamente constituídos por pequenas e microempresas. Entre 1987-88 e 1996-99, os seg-

Tabela 6
Ocupação por subsetor dos residentes
na RMS ocupados na indústria

Setores e Subsetores	1987/ 1988	1996/ 1999	Var. %
Metalúrgica, mecânica, elétrica, transporte	18,6	15,6	-16,3
Têxtil, vestuário e calçados	8,8	10,1	12,8
Alimentos	11,1	17,2	35,6
Mobiliário e outros produtos de madeira	4,8	6,9	30,4
Complexo química e petroquímica*	31,4	27,5	-14,4
Gráfica	4,6	6,2	26,2
Materiais de construção	5,6	4,0	-41,2
Artesanato	2,5	5,7	56,1
Outras indústrias de transformação	12,6	6,9	-83,4
Indústria de transformação	100,0	100,0	

* Inclui plásticos, farmacêutica e artefatos de borracha
 Fonte: PED, nossos cálculos

mentos industriais que parecem ter um desempenho mais positivo do ponto de vista da oferta de trabalho são: (a) *têxtil, vestuário e calçados* (vale dizer, principalmente confecções); (b) *alimentos*; (c) *mobiliário e outros produtos de madeira*; e (d) *gráficas*. É de se notar ainda, a excelente performance do *artesanato*.

A Tabela 7 detalha a evolução da ocupação nos subsectores de serviços.

Assinale-se, primeiramente, que diminui a importância do emprego na administração estatal (ainda que ele tenha aumentado, como se sabe, com base nos dados da PED, no segmento de segurança pública). Isso se deve provavelmente à redução das contratações pelo Estado desde o final dos anos 1980, com o início de um período marcado pela crise fiscal e pela necessidade de restrição do gasto com funcionários nos termos da Lei Camata.

Os governos estadual e local têm, em contrapartida, utilizado maior proporção de trabalho terceirizado. Esse movimento reduz a proporção de ocupados na administração pública enquanto aumenta o peso de vários segmentos de serviços.

O segundo fato relevante é a queda da participação relativa em segmentos que conheceram privatizações e passaram por intensa reestruturação organizacional e renovação tecnológica: serviços de utilidade pública, transporte e armazenagem, serviços creditícios e financeiros e oficinas de reparação mecânica.¹⁷

Tabela 7
Ocupação por subsetor dos residentes
na RMS ocupados nos serviços
1987/88 - 1996/99

Setores e Subsetores	1987/ 1988	1996/ 1999	Var. %
Adm. pública, polícia e Forças Armadas	13,3	10,7	-19,1
Serviços de utilidade pública	3,2	1,8	-42,6
Transporte e armazenagem	7,1	6,4	-9,3
Serviços creditícios e financeiros	4,0	2,6	-35,0
Administração e comércio de imóveis	0,5	2,1	344,8
Serviços especializados	2,8	5,2	83,3
Serviços Auxiliares	3,5	6,0	71,4
Serviços de limpeza, vigilância e oficinas	3,1	7,7	151,0
Oficinas de reparação mecânica	3,3	3,2	-3,9
Serviços de comunicação e diversão**	1,7	3,3	91,8
Serviços de alimentação	9,3	9,2	-1,9
Hotéis, pensões e alojamentos	ND	0,8	
Educação	9,9	10,9	10,5
Saúde	6,0	6,5	9,4
Serviços comunitários	1,6	1,8	14,4
Serviços pessoais	10,1	2,3	-76,8
Serviços domésticos	16,0	15,6	-2,8
Outros serviços	4,7	3,8	-18,9
Serviços	100,0	100,0	

* Inclui rádio e teledifusão
 Fonte: PED, nossos cálculos

É surpreendente, em terceiro lugar, a diminuição da presença dos serviços pessoais em sentido estrito, nos termos em que estes são definidos pela PED. A maioria das ocupações registradas neste segmento estão relacionadas aos serviços de higiene pessoal: barbeiros, cabeleireiras, manicures etc. O porquê destas ocupações estarem perdendo relevância na RMS é uma questão que já pode ser explicada à luz de estudos realizados recentemente no Brasil, com base na PNAD. Pode ser descartada a hipótese de erro metodológico da PED. Duas explicações devem ser adiantadas: (a) acelerado progresso técnico e organizacional, com a concentração deste tipo de serviços em estabelecimentos modernos, que operam com maior produtividade e se estruturam em redes de franquias, em shopping centers; (b) incremento do auto-serviço na higiene pessoal, devido ao encarecimento relativo deste tipo de serviço durante o *boom* do Real e às mudanças de hábitos de consumo (aumento do número de mulheres que “fazem” as próprias

unhas etc.). São processos que já ocorreram em países desenvolvidos, provocando rápido desemprego nos segmentos da “indústria da higiene e da beleza”, e que agora se desenvolvem no Brasil.¹⁸

São oito, enfim, os ramos de serviços que conheceram forte (ou pelo menos significativo) incremento da participação relativa na ocupação “terciária” da RMS:

- *administração e comércio de imóveis*: uma análise mais fina da PED revela que se trata neste caso sobretudo do incremento de ocupações típicas de condomínio, resultante da necessidade de maior segurança em habitações coletivas (porteiros, vigias, zeladores etc.);

- *serviços especializados*: vale a pena destacar a expansão deste ramo (de 2,8 para 5,2% das ocupações em serviços no intervalo considerado), parte fruto da terceirização crescente, parte resultado da maior demanda por novos serviços técnicos (informática, contabilidade, consultoria etc.);

- *serviços auxiliares*: trata-se de uma constelação de ocupações relacionadas ao trabalho em escritórios de serviços e em firmas comerciais: administradores e gerentes, auxiliares de gerência, apontadores, representantes comerciais etc.; a expansão destas atividades se soma ao crescimento da importância dos serviços especializados, sinalizando para o papel cada vez mais importante dos serviços empresariais, de consumo intermediário, na formação do PIB da RMS;

- *serviços de limpeza, vigilância e oficinas* (exclusive reparação mecânica): a expansão deste segmento está fortemente vinculada à terceirização crescente destas atividades;

- *serviços de comunicação e diversão*: outro segmento a destacar devido às imensas possibilidades abertas nos mercados relacionados à telecomunicação e/ou entretenimento; seu peso já é importante na ocupação total da RMS (2,2%) e tende a aumentar aceleradamente;

- *educação*: segmento que responde por quase 11% da ocupação nos serviços da RMS (7,4% da

ocupação total), com taxa modesta de crescimento nos anos 1990, mas importância cada vez maior, haja vista as necessidades de formação impostas por uma economia cada vez mais baseada no conhecimento e na informação;

- *saúde*: ramo com crescimento em aceleração, tanto em *output* quanto em emprego, em razão do envelhecimento relativo e absoluto da população baiana, bem como do aumento da renda *per capita* local; serviços públicos e privados de saúde já ocupam 4,4% da população que trabalha na RMS (6,5% dos ocupados em serviços);

- *serviços comunitários*: segmento igualmente em expansão, que tende a ganhar ainda maior importância com o avanço do chamado “terceiro setor”; este é composto de: associações recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitárias e profissionais; organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade; organizações não-governamentais (ONGs); fundações privadas; e organizações sociais (OS) nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica.

São oito, enfim, os ramos de serviços que conheceram forte (ou pelo menos significativo) incremento da participação relativa na ocupação “terciária” da RMS: administração e comércio de imóveis; serviços especializados; serviços auxiliares; serviços de limpeza, vigilância e oficinas; serviços de comunicação e diversão; educação; saúde e serviços comunitários.

Os segmentos que devem continuar crescendo

Um bom método de investigação do futuro da economia de uma região subdesenvolvida continua sendo a análise da evolução recente das regiões mais desenvolvidas. Em que setores, nas últimas décadas, a ocupação cresceu nos países desenvolvidos? Em que setores ela está desaparecendo?

Evidentemente, esse tipo de comparação deve levar em conta que ocorre transferência de setores tradicionais das economias desenvolvidas para países subdesenvolvidos. É o caso, nas últimas décadas, do deslocamento norte-sul da construção naval ou da indústria têxtil. Ainda assim, a comparação se justifica. A evolução recente da estrutura econômica dos países mais desenvolvidos se dá com base em tendências gerais, válidas para toda a economia global.

O Quadro 1 detalha as principais mudanças que ocorreram entre 1970 e 1993 na distribuição setorial do emprego nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais ricas do planeta.

O que se observa na evolução recente da ocupação nessas economias é, em primeiro lugar, a diminuição do emprego na indústria manufatureira e o crescimento da ocupação nos serviços. Dos 14 setores listados que apresentaram maiores taxas de decréscimo na ocupação, 12 são industriais. Mais especificamente, são setores industriais de baixa ou média tecnologia, historicamente relacionados às primeira e segunda revoluções industriais. Por outro lado, dos 14 setores que apresentaram as maiores taxas de expansão do emprego, oito são de serviços. Dos seis restantes nesta segunda lista, três são setores industriais de alta tecnologia (indústrias de computadores, farmacêutica e aeroespacial).

As mudanças na estrutura econômica dos países desenvolvidos são acompanhadas por transformações importantes na composição da força de trabalho. Ocorre, em linhas gerais, redução do emprego in-

dustrial de chão de fábrica e aumento das ocupações ditas de escritório (colarinhos brancos), inclusive na indústria, com forte elevação do nível médio de formação dos trabalhadores. Daí decorre, em grande parte, o elevado desemprego estrutural na maioria dos países da OCDE – a mão-de-obra desqualificada expulsa da indústria não consegue ocupação nos novos serviços de alta intensidade tecnológica.

A questão das mudanças ocupacionais será melhor tratada na seção seguinte. Por enquanto é

necessário verificar que as mudanças na estrutura econômica da RMS acompanham em larga medida as transformações que se processam no núcleo da economia global.

Em Salvador, enquanto a maior parte da indústria (tradicional) demite, entre os ramos de maior crescimento estão, como se viu: *serviços auxiliares e especializados, serviços de limpeza e vigilância* (incluindo *oficinas de repara-*

ção de equipamentos não-mecânicos), serviços de comunicação e diversão, serviços de educação e saúde, bem como serviços comunitários. Juntos, tais setores já respondem por quase 30% da ocupação na RMS (Tabela 5).

As três principais forças que moldarão os mercados da RMS no futuro são: a inovação tecnológica, o crescimento da renda e as mudanças na sua distribuição, e as transformações na estrutura demográfica das suas cidades.

Os setores e as ocupações de futuro

As três principais forças que moldarão os mercados da RMS no futuro são: (a) a inovação tecnológica, (b) o crescimento da renda e as mudanças na sua distribuição, e (c) as transformações na estrutura demográfica das suas cidades. Projeções de crescimento de PIB e renda locais são mais que arriscadas, especialmente em momentos de elevada instabilidade. É possível discutir com maior proveito o impacto das novas tecnologias sobre a dinâmica econômica local. A identificação das principais tendências de crescimento e reestruturação de ramos industriais e de serviços pode ajudar no mapeamento das áreas que oferecem as melhores perspectivas de expansão e de emprego a médio e longo prazos. Além disso, a demografia é fonte razoavelmente segura de projeções.

Quadro 1
Setores com maior crescimento ou maior decréscimo percentual no emprego na OCDE 1970 - 1993 (Ordem Decrescente)

Maior Crescimento do Emprego	Maior Redução do Emprego
Serviços imobiliários e empresariais	Construção naval
Serviços sociais	Metalurgia de ferrosos
Hotelaria e restauração	Agricultura
Finanças e seguros	Ind. têxtil, de vestuário e calçados
Indústrias de borracha e plásticos	Ind. de materiais de construção
Serviços governamentais	Extração mineral
Indústria de computadores	Transporte tradicional
Indústria farmacêutica	Refino de petróleo
Serviços de comunicações	Ind. de madeira e mobiliário
Indústria aeroespacial	Indústria química
Transporte e armazenagem	Indústria metal-mecânica
Construção civil	Ind. de maquinaria não-elétrica
Indústrias de papel e gráfica	Outras ind. manufatureiras

Fonte: OECD, 1996 apud Johan HAUKNES, "Innovation in the service economy", STEP Report, Oslo: 1996.

Onde os empregos podem ser criados

Se a economia norte-americana pode ser tomada como paradigma, a primeira conclusão necessária é que a indústria manufatureira vai criar muito poucos empregos nos próximos anos. Observe-se o Quadro 2. Todos os ramos da economia americana que conhecerão taxas de crescimento acelerado do emprego até 2006 são de serviços. Espera-se que os serviços e o comércio criem cerca de 96% dos empregos nos Estados Unidos entre 1996 e 2006. Estes empregos estarão concentrados basicamente em quatro áreas: *saúde, educação, serviços empresariais e restauração* (ver Quadros 2 e 3).¹⁹

É claro que em se tratando da economia baiana tais fatos devem ser relativizados. A Bahia tem atraído alguma indústria nacional e estrangeira (sobretudo empresas do setor de calçados que têm

emigrado do sudeste e do sul do País). O aumento do emprego nesta indústria, que é em grande parte dos casos intensiva em mão-de-obra, e que por isso se vê atraída pelo Nordeste, deve contribuir para a estabilidade ou mesmo para o aumento do emprego industrial no Estado, apesar das demissões e terceirizações generalizadas na indústria petroquímica regional e em outros setores. A crise do Real – sua desvalorização – também abre algum espaço para o crescimento do produto da indústria baiana, haja vista que se pode esperar certa diminuição da concorrência externa e alguma melhoria nas condições para exportação. Além disso, o megainvestimento da Ford deve ter impacto mais que considerável sobre o emprego industrial na RMS.

Ainda que levemos em consideração todos os empreendimentos industriais em implantação ou previstos, a realidade americana continua tendo

muito a mostrar. Quase 90% dos soteropolitanos ocupados já trabalham em serviços; na RMS, como se viu, tal proporção está em torno de 80%. Em Salvador e na RMS, quase todos os ramos industriais perderam participação na ocupação total durante a última década.

Isso não significa dizer que nenhum ramo industrial deva ser estimulado na RMS. Continuam importantes os efeitos multiplicadores do investimento industrial e a criação indireta de empregos provocada pela indústria. Este artigo identifica (Tabelas 5 e 6) pelo menos cinco ramos com algum potencial gerador de empregos no longo prazo: (a) *vestuário e calçados*; (b) *alimen-*

Quadro 2
Taxas de crescimento ou declínio do emprego nos EUA, segundo o ramo ou segmento – 1996 - 2006 (em %)

Ramos de Crescimento Acelerado		Ramos de Declínio Acelerado	
Descrição	Taxa Anual	Descrição	Taxa Anual
Serviços de processamento de dados e computação	7,6	Extração de carvão	-6,0
Serviços de saúde	5,3	Indústria relojoeira	-4,0
Gerência e relações públicas	4,8	Indústria de calçados (exceto de borracha ou plástico)	-4,0
Serviços de transporte em geral	4,8	Equipamentos de navegação	-3,8
Serviços domésticos	4,8	Extração de petróleo	-3,7
Serviços pessoais	4,3	Indústria de artigos de couro	-3,6
Abastecimento de água e saneamento	4,2	Indústria do tabaco	-3,1
Serviços sociais	4,1	Indústria de embalagens metálicas (latas e containers)	-3,1
Consultórios médicos	3,9	Indústria de vestuário e acessórios	-3,0
Serviços de recreação	3,5	Indústria de pneus e câmaras	-2,9
Serviços de estacionamento e reparação de automóveis	3,3	Indústria de equipamentos e suprimentos fotográficos	-2,6
Enfermagem e assistência pessoal	3,2	Indústria de aparelhos elétricos	-2,4
Serviços de entretenimento	3,0	Refino de petróleo	-2,3
Serviços de aluguel e leasing	3,0	Indústria de eletrodomésticos	-2,2
Serviços de seguros e corretagem	3,0	Indústria siderúrgica	-2,0
Transporte de passageiros (logística)	2,7	Empresas estaduais e municipais	-2,0
Creches e serviços similares	2,6	Indústria de equipamentos elétricos de distribuição	-1,9
Serviços empresariais diversos	2,5	Domicílios privados	-1,8
Museus, zoológicos e jardins botânicos	2,5	Indústria de bebidas	-1,8
Serviços financeiros (exceto bancos)	2,5	Extração de minerais metálicos	-1,8

Fonte: U.S. department of Labor, Bureau of Labor Statistics, *Monthly Labor Review*

tos; (c) *mobiliário e produtos de madeira*; (d) *gráfica*, e (e) *artesanato*. A estes pode ser agregada ainda, por razões evidentes, a *indústria automobilística*.

Como nos Estados Unidos, a ocupação no *comércio* da RMS deve crescer lentamente, apenas garantindo a manutenção da participação deste ramo no total de ocupados da região (em torno de 17%). Há de um lado a explosão do microcomércio, subproduto da reestruturação industrial, resultado do desemprego de trabalhadores da indústria e de alguns segmentos dos serviços. Mas existem, de outro, três movimentos de amplitude global. Primeiro, a tendência à concentração do capital comercial, com grandes grupos (especialmente cadeias de supermercados e redes de franquia) avançando sobre o espaço de pequenas e médias empresas independentes. Em segundo, forte incremento da intensidade de capital com o uso de novas tecnologias: transmissão eletrônica de dados (EDI), resposta eficiente ao consumidor (ECR), implantação de redes de fornecedores em *just-in-time* etc.. Finalmente, grande impulso do comércio eletrônico e com ele das relações sem intermediários entre fabricantes e consumidores (marketing direto). Estas inovações reduzem particularmente o espaço do comércio atacadista tradicional.

Também nos setores de *transporte, armazenagem e comunicações* a ocupação deve continuar crescendo lentamente (em torno da taxa válida para a economia como um todo). Dito de outro modo, tais ramos não devem aumentar sua participação relativa. O crescimento da economia e a generalização do *just-in-time* tendem a criar empregos no transporte e na área de gestão logística (motoristas de utilitários, especialistas de transporte multimodal e outros). A explosão das telecomunicações (celulares, parabólicas, Internet etc) cria muitos novos empregos, a exemplo dos milhares de postos oferecidos pelos *call-centers*. Em compensação, o progresso técnico é cada vez mais acelerado nestes três ramos de serviços e blocos inteiros de ocupações tradicionais vêm sendo neles eliminados. É o caso, só por exemplo, de todas as ocupações tradicionais da área telefônica (ver Quadro 3) e do fim anunciado dos cobradores de ônibus, que devem ser substituídos, a médio prazo, pelas catracas acionadas por cartões magnéticos.

Nos serviços financeiros, a geração de emprego deve ser mínima. Ela deve se concentrar na área

de seguros e, em segundo lugar, nas corretoras de valores mobiliários. Dos bancos, antigos megaempregadores, nada se deve esperar. Prosseguem as fusões e reestruturações, acelera-se a inovação tecnológica poupadora de força de trabalho (caixas automáticas, banco *on-line* em domicílio etc).

No que se refere ao setor público, é possível acreditar na criação de empregos em pelo menos duas áreas importantes e isso apesar das dificuldades financeiras do Estado e da nova legislação sobre o gasto público. Trata-se de áreas vinculadas à administração pública local ou estadual: *segurança pública* e *ensino*.

A *construção civil* é outra área de bom potencial. É certo que inovações tecnológicas importantes começam a se difundir neste setor, entre as quais o uso de estruturas metálicas em substituição ao concreto e a utilização do gesso como material alternativo em obras residenciais e em prédios de escritórios. Mas algumas grandes obras estão previstas para Salvador, especialmente a construção do metrô. São grandes também as possibilidades de crescimento da demanda por novas habitações. Se o custo da construção residencial e especialmente do seu financiamento cair, são significativas as chances de um *boom* imobiliário não-restrito à "construção-formiga".

O artigo identifica três grandes áreas de serviços que podem catalisar a expansão futura da economia da RMS e criar o grosso do emprego.

Primeiro, os serviços de *saúde*: são extraordinárias as perspectivas deste setor em razão do envelhecimento relativo da população e do aumento de sua expectativa de vida. Ocupações tradicionais da área devem crescer em peso social: enfermeiras, auxiliares de enfermagem, técnicos de radiologia etc. Novas ocupações devem se expandir, principalmente aquelas relacionadas ao tratamento médico domiciliar (*home care*). O setor se caracteriza ainda por uma agregação constante de novas tecnologias, o que impõe um constante *upskilling* (melhoria de capacitação) de sua força de trabalho. Salvador conta com centros de excelência e massa crítica de capital humano acumulada em algumas especialidades – cardiologia, reprodução humana e doenças infecto-contagiosas. É possível ampliar a exportação de serviços de saúde da cidade, inclusive combinando-a com a oferta de turismo (*spas* e outros negócios).

Quadro 3
Taxas de crescimento ou declínio de ocupações nos EUA,
1996 - 2006 (em Ordem Decrescente)

Ocupações de Crescimento Acelerado		Ocupações de Declínio Acelerado	
Descrição	Taxa Anual	Descrição	Taxa Anual
Domésticos qualificados, inclusive auxiliares de saúde	107	Agricultores	-273
Cientistas de computação e analistas de sistemas	91	Datilógrafos e processadores de texto	-212
Assistentes e auxiliares de fisioterapia	83	Escriturários	-178
Assistentes e auxiliares de terapia ocupacional	82	Caixas bancários	-152
Fisioterapeutas	80	Costureiros	-140
Assistentes sociais	75	Faxineiros domésticos	-108
Representantes comerciais	72	Operadores de computador (exclusive periféricos)	-98
Terapeutas ocupacionais	72	Operadores de máquinas de calcular e registradoras	-64
Assistentes de medicina	59	Operadores de copiadoras e de outras máquinas de escritório	-56
Assistentes de advogados	58	Operadores de máquinas têxteis	-47
Técnicos de registro médico	56	Arquivistas	-42
Professores para educação (para deficientes)	53	Carregadores	-36
Guardas penitenciários	51	Trabalhadores rurais	-36
Analistas de pesquisa operacional	50	Operadores de máquinas na ind. metalúrgica e de plásticos	-34
Guardas	48	Operadores de centrais telefônicas	-34
Patologistas da fala e da linguagem e audiologistas	46	Instaladores e reparadores de centrais telefônicas	-33
Detetives particulares e investigadores	44	Montadores de produtos elétricos e eletrônicos	-30
Técnicos de cirurgias	43	Instaladores e reparadores de telefones	-26
Assistentes de odontologia (higienistas)	42	Auxiliares de setor de pessoal (exceto apontadores)	-26
Auxiliares de escritório	41	Digitadores	-25
Auxiliares de ensino	39	Barmen	-25
Representantes comerciais de instituições financeiras	37	Inspetores, testadores e classificadores	-25
Técnicos de pronto-socorro	36	Auxiliares de lista telefônica	-24
Teraupetas de respiração	36	Torneiros mecânicos	-22
Consultores e analistas de gestão	35	Alfaiates	-21
Técnicos de radiologia	35	Operadores alimentadores de máquinas e prensas	-20
Entrevistadores de recrutamento	35	Maquinistas	-20
Trabalhadores de serviços sociais	34	Frentistas de postos de gasolina	-20
Professores de pré-escolar e pessoal de creches	33	Operadores de máquinas de moldagem	-19
Gerentes de restaurantes e outros serviços de alimentação	33	Gerentes de serviços de utilidade pública, de serviços de comunicação e transporte	-19

Fonte: U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics, *Monthly Labor Review*

Segundo, os serviços de *educação*. O emprego deve aumentar sobretudo no ensino de segundo grau, mas Salvador e a RMS devem continuar expandindo também suas Universidades e Faculdades. A exportação de serviços pode ser incrementada, com a expansão de vagas em novas áreas do terceiro grau, bem como com a multiplicação de cursos de pós-graduação. A criação ou consolidação de centros de excelência pode ser combinada a um marketing agressivo para atrair um número considerável de estudantes do interior da Bahia e

de outros estados. As Universidades baianas têm largo campo a explorar ainda na exportação de serviços de pesquisa, extensão e consultoria.

Terceiro, *serviços empresariais*. Sob esta denominação podem ser agrupadas empresas e organizações de *serviços de engenharia, contabilidade e auditoria, pesquisa e desenvolvimento, administração e relações públicas, marketing e propaganda, processamento de dados e implantação de sistemas e redes de informática, reprodução gráfica e de multimídia* e outros. Nesta área também desa-

parecem ocupações tradicionais – arquivistas, escriturários, datilógrafos etc. – destruídas pela automação dos escritórios. Por outro lado, crescem sobretudo os empregos no campo da informática e as ocupações ligadas à gestão (administradores e executivos).

O leitor deve estar se perguntando sobre o turismo. Sim, e o turismo? Examine-se, mais uma vez, a Tabela 5. A PED não considerava o turismo importante em 1986-88. Passou a reconhecê-lo na amostra 1996-99. Como se pode ver na tabela, o grosso da ocupação criada pela atividade turística não está nos serviços de hospedagem. Os postos de trabalho criados pelo turismo devem ser divididos em três blocos: (a) ocupação direta gerada pelos gastos dos turistas em serviços turísticos (em hotelaria, transporte aéreo, parques temáticos etc); (b) ocupação indireta nas atividades turísticas que não dependem diretamente dos gastos do turista (em serviços de marketing, imprensa especializada, indústria e comércio de alimentos, restaurantes etc); e (c) ocupação induzida em setores diversos pela renda injetada pelo turismo, vale dizer, resultante dos efeitos multiplicadores provocados pelas despesas dos turistas. O primeiro tipo diz respeito à chamada “indústria do turismo”. Os outros dois estão relacionados à “economia do turismo”. São as ocupações nos dois últimos que contam (e elas se encontram distribuídas em vários setores das Tabelas 5 e 6).

Conclusão

Um novo ponto de vista sobre a relação entre serviços e desenvolvimento local deve ter como ponto de partida o pressuposto de que nenhum setor isolado da economia pode fornecer a panacéia para o incremento do emprego e produto numa região. A indústria não pode subsistir sem uma base eficiente de serviços e, além disso, cria cada vez menos postos de trabalho. Os serviços financeiros podem constituir o eixo da economia apenas nas *global cities*; nas metrópoles secundárias têm uma contribuição importante, porém limitada. O turismo e o entretenimento tendem a ser sazonais e ofere-

cem, em geral, ocupações temporárias e de baixa remuneração. E assim por diante. Juntas, entretanto, as combinações de diversas atividades – indústria puxando serviços e serviços puxando indústria – podem assegurar uma base de exportações de bens e serviços, a melhoria da infra-estrutura, o incremento do bem-estar social e da qualidade de vida e, *last but not least*, a atração de investimentos.

Como se viu, a consolidação e expansão dos serviços empresariais numa região metropolitana como a de Salvador têm tripla importância. Primeiro, estes serviços produzem boa parte dos insumos atualmente indispensáveis ao sucesso das atividades industriais e de serviços de consumo final. Segundo, sua presença constitui uma vantagem comparativa mais que fundamental na atração de investimentos externos e no desenvolvimento de empresas locais. Terceiro, eles constituem em si mesmos núcleos dinâmicos, capazes de exportar *produto* e contribuir, com os efeitos multiplicadores daí decor-

As combinações de diversas atividades – indústria puxando serviços e serviços puxando indústria – podem assegurar uma base de exportações de bens e serviços, a melhoria da infra-estrutura, o incremento do bem-estar social e da qualidade de vida e, *last but not least*, a atração de investimentos.

rentes, para estimular o conjunto da economia local. É o caso, por exemplo, das empresas de engenharia, produção de *software* ou marketing direto.²⁰

A Bahia precisa adotar uma política menos passiva em relação aos serviços, particularmente no que diz respeito ao segmento-chave dos serviços empresariais. Uma política ativa poderia compreender pelo menos os seguintes pontos: (a) apoio à inovação tecnológica em empresas de serviços (reduzindo o viés absolutamente industrial que hoje existe no financiamento da P&D); (b) incentivo aos programas de treinamento e especialização de mão-de-obra para empresas e outras organizações produtoras de serviços; (c) reforma fiscal para o incentivo de segmentos estratégicos dos serviços; (d) apoio às empresas e organizações envolvidas com a exportação de serviços (hoje praticamente limitado às empresas do *trade* turístico) e (e) desenvolvimento de um sistema de informações econômicas (indicadores etc) mais eficiente porque adaptado à realidade da economia de serviços.²¹

No caso de Salvador e de sua região metropolitana, uma política de serviços é necessária por razões

de ordem estratégica. A expansão dos serviços e suas novas relações com a indústria tendem a redefinir a hierarquia das regiões, com os espaços que concentram os serviços superiores – financeiros, empresariais e sociais – dominando aqueles especializados em funções industriais e serviços tradicionais.²² Se Salvador pretende continuar mantendo o seu posto de metrópole nacional, será preciso insistir por aí.

Notas

- 1 As cifras sobre o comércio internacional de serviços são sempre aproximativas. Como as trocas de serviços são muito menos controláveis pelos governos que o intercâmbio de mercadorias, elas tendem a ser mais que subestimadas/superestimadas pelas empresas, para fins de evasão fiscal, remessa de lucros etc.
- 2 O “grau de especialização” é $GE_i = (o_i/o)/(O_i/O)$, onde: o_i é total de ocupados no setor da RMS i , o é o total de ocupados na RMS, O_i é o total de ocupados no setor i do conjunto das regiões metropolitanas e, finalmente, O é o total de ocupados no conjunto das RMS.
- 3 No caso das oficinas de reparação, é necessário levar em conta o fato de que novas tecnologias têm implicado produtos descartáveis ou com menor necessidade de reparo e manutenção. De fato, não só calculadoras ou televisores apresentam menos defeitos; isso ocorre também com automóveis e outros bens da indústria mecânica.
- 4 Este artigo utiliza em parte informações da Pesquisa *Salvador Dinâmica* – a economia soteropolitana pela ótica da ocupação (julho de 1999), realizada pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, sob encomenda da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Salvador (SEPLAM).
- 5 CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 227.
- 6 Para um resumo do pensamento pós-industrialista, ver DELAUNAY, Jean-Claude e GADREY, Jean. *Les enjeux de la société de service*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.
- 7 Ver TODARO, M. P. A. model of labor migration and urban development in less developed countries, *American Economic Review*, v. LIX, n. 1, março 1969, e TODARO, M. e H. Migration, unemployment and development: a two sector analysis, Idem, março 1970. Sobre este ponto, ver ainda JANY-CATRICE, Florence. *Les services aux entreprises dans la problématique du développement*, Paris: L'Harmattan, 1993.
- 8 Ver, por exemplo, J. FREYSSINET, *Le concept de sous-développement*. 5ª ed., Grenoble: Mouton, 1980.
- 9 KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- 10 Sobre as críticas às visões tradicionais, ver ainda JANY-CATRICE, Florence. *Les services aux entreprises...*, op. cit.
- 11 Ver OCDE, *The service economy*, Paris: OCDE, 2000; para uma crítica dos indicadores tradicionais de “terciarização”, FMI, *Perspectivas de la economía mundial – la globalización, oportunidades y desafíos*, Washington: FMI, maio de 1997.
- 12 OCDE, *The service economy*, op. cit.
- 13 UGHETTO, Pascal & DU TERTRE, Christian. *Services, espace et territoires: un aperçu de quelques problématiques de recherche*. Paris: IRIS, Université Paris IX, 2000. Esse texto deve estar sendo publicado pela revista *Nexus*, do Curso de Mestrado em Economia da UFBA, proximamente.
- 14 Baseado em MARSHALL, J. Neill. *Services and space: key aspects of urban and regional development*, Essex: Logman Scientific & Technical, 1995, 219-21.
- 15 Ver LEHWING, Maria Lúcia Moraes. Mercado mais competitivo em 1999. *Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1999, p. 35.
- 16 Ver UFBA-FCE/PMS-SEPLAM. Perfil sócio-econômico do trabalhador informal de Salvador, abril de 1999.
- 17 O incremento dos gastos das famílias da RMS com educação e saúde foi revelado pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE. O fenômeno é, na verdade, nacional e tem várias causas.
- 18 Ver LESSA, Ricardo. Corte de cabelo em ritmo industrial. *Gazeta Mercantil*. 28/29/30 de abril e 01 de maio de 2000, p. C-8.
- 19 Esses dados e os seguintes relacionados à economia dos EUA têm como fonte o documento do *U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics*, 1996-1997 Occupational Outlook Handbook, 1994-2005.
- 20 Ver ainda sobre este tema, por exemplo, McKEE, David L. *Growth, development, and the service economy in the third world*. New York: Praeger, 1988.
- 21 São recomendações que podem ser encontradas no documento já citado OCDE, *The Service Economy*.
- 22 Ver ainda UGHETTO, Pascal & DU TERTRE, Christian. *Services, espace et territoires*, op. cit.

* Paulo Henrique de Almeida é doutor em Economia pela Universidade de Paris X - Nanterre e professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, phalm@ufba.br

50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica

*Francisco Teixeira **

*Oswaldo Guerra ***

Desde que a Ford decidiu instalar uma planta industrial em Camaçari, amplos setores da sociedade baiana vivem um momento de intensa euforia. Essa euforia decorre não apenas do fato desse investimento vir a adensar e diversificar a matriz industrial local, mas, principalmente, da possibilidade dele e de outros empreendimentos – que começaram a se instalar por todo o estado (têxtil, calçados, eletrônico), a partir dos anos 90 – fortalecerem antigos setores (químico/petroquímico e metalúrgico) e estimularem novos (transformação plástica, autopeças etc).

Se isso efetivamente ocorrer, a economia baiana poderá viver uma nova dinâmica industrial nos primeiros anos do século 21. Vale destacar que, contrariamente ao que agora acontece, as perspectivas que se desenhavam para os principais setores industriais baianos, durante boa parte da década de 90, eram bastante pessimistas. Tais expectativas advinham do acanhado desempenho da sua indústria, quando comparado ao de outras épocas, e ao momento econômico vivido pelo Brasil naquele período, com duras conseqüências sobre a região Nordeste.

A rigor, nos últimos 50 anos, podem-se identificar momentos marcantes na trajetória de industrialização da Bahia – após a realização de blocos de investimentos concentrados no tempo – que modificam a tendência dessa trajetória, gerando ondas de otimismo. Esgotados os efeitos multiplicadores desses investimentos, e na ausência de uma dinâmica econômica endógena, o processo de industrialização fica aguardando um novo choque exóge-

no que derrube a apatia e desperte um outro período de otimismo. O principal objetivo deste artigo é, justamente, reconstituir essa trajetória, identificando as causas explicativas dessas inflexões.

Além desta introdução, ele possui mais cinco seções. Inicialmente, examina-se a importância do planejamento governamental e do desenvolvimento das atividades de exploração e refino de petróleo na região do Recôncavo Baiano nos anos 50, destacando-se a entrada em operação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), da Petrobrás. Apesar de já existirem algumas plantas industriais espalhadas pelo estado, foi naquela época que a industrialização se tornou mais incisiva e o “enigma baiano” começou a ser superado. Em seguida, analisam-se, nos anos 60, os impactos provocados pelos incentivos fiscais e a implantação do Centro Industrial de Aratú (CIA). Na quarta seção, já nas décadas de 70 e 80, o foco dirige-se para as mudanças estruturais na indústria, e na economia baiana de um modo geral, em decorrência das atividades petroquímicas e metalúrgicas. Na penúltima parte do trabalho, justifica-se o baixo dinamismo industrial dessa economia, especialmente na primeira metade dos anos 90 – tomando-se como referência seus principais vetores de expansão, os segmentos químico/petroquímico, metalúrgico e de celulose, este último implantado àquela época – e as possibilidades de se ter uma nova fase industrial, qualitativamente distinta, no século 21. O artigo encerra-se com um resumo de alguns traços marcantes do processo de industrialização da Bahia no período estudado.

A década de 50: o planejamento e a Petrobrás

Na década de cinquenta, diversos autores estavam interessados em interpretar o fenômeno que Pinto de Aguiar (1977) denominou “enigma baiano” e Dias Tavares (1966) preferiu chamar de “involução industrial da Bahia”. O problema era expresso da seguinte forma: enquanto no século passado a Bahia contava com uma indústria de transformação relativamente diversificada, nas décadas de 40 e 50 ela se concentrava no setor alimentício (padarias, torrefação de café, moinhos), notando-se uma impressionante estagnação dos setores têxtil e fumageiro. Essa estagnação – ou decadência – se refletia em números: em 1920, a participação da indústria baiana no total do país era de 3,5%, quando medida pelo capital aplicado, 4,0% pela força motriz utilizada, 5,7% pelo número de trabalhadores e 2,8% pelo valor da produção. Já em 1940, esses números eram, respectivamente, 1,9%, 2,3%, 3,3% e 1,3%.

Na tentativa de explicar o “enigma”, Rômulo Almeida (1986) comparou a economia baiana com a pernambucana, naquela época maior e mais dinâmica, e relacionou razões de natureza geográfica e histórica. As determinações geográficas seriam duas. Primeira: Recife, mais distante de São Paulo do que Salvador, tinha no custo adicional de transporte uma barreira natural à entrada dos bens industriais paulistas. Segunda: a capital pernambucana funcionava como um pólo de atração de atividades industriais, uma vez que, além de já contar com uma população expressiva, estava bem próxima dos mercados de outros estados nordestinos, especialmente Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

As razões históricas seriam também duas. Em primeiro lugar, na Bahia, a atividade agroindustrial do açúcar havia sido quase que extinta, em função da concorrência de outras regiões e da baixa produtividade das terras do Recôncavo. Em segundo lugar, no governo de Epitácio Pessoa, Pernambuco havia se tornado o centro dos investimentos em obras contra a seca, direcionados, fundamentalmente, para a parte setentrional do Nordeste. Com isso, o porto de Recife se tornou um centro comercial dinâmico, com trasbordamentos para a atividade industrial. Por tudo isto é que, segundo Rômulo

Almeida, no início da década de 50 a indústria baiana correspondia a um terço da pernambucana.¹

Em decorrência dessa situação, àquela época a estrutura produtiva local apoiava-se fundamentalmente no setor primário exportador, cuja performance passaria a depender cada vez mais do comportamento do cacau, o principal produto agrícola do estado, que, ao ter sua produção direcionada quase que exclusivamente para o mercado externo, era o grande gerador de divisas. Essas, quando não-utilizadas em bens industrializados e/ou de consumo suntuário, adquiridos em São Paulo ou no exterior, eram basicamente alocadas no próprio setor cacauzeiro, que devido às suas características estruturais – intensivo em mão-de-obra desqualificada e elaborador de produtos com baixo valor agregado – expandia-se de forma extensiva, sem incorporar progresso técnico, sendo, portanto, incapaz de magnificar seu dinamismo para o restante do tecido econômico.

Os problemas da economia baiana eram agravados pelas condições de sua infra-estrutura. As estradas, por exemplo, eram poucas e de baixa qualidade, impedindo a integração dos mercados criados pelo crescimento populacional das cidades interioranas. A sociedade sotopolitana, por sua vez, refletia os problemas decorrentes do baixo dinamismo da sua economia. Os comerciantes voltados para a exportação constituíam o único grupo social com alguma estabilidade, pois os vinculados ao mercado interno sofriam com o empobrecimento da população e com a concorrência de outras praças do interior e de outros estados. Os talentos formados nas escolas e faculdades migravam, geralmente, para o centro-sul, por falta de oportunidades locais. Enquanto isso, segundo Rômulo Almeida (1986, p. 95), “as oligarquias e a classe média influente procuravam salvar-se em empregos públicos, pagos modestamente, porém sinecuras, ‘pensões’ que não exigiam trabalho”.

Em síntese, tinha-se um forte produto de exportação, gerador de significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, e um setor comercial e financeiro importante, destacando-se neste último o Banco Econômico. Apesar disso, a Bahia não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria. A partir de 1955, o governo da Bahia desencadeou um processo de planeja-

mento destinado a reverter essa situação. Rômulo Almeida foi convidado pelo Governador Antônio Balbino para a Secretaria da Fazenda, acumulando funções de planejamento.

O resultado desse trabalho foi a criação de um sistema estadual de planejamento – composto, basicamente, pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE, criada em 1955) e pelo Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial (FUNDAGRO, implantado em 1956) – e a edição, em 1959, já no governo de Juracy Magalhães, do primeiro plano estadual de desenvolvimento, o PLANDEB. Muito embora esse plano não tivesse sido aprovado pela Assembléia Legislativa, os projetos elaborados dentro do sistema estadual de planejamento começaram a ser implementados, a exemplo da Mafrisa e Friusa, frigoríficos destinados a carnes e peixes, respectivamente, a fábrica de calçados Mirca e a de laticínios, Alimba. Nesses projetos, foi grande a participação do governo estadual, seja como investidor direto ou financiador.

Apesar desse esforço de planejamento, cujos desdobramentos se fizeram sentir até a década de 70, o fato novo e significativo para a indústria e a economia baiana, na década de 50, foi proveniente das atividades da Petrobrás. Aproveitando a descoberta de óleo e gás nos campos do Recôncavo, o Conselho Nacional de Petróleo, antes mesmo da criação da estatal, elaborou o projeto de construção de uma refinaria, no então distrito de Madre de Deus, para processar 2.500 barris de petróleo por dia. Esse projeto foi transferido para a Petrobrás em 1954, ano da sua criação, que decidiu expandir a capacidade produtiva da refinaria para 5.000 barris/dia e iniciar imediatamente as obras de construção. Ela entrou em operação em 1956 e, em 1961, um novo programa de expansão elevou sua capacidade de refino para 42.000 barris por dia (Teixeira, 1985).

O impacto de Mataripe pode ser percebido de duas formas. Primeiro, em 1960, o valor da produção da indústria química já atingia 30,2% do total da indústria de transformação, sendo que a refinaria era responsável por quase 50% desse total (Bahia, Fundação de Pesquisa – CPE, 1979). Em

1959, ela já empregava, diretamente, 1.868 pessoas (Sarmento, 1969). Segundo, algumas empresas químicas se instalam no entorno de Madre de Deus, para aproveitar suas matérias-primas, a exemplo da Companhia de Carbonos Coloidais, da Companhia Brasileira de Lubrificantes e da Fábrica de Vaselina da Bahia.

O fato é que, no final da década de 50, o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, principalmente a partir de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, esta última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas.²

Apesar desse esforço de planejamento, cujos desdobramentos se fizeram sentir até a década de 70, o fato novo e significativo para a indústria e a economia baiana, na década de 50, foi proveniente das atividades da Petrobrás.

A década de 60: os incentivos fiscais e o CIA

O diagnóstico da situação do Nordeste, realizado pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, levou o Governo Federal à criação da Sudene. Esse órgão, juntamente com o Banco do Nordeste (BNB), ficou encarregado de administrar um conjunto de incentivos fiscais destinados a promover a industrialização da região. A idéia inicial, contida no relatório do GTDN, era sobretudo a de promover as indústrias de consumo final, replicando a estrutura industrial existente no Centro-Sul.

Os efeitos da política de “desconcentração industrial” começam a ser sentidos na Bahia com a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1966. Além dos incentivos federais, o governo estadual passou a oferecer uma infra-estrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc.

O número de projetos atraídos para o CIA e demais distritos industriais baianos foi impressionan-

te. Em dezembro de 1969, haviam 100 projetos aprovados pela Sudene, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar. Todos esses investimentos criariam um total de mais de 30 mil empregos diretos. Ao contrário do que recomendava o GTDN, porém, 85% dos investimentos destinavam-se ao setor de bens intermediários, revelando, desde então, a vocação industrial do estado. É dessa época, a implantação da Usiba, Sibra e Ferbasa, por exemplo. Vale notar, ainda, que o CIA e seu entorno passam a sediar novas empresas químicas, a exemplo da CQR, Paskin, Tibrás, Ciquine, Fisiba e, posteriormente, a Dow, antes mesmo da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (Bahia, Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1971).

Os problemas decorrentes da política de incentivos fiscais para o Nordeste já foram exaustivamente examinados por vários estudiosos da realidade nordestina. No caso da Bahia, esses problemas relacionaram-se com a alta taxa de *turn-over* das empresas instaladas no CIA. Para alguns autores, essa alta rotatividade denotaria uma estratégia puramente rentista de vários grupos nacionais e internacionais. Eles se instalariam na região para aproveitar os incentivos. Uma vez esgotados tais incentivos, suas plantas eram transferidas para mercados mais dinâmicos. De fato, as distorções do regime de incentivos fiscais para o Nordeste não podem ser ignoradas. No entanto, o principal aspecto a ser aqui destacado é que, após quase quatro décadas, essa política se mostrou insuficiente para criar uma dinâmica endógena de investimentos. Além da escassez de capital local, mesmo após os grandes investimentos estruturantes realizados, aparentemente não se desenvolveu na região uma capacitação empresarial capaz de liderar o processo de industrialização.

Mesmo assim, os impactos da política de “desconcentração industrial” na Bahia não podem ser desprezados. Ao final da década de 60, a industrialização baiana parecia inexorável. A infra-estrutura passava por um processo de modernização e expansão. O operariado industrial e a classe média cresciam com as novas atividades instaladas. Como se verá a seguir, esse processo ganha fôlego na

década de 70, novamente a partir de intervenções estatais planejadas e da vinda de capitais forâneos, marcando-se essa industrialização por uma dinâmica exógena e espasmódica.

As décadas de 70 e 80: a consolidação industrial³

Foi a partir da década de 70, com a consolidação do processo de industrialização iniciado nos anos 50, que a estrutura produtiva da economia baiana começou a perder sua feição agroexportadora, fortemente apoiada na atividade cacaueteira. A exemplo do ocorrido em outros estados não-pertencentes ao Centro-Sul, a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada “especialização regional”. Com isso, se transformou em um estado supridor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no

eixo Sul/Sudeste do país. Nessa fase, a industrialização foi direcionada para os setores químico – especialmente a petroquímica – e metalúrgico, o que se deveu a três motivos:

- a) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e, como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se, assim, uma base técnica para a implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b) nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Dado esse contexto, diversos empreendimentos foram implantados, destacando-se os localizados no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Com o passar do tempo, sua consolidação fez com que a participação relativa do setor primário no PIB setorial baiano diminuísse de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, quase triplica sua participação, que salta de 12% para 31,6%. Essas transformações estruturais colocaram a economia baiana numa

nova posição. A taxa média de crescimento real do PIB baiano na década de 70 foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Esse crescimento, determinado pelo setor secundário, contribuiu de forma positiva para a dinâmica do terciário da economia baiana, particularmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Na década de 70, os serviços e o comércio puderam garantir variações anuais reais de 7% ao ano para o PIB desse setor (CEI, 1992).

Reduzindo-se a análise aos últimos cinco anos da década de 70, constata-se que o PIB estadual cresceu a uma taxa média anual de 9,7%, sendo que a performance da indústria de transformação é que impressiona: 32,0% em 1977; 12,9% em 1978; 29,4% em 1979 e 26,6% em 1980. Não se tem nada igual até os dias atuais. Apenas entre 1983 e 1986, pela combinação da entrada em operação da Caraíba Metais e do lançamento do Plano Cruzado, observaram-se taxas em torno de 8,5% (CEI, 1992).

Foi nesse sentido que se mencionou, na introdução deste trabalho, o fato da trajetória da industrialização baiana ser pontuada por inflexões. Após a implantação da RLAM, e dados os problemas associados ao CIA e à política de incentivos fiscais já comentados acima, passam-se mais de 20 anos sem que nenhum fato significativo altere dramaticamente a realidade industrial baiana. Dado o pouco peso daquela realidade, duas intervenções pontuais e setoriais (petroquímica e metalurgia) transformaram de maneira radical a atividade econômica. Setores correlatos, ao acompanharem o movimento, ajudaram a nutrir as significativas alterações que se dariam.

Àquela época, a indústria química/petroquímica firmou sua posição de mais importante setor industrial da Bahia. A partir de 1985, ela já respondia por mais da metade do Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação (CPE, 1990). Outra importante decorrência da implantação do complexo petroquímico baiano relaciona-se com o crescimento e evolução da receita estadual. A arrecadação industrial de ICM saltou de 30,4% em 1975

para 55,8% em 1985, sendo que, desse total, a petroquímica participava em média com 64,1% (CEI, 1990). Apesar desses importantes impactos, o segmento químico/petroquímico, por ser intensivo em capital, apresentava baixa absorção de mão-de-obra, empregando, em 1985, apenas 14,5% do total do pessoal ocupado na indústria baiana, mesmo respondendo por mais da metade do VAB industrial. A liderança nesse indicador cabia ao segmento de produtos alimentares, com 19,4% (CPE, 1990).

Isso, contudo, não deve obscurecer o efeito multiplicador da atividade petroquímica, em termos de reflexos positivos na geração da renda e de empregos indiretos, em consequência, principalmente, da modernização e ampliação que ela impôs ao comércio, serviços e construção residencial. Esses reflexos poderiam ser ampliados se houvesse um maior inter-relacionamento com outros setores industriais situados a jusante da mesma. Na ausência de segmentos produtores de bens finais na Bahia, parte substancial da produção petroquímica

era, e ainda hoje é, transformada fora do estado.

Nessa mesma década de 80, a atividade industrial baiana apresentou um comportamento bem distinto dos anos 70. Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção.

Essa penetração dos petroquímicos baianos no mercado internacional, que serviu para aumentar a participação dos mesmos no total geral das exportações do estado de 1,6%, em 1978, para 24,6% em 1994 (SEI, 1995), foi motivada não apenas pelos subsídios e incentivos concedidos, mas também pelo sucesso dos programas de rompimento de gargalos na capacidade produtiva das plantas e

A taxa média de crescimento real do PIB baiano na década de 70 foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Esse crescimento, determinado pelo setor secundário, contribuiu de forma positiva para a dinâmica do terciário da economia baiana, particularmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

de otimização energética, que possibilitaram às empresas reduções de custos e, em consequência, incrementos de competitividade.

Quanto ao setor metalúrgico, segundo segmento mais importante da indústria de transformação baiana, se divide em seis grupos: produtos siderúrgicos; ferro-ligas; metais não-ferrosos; fundição e produtos siderúrgicos diversos. Consta-se, no mesmo, um bom número de metalúrgicas de pequeno porte. Todavia, em que pese a presença dessas pequenas unidades produtivas, que cumprem um importante papel de geradoras de emprego, as siderúrgicas USIBA, SIBRA e FERBASA e, principalmente, a Caraíba Metais, que atua no subsetor de metais não-ferrosos, respondiam por quase 80% do valor agregado do mesmo.

Apesar de não apresentar o mesmo desempenho alcançado pela indústria petroquímica, o setor metalúrgico experimentou um crescimento médio, nos anos 80, de 12,3% a.a., determinado pela entrada em operação da metalurgia do cobre em 1982. O VAB do setor passou de 5,8%, em 1982, para 8,6% em 1983, sendo que a implantação da empresa se inseria no contexto do programa brasileiro de substituição de importações. Ela deveria suprir a demanda interna por cobre eletrolítico, até então totalmente atendida por importações. Em 1986, a metalurgia baiana vive novo impacto positivo. A Caraíba Metais alterou a estrutura de sua planta visando ampliar a produção e a concluiu em 1987, ano no qual a empresa se tornou responsável por 96% da produção nacional desse metal, abastecendo 55% do mercado interno (CPE, 1990).

Na metade da década de 80, esse setor e o mecânico empregavam 20 mil pessoas, número esse que, para se ter uma idéia, em meados de 1995 tinha caído para algo em torno de 8 mil. Os anos de recessão e a drástica redução dos investimentos da Petrobrás justificam essa queda, particularmente no segmento mecânico – afinal, muitas empresas se instalaram na Bahia para atender às necessidades de equipamento da estatal (*Gazeta Mercantil*, 1995).

Concluindo esta seção, pode-se afirmar que a RMS – que compreende dez municípios, dentre os quais se destacam Salvador e Camaçari – enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências ao longo dessas duas décadas, com o avanço da indústria de base, constituída pela metalurgia, química pesada e, em escala significativamente menor, pela indústria mecânica para equipamentos de perfuração de petróleo. Ela passou a concentrar um parque produtivo criado basicamente com recursos estatais, capital intensivo, produtor de bens intermediários e, até então, sem grandes perspectivas de desdobramentos a jusante.

A RMS enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências ao longo das décadas de 1970 e 80. Ela passou a concentrar um parque produtivo criado basicamente com recursos estatais, capital intensivo, produtor de bens intermediários e, até então, sem grandes perspectivas de desdobramentos a jusante.

**A década de 90:
do pessimismo à euforia**

No início dos anos 90, na área do COPEC, as empresas em operação e em implantação representavam um investimento de quase US\$ 8 bilhões. Elas utilizavam um pouco mais de 24 mil trabalhadores como mão-de-obra direta. Como se nota, empreendimentos de alta relação capital/trabalho: para cada emprego eram necessários US\$ 321 mil ou para cada milhão de dólares aplicado geravam-se apenas três postos de trabalho. Do total dessas inversões, 90,5% concentravam-se nos setores de química e metalurgia (SUDIC, 1992).

Desde sua implantação, a petroquímica tem comandado o desempenho do setor químico e da própria indústria de transformação do estado. Nos primeiros anos da década de 90 ela viveu um período de relativa estagnação, ainda que tenham sido realizados alguns investimentos em ampliação de capacidade produtiva. A difícil conjuntura vivida por este segmento industrial brasileiro, desde o início do Governo Collor, não induzia significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional.

Nesse contexto, a repetição da estratégia adotada pela petroquímica baiana, na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não realizada internamente, tornou-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas mudanças ocorridas nas políticas governamentais, destacando-se a abrupta redução de incentivos e subsídios às atividades exportadoras.

Dadas essas dificuldades, a petroquímica baiana até que conseguiu manter um razoável patamar de investimentos. Esses investimentos repercutiram, evidentemente, na indústria de transformação, cujo desempenho em 1992 (8,4%) e 1993 (7,3%) foi muito expressivo, depois de duas taxas negativas em 1990 e 1991 – 8,8% e 4,2% respectivamente (SEI, 1995). Em 1993, o crescimento do gênero químico/petroquímico alcançou 7,3%. Se as ampliações acima mencionadas não tivessem sido realizadas, a expansão do mesmo seria de apenas 3%.

Apesar de sua importância e dos fatos positivos por ela criados, já foi destacado que a petroquímica não produz, na Bahia, significativos efeitos de encadeamento a jusante da sua cadeia produtiva. Seus principais desdobramentos são, na verdade, indiretos, atingindo os serviços (comércio, transportes) e a construção civil. Um outro aspecto a ser salientado, é que as estratégias expansivas/diversificativas dos grupos químico/petroquímico localizados no COPEC são formuladas fora da Bahia e/ou do Brasil.

Assim sendo, os limites da intervenção estadual na química e petroquímica eram, e são, estreitos. Além de tentar exercer pressão para influenciar na formulação das políticas federais macroeconômica e setorial, cabia, e cabe, ao governo estadual assegurar a infra-estrutura necessária à ampliação que vinha se efetivando, de sorte a evitar restrições à expansão do segmento num futuro cenário de crescimento sustentado da economia brasileira. Nesse sentido, mostrou-se bem-sucedida a articulação técnico-política do governo estadual, junto ao governo federal e a Petrobrás, garantindo a duplicação da Refinaria Landulfo Alves. Essa ampliação, concluída em 1998, exigiu recursos num montante de US\$ 420 milhões e elevou a capacidade de refino de 22.350 m³/dia para 46.650 m³/dia, reduzindo as necessidades baianas de importação de nafta.

Diante desse quadro, muito se especulava sobre alternativas que pudessem magnificar localmente os efeitos para a frente da petroquímica. Um número maior de fichas era depositado na implantação da chamada terceira geração, na qual os petroquímicos de segunda geração sofrem sua última transformação físico-química, tornando-se um bem final para consumo, montagem ou embalagem de outros bens. Em relatório publicado em 1991, a CPE, após destacar o diminuto peso relativo desse segmento na economia baiana, partia para identificar as causas de tal situação. Nesta última etapa da transformação petroquímica, o valor do produto aumenta com a agregação de volume, com o que se elevam os custos de transporte. Na ausência de um setor produtor de bens finais no estado, inviabilizava-se essa transformação dos bens intermediários petroquímicos.

A implantação de um parque produtivo de bens finais na Bahia, que o citado relatório acreditava ser possível, viabilizaria essa transformação petroquímica ao criar um mercado local para peças, componentes e embalagens. Tal crença apoiava-se em dois motivos: em primeiro lugar, a produção local de bens intermediários atrairia os produtores de bens finais; em segundo lugar, por representar 40% do mercado nordestino e 16,5% do mercado nacional (CPE, 1991), a economia baiana teria condições de sediar empresas nos segmentos de têxtil e confecções, mobiliário, calçados, alimentos, bebidas, produtos de higiene, materiais de construção etc., uma vez que o peso do mercado garantiria as escalas de produção necessárias a um setor de bens de consumo final.

Até quase o final da década de 90, essa expectativa não se realizou. O conturbado cenário econômico e político no Brasil pré-Plano Real e, posteriormente, a política macroeconômica de suporte ao mesmo e as crises asiática e russa travaram o crescimento econômico, potencializaram as incertezas e tornaram as decisões de investimentos extremamente cautelosas. Além disso, a abertura comercial, ao acirrar a concorrência e desestruturar setores produtores de bens finais no Centro Sul, impôs aos grupos empresariais neles atuantes um grande esforço de modernização, altamente absorvedor de recursos. Se adicionarmos a esse quadro a ausência de qualquer tipo de política regional e o

fortalecimento do Mercosul, justifica-se a indisposição para qualquer reorientação e/ou instalação de plantas desse tipo na região Nordeste, naquele momento, mesmo que os empresários considerassem que 16,5% do mercado nacional poderiam ser suficientes para induzir tal reorientação.

No caso específico do principal setor industrial da Bahia, a petroquímica, desde 1994 o panorama era mais ameno. Ajudado pela recuperação dos preços no mercado internacional, em decorrência do maior consumo por parte dos países avançados e pela retomada da demanda interna com o Plano Real, o setor petroquímico brasileiro passou a vender mais por um preço melhor. Internamente chegou a haver problema de abastecimento, o que levou o governo a criar um imposto de exportação, como forma de evitar que as empresas direcionassem parte de sua produção para o exterior, e a reduzir as alíquotas de importação, medida que não teve muito efeito, pois havia falta de produtos lá fora. Os preços do etileno nos EUA, por exemplo, saltaram de US\$ 320 a tonelada, em maio de 1994, para US\$ 672 ao final de março de 1995 (*Gazeta Mercantil*, 3/5/95).

Esse cenário, todavia, detonou antigas reivindicações: a duplicação do pólo Sul e a criação do pólo Rio. Argumentava-se que se a economia brasileira crescesse, em média, à taxa de 5% ao ano, por um período de dez anos, seria necessário duplicar a capacidade de produção da petroquímica brasileira. O anúncio desses planos despertou o temor, à época, em alguns estudiosos da economia baiana, de uma significativa perda de participação da petroquímica estadual. Se a curto prazo o temor era infundado, dificilmente, a médio e longo prazo, a petroquímica baiana se mostraria capaz de hospedar novos blocos maciços de investimentos. As inversões tenderiam a ser secundárias, concentrando-se na manutenção do parque já existente ou na instalação de algumas unidades de segunda geração.

Tal cenário reforçava a necessidade de buscar-se uma maior diversificação econômica para o estado, em setores com efetiva capacidade dinamizadora. Afinal, o colapso da atividade cacaueteira demonstrou o perigo de uma economia pouco diversificada. Nesse sentido, todas as análises sobre possibilidades expansivas para os anos 90 contemplavam a indústria de papel e celulose, isso de-

vido às perspectivas que se abrem para a mesma, tanto no âmbito do mercado interno como no externo. A vinda desse setor para a Bahia, tem impactado sua indústria de transformação. Somando os anos de 1992 e 1993, as atividades ligadas à produção de papel e celulose foram as que mais cresceram (95,3%). Segundo estimativas, elas alcançariam uma participação no valor agregado industrial de aproximadamente 16% no final da década, tornando-se o segundo segmento mais importante na estrutura do produto industrial, desbancando, assim, o metalúrgico (CPE, 1991).

O avanço da produção de celulose, principalmente no extremo-sul do estado, tornou-se possível em virtude das vantagens comparativas baianas em relação a outros estados do Brasil e outros países. São elas: as excelentes condições edafoclimáticas, favoráveis ao cultivo do eucalipto, levando à espetacular produtividade que alcança o setor florestal baiano, que chega a ser até dez vezes superior à de alguns países produtores, como a Suécia, onde a idade para corte das árvores é de 70 anos, ao passo que na Bahia é de apenas sete anos; e a disponibilidade de terras, importante elemento na composição de custos do setor, devido ao reflorestamento. Essa atividade, contudo, requer um cuidadoso planejamento e monitoramento, devido a alguns efeitos adversos que ela pode criar.

A produção de celulose e sua atividade correlata, o manejo de florestas homogêneas, costuma representar uma alternativa produtiva que se choca com um grande leque de outras atividades, tais como: o abastecimento d'água humano, o turismo, usos distintos para a terra e para os recursos hídricos etc. A salutar emergência dos movimentos ecológicos, tendo como um dos seus alvos prioritários esse setor, provocou significativo avanço na tecnologia utilizada para o branqueamento da celulose, eliminando quase que completamente os danos que seus efluentes líquidos podem causar aos corpos coletores desses efluentes.

Já a concentração fundiária que ela exige, é um problema até então insolúvel, inviabilizando usos agrícolas diversificados. O fato é que a indústria de celulose não gera importantes impactos diretos quer a montante, quer a jusante. Isso não significa desconsiderar que a instalação de empreendimentos dessa natureza em regiões pobres acaba por re-

presentar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que surge um volume razoável de empregos formais, modificando as relações sociais vigentes.

O que se deseja sublinhar é que este ramo industrial, por seu caráter concentrador – capital intensivo, estreita base de fornecimento, demandante de grandes extensões de terra – e seu baixo nível de articulação interindustrial, caracteriza-se como um enclave, não proporcionando as necessárias sinergias para servir como centro econômico dinâmico. Seus impactos são diminutos e localizados, tanto setorial quanto espacialmente, sendo, portanto, restrita a sua importância. Ou seja, uma nova feição para o processo baiano de industrialização não poderia ser obtida com esse tipo de atividade.

Sendo assim, eram evidentes as dificuldades que os três principais segmentos do desenvolvimento industrial baiano – químico/petroquímico, metalúrgico e de celulose – encontrariam para gerar uma tensão dinâmica necessária a incrementos importantes na taxa de crescimento do PIB. Na melhor das hipóteses, *ceteris paribus*, poderiam contribuir para uma trajetória de crescimento vegetativo do PIB baiano no século 21. Os números, desde o início da década de 90, confirmavam essa análise. Entre 1980 e 1990, o PIB baiano cresceu a uma taxa média de 2,4%; de 1990 a 1995 a expansão foi de apenas 1,1% a.a.. Essas expansões sempre foram determinadas por espasmos setoriais e/ou melhorias no ambiente macroeconômico nacional, como a ocorrida nos anos de 1994 e 1995, com o Plano Real, que possibilitou um crescimento de, respectivamente, 6,7% e 1,8% do PIB estadual, puxado pela atividade comercial.

Como se não bastasse isso, o novo modelo de desenvolvimento em implantação no país, que persegue um sensível encolhimento do papel do Estado e abstém-se de formular políticas industrial e regional, tendia a condenar regiões como o Nordeste a um processo de involução industrial, dadas suas adversidades competitivas em termos de atração de investimentos. A contribuição estatal foi e

ainda é determinante para o desenvolvimento econômico regional, e, sem decisões institucionais que o estimulem e sejam capazes de minorar a flagrante supremacia do Centro-Sul, o quadro tende a agravar-se.

Um cenário econômico menos dramático, com a superação da crise russa, a mudança da política cambial brasileira, a definição de atrativos fiscais e financeiros diferenciados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – no âmbito do regime

automotivo brasileiro –, e a aberta concessão pelo governo da Bahia de atrativos adicionais, que envolvem o oferecimento de galpões industriais dotados de água, energia, comunicações e acesso viário, ingressando com força na chamada guerra de incentivos, interromperam a tendência acima e detonaram um movimento de realocação industrial. Como se sabe, uma série de novos empreendimentos – têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e auto-

mobilístico – começou a se dirigir para a Bahia, criando a expectativa de que eles terão a capacidade de proporcionar um novo salto qualitativo na industrialização baiana.

Pelos números da Secretária de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, 143 projetos foram protocolados entre setembro de 1996 e dezembro de 1999, significando um investimento de R\$ 7,01 bilhões para todo o estado. Desses protocolos, 56 estão na RMS, equivalendo a R\$ 4,38 bilhões. Convém esclarecer que, desse montante, não foram deduzidas as desistências da Asia Motors e da Hyundai (*Gazeta Mercantil*, 29/03/2000).

Desse conjunto de investimentos⁴, é o Projeto Amazon da Ford, de US\$ 1,2 bilhão, que alimenta a atual fase de euforia, pois a instalação de um complexo produtor de automóveis abre perspectivas para uma maior integração da indústria local – que se encontra, atualmente, fortemente concentrada em bens intermediários – em direção aos bens de consumo duráveis de alto valor agregado. Tal integração pode lançar essa indústria em uma nova fase de crescimento, voltado não só para mercados externos. O cronograma do projeto prevê a saída

O Projeto Amazon da Ford alimenta a atual fase de euforia, pois a instalação de um complexo produtor de automóveis abre perspectivas para uma maior integração da indústria local em direção aos bens de consumo duráveis de alto valor agregado.

dos primeiros veículos da linha de montagem em janeiro de 2002, sendo que, ao final daquele ano, a planta deverá estar produzindo 150 mil veículos, número que saltará para 250 mil em 2004.

O Projeto Amazon é baseado em uma nova concepção de organização da produção, denominada “condomínios industriais”. No projeto em tela, sob o mesmo teto da montadora instalar-se-á um grupo de empresas que fornecerá, diretamente, componentes e/ou assumirá partes do processo de produção dos veículos. A estamparia e a pintura, por exemplo, ficarão sob a responsabilidade, respectivamente, da *Body System Brazil* e da *Durr DuPont*. Além dessas, um outro grupo de empresas ocupará galpões em uma área ao lado da linha de montagem. A ambição das grandes montadoras é envolverem-se cada vez menos com os problemas da manufatura, transformando-se, assim, em empresas direcionadas para o desenvolvimento de produtos, *marketing* e vendas. Acreditam as autoridades governamentais, que essas empresas, chamadas de “sistemistas”⁵, responsáveis pelo fornecimento de 60% dos componentes que farão parte dos veículos, criarão 5 mil empregos diretos. Os 40% restante dos componentes não têm fornecedores definidos ainda. Eles podem ser da Bahia ou de qualquer outro estado brasileiro. Nessa área, conta-se com a geração de 50 mil empregos indiretos.

Conclusão

No limiar do século XXI, a Bahia parece ter superado o enigma da sua involução industrial, fenômeno presente em boa parte do século atual. O secundário se consolidou como o principal e mais dinâmico setor de atividade. A Região Metropolitana de Salvador concentra um robusto parque produtivo, capaz de aglutinar serviços das mais diversas naturezas. Apesar do crescente e persistente problema do desemprego na última década, foram constituídas uma classe operária moderna e uma classe média relativamente forte. Em suma, as mudanças dos últimos 50 anos levaram a economia agroexportadora dependente, atrasada e estagnada a se transformar significativamente, tanto do ponto de vista econômico como social.

Nessa região metropolitana⁶, que ocupa menos de 20% do território do estado e responde por 63%

do PIB estadual, residiam, pela última contagem do IBGE, 2,3 milhões de pessoas na capital, enquanto outras 541,4 mil se espalhavam pelos demais municípios.⁷ Trata-se de um conjunto bastante heterogêneo de municípios. Salvador especializa-se na prestação de serviços (comércio, lazer e cultura), sendo também uma espécie de cidade-dormitório, enquanto os outros municípios abrigam os investimentos industriais. Apesar de Camaçari, Candeias e Simões Filho sediarem mais de 90% da atividade industrial, a capital do estado é, de longe, a maior arrecadadora de ICMS – R\$ 1,01 bilhão em 1999 – seguida por Camaçari, com R\$ 300,5 milhões (*Gazeta Mercantil*, 29/03/2000).

Diante desse quadro, o Governo da Bahia buscou diversificar e interiorizar mais a matriz industrial local, através de um conjunto de incentivos para a atração de investimentos industriais. Dentre esses novos investimentos em implantação, é o automobilístico que alimenta a atual fase de euforia, pelas perspectivas de geração de renda, emprego e maior adensamento e diversificação da indústria local. Os planejadores governamentais apostam na criação de novas empresas nos segmentos de fundição, estampagem, usinagem, ferramentaria e transformação plástica. Novo e bem-vindo espasmo exógeno, reafirmando alguns problemas associados ao processo de industrialização da Bahia.

Em primeiro lugar, a indústria instalada no estado é, em grande medida, resultado de políticas governamentais voltadas para a “desconcentração regional”. Tais políticas engendraram surtos espasmódicos de investimentos, exemplificados pela instalação da Refinaria de Mataripe, do Centro Industrial de Aratu, do Pólo Petroquímico de Camaçari e, agora, do Complexo Automotivo. Foram projetos que, na sua grande maioria, dependeram de capitais exógenos e com forte componente estatal. Pelas evidências disponíveis, a industrialização baiana não foi capaz de gerar uma capacidade empresarial local, capaz de aproveitar as oportunidades que as grandes empresas abriam ao se implantarem na região.

Segundo, esses grandes blocos de investimentos foram, inevitavelmente, concentrados no tempo. A consequência dessa concentração é que a economia baiana fica vulnerável a fases de baixo crescimento absoluto e relativo, como no início dos

anos 90. Por outro lado, a concentração espacial da indústria na Região Metropolitana de Salvador contribuiu para o crescimento do desemprego nesse local, uma vez que ela continua sendo o alvo natural de migrantes do interior baiano, principalmente oriundos do semi-árido, e suas atividades industriais são intensivas em capital: geram renda, mas não emprego.

Terceiro, a abertura de mercado, iniciada em 1990, expôs as deficiências competitivas da indústria local. Essas deficiências são reveladas pela redução da produção e do emprego em certos setores – cujo exemplo mais evidente é o metal-mecânico – fechamento de fábricas – inclusive químicas – e redução dos mercados de exportação em geral. Nesse contexto, tudo indica que, mais uma vez, assistiremos ao aproveitamento das oportunidades de encadeamento por capitais externos, atraídos e direcionados segundo a lógica estratégica atualmente vigente entre as grandes montadoras. Essa lógica, materializada na concepção de produção brevemente descrita na seção anterior, cria sérios obstáculos à participação de empresas locais, ou mesmo nacionais, na cadeia automobilística de suprimentos (Teixeira e Vasconcelos, 1999).

Por último, sem dúvida boa parte da explicação para as deficiências competitivas das empresas locais está relacionada aos baixos investimentos em atividades de aprendizado e inovação tecnológica e gerencial. O conservadorismo e a aversão ao risco do nosso empresariado podem ajudar a explicar essa situação. Mas isso, certamente, não é tudo. Temos carência de pessoal capacitado em todos os níveis. A suposta criatividade da mão-de-obra baiana não parece ser suficiente para engendrar um processo virtuoso de aprendizado neste momento, em que o mundo vive uma fase de transição entre dois distintos paradigmas técnico-econômicos.

Notas:

- 1 Outros estudos, a exemplo de Suarez (1990) e do diagnóstico feito pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1958, apresentam razões diferentes para o enigma baiano. Uma discussão mais detalhada do mesmo foge ao escopo deste trabalho.
- 2 É interessante notar que a crônica musical baiana registrou esse momento de transformação social. Na década de 90, o

compositor Gerônimo lançou uma canção cuja letra fala das famílias dos “petroleiros” que, ao adquirirem geladeiras, passam a fazer “abafa-banca”, um tipo de picolé fabricado em fôrmas de gelo e vendido em palitos de mesa.

- 3 Esta seção apoia-se fortemente em artigo anterior (Guerra e Gonzalez, 1996) escrito, em parceria, por um dos articulistas deste trabalho.
- 4 Um outro importante investimento em implantação no estado, no valor de US\$ 550 milhões, é o da Monsanto no segmento de fertilizantes.
- 5 O número de sistemistas, operando dentro e fora da linha de montagem, definido na fase em que se imaginava a implantação do projeto no Rio Grande do Sul, era de, respectivamente, 15 e 17 empresas. Até a conclusão deste artigo, não existia uma posição oficial da Ford, que fosse de conhecimento público, sobre esse número.
- 6 Esta concepção de regiões metropolitanas foi criada na década de 70 e passou a designar as sete principais áreas metropolitanas do país. Mais recentemente, tem-se utilizado a expressão Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte etc. No caso da Grande Salvador, ela envolve uma expansão física, pois passa a incluir municípios como Feira de Santana.
- 7 Segundo estimativas, Salvador, que possuía cerca de 500 mil habitantes em 1950, conta atualmente com uma população de 2,5 milhões de habitantes. Ou seja, em 50 anos sua população foi multiplicada por cinco (*Gazeta Mercantil*, 29/03/2000).

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Manoel Pinto. Notas sobre o Enigma Baiano. *Revista Planejamento*. Salvador: CPE, v.4, p. 123-136, out./dez. 1977.
- ALMEIDA, R. *Rômulo: Voltado para o futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, 1995. v.9.
- BAHIA. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Plano Diretor do CEPED*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1971.
- BALANÇO anual – Bahia 95/96. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, ago. 1995.
- CARNEIRO, Roberto A. F. *Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento*. Salvador: CPE/SEPLANTEC, 1994.
- CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *PIB da Bahia: metodologia e séries retrospectivas*. Salvador: CEI, 1992.

- _____. *Boletim de Finanças Públicas*. Salvador: CEI, 1990.
- CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). *Reconstrução e integração dinâmica*. Salvador: CPE, 1991.
- _____. *A Bahia na década de 90: temas estratégicos*. Salvador: CPE, 1990.
- _____. *A evolução dos setores secundário e terciário na economia baiana na década de 70*. Salvador: CPE, 1985.
- COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO (BA). *Programa de recuperação econômica da Bahia*. Salvador: CPE, 1958.
- DIAS TAVARES, L.H. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA., 1966.
- FUNDAÇÃO DE PESQUISA (BA). *105 anos de economia baiana. Estatísticas básicas. Aspectos econômicos – 1945-1976*. Salvador: CPE, 1979.
- GUERRA, Oswaldo F. Bahia: O quinto PIB do Brasil? *Bahia Hoje*. Salvador, 8 fev. 1994.
- _____. *Estrutura de mercado e estratégias empresariais: o desempenho da petroquímica brasileira e suas possibilidades futuras de inserção internacional*. Brasília: CNI/SESI, 1994.
- _____. *O Futuro Industrial de Camaçari. Bahia: Análise e Dados*. Salvador, CEI, v.2, n.3, dez. 1992.
- _____. GONZALEZ, P.S.H. Evolução recente e perspectivas para a economia baiana. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 27, n. 1, jan./mar. 1996.
- SALVADOR e RMS. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 29 ago. 2000.
- SARMENTO, W.M. *Problemas de implantação de indústrias novas na Bahia*. Salvador: Era Nova, 1969.
- SUAREZ, M. A. *Salvador: uma alternativa pós-industrial*. Salvador: SICM, 1990.
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (BA). *Perfil das empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador: SUDIC, 1992.
- TEIXEIRA, F.L.C. *The political economy of technological learning in the brazilian petrochemical industry*. Universidade de Sussex: Tese de Doutorado, 1985.
- TEIXEIRA, F.L.C., VASCONCELOS, N. Mudanças estruturais e inovações organizacionais na indústria automotiva. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n.66, nov. 1999.
- * Francisco Teixeira é professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
- ** Oswaldo Guerra é professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia
oguer@ufba.br